

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

GABRIELA MOREIRA DE ALMEIDA

**CASAS DESVALORADAS: processos de tombamento arquivados pelo
Condephaat (1974-2009)**

Guarulhos
2018

GABRIELA MOREIRA DE ALMEIDA

**CASAS DESVALORADAS: processos de tombamento arquivados pelo
Condephaat (1974-2009)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel e licenciada em História.

Orientação: Profa. Dra. Lucília Santos Siqueira

Guarulhos

2018

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

ALMEIDA, Gabriela Moreira de.

CASAS DESVALORADAS: processos de tombamento arquivados pelo Condephaat / Gabriela Moreira de Almeida - Guarulhos, 2018.

118 folhas.

Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

Orientadora: Lucília Santos Siqueira

Título em inglês: DEVALORED HOUSES: listing processes shelved by Condephaat

1. Patrimônio Cultural. 2. Condephaat. 3. São Paulo

GABRIELA MOREIRA DE ALMEIDA

CASAS DESVALORADAS: processos de tombamento arquivados pelo Condephaat
(1974-2009)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel e licenciada em História.

Guarulhos, 12 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Cristiane Souza Gonçalves
Doutora em Arquitetura

Deborah Regina Leal Neves
Mestre em História

Lucília Santos Siqueira – Orientadora
Doutora em História

AGRADECIMENTOS

Primeiramente sou grata à universidade pública, gratuita e de qualidade no Brasil, em especial à Universidade Federal de São Paulo e à Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, criada em 2007.

Agradeço o Centro de Estudar Acaia Sagarana que possibilitou o meu ingresso nesta Escola.

Na trajetória agradeço a todos os professores do departamento de História da EFLCH. O Programa de Educação Tutorial - História (PET-História) quando coordenado pela professora Márcia Eckert Miranda e pelo professor Jaime Rodrigues, que foi fundamental para a minha permanência na universidade e no curso mostrando as possibilidades do ofício do historiador. E o Grupo de Visita, Estudo e Pesquisa em Patrimônio (GVEPP) coordenado pela professora Lucília Santos Siqueira, que incentivou o interesse pelo campo do patrimônio e uniu leitura, pesquisa de campo e sociabilidade.

Ainda um agradecimento especial à professora Lucília que como orientadora deste trabalho compartilhou conhecimento e experiência. Pela paciência, pela disposição para o trabalho, pelas revisões e pelas reuniões, sou grata.

Agradeço aos amigos de diferentes momentos na universidade que ajudaram nos detalhes, compartilhando os conhecimentos, as crises e as risadas. Em especial Guilherme Fernandes também pelas leituras e companheirismo em tempos mais recentes.

Agradeço minha família por perdoar minhas ausências e ser base de amor. À minha parceira Isabella os agradecimentos sempre serão infinitos não só pela ajuda nesta pesquisa com revisões e discussões, mas também pelo apoio nas coisas que dão sentido para a vida e nos dão forças para continuar.

À todos e todas que de alguma forma contribuíram para este trabalho e àqueles que me apoiaram, sou grata.

RESUMO

As noções e práticas de preservação do patrimônio cultural são construídas e transformadas ao longo do tempo imbricadas em diversos debates científicos, institucionais, e mais recentemente, sociais, sobre o que, como e para que preservar. Os órgãos de patrimônio são instituições públicas de reconhecimento do Patrimônio Cultural e são responsáveis por escolhas específicas atribuindo valores oficiais. O presente trabalho busca analisar as escolhas do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de São Paulo (Condephaat) a partir de sete processos de tombamento arquivados, ou seja, que não foram aprovados. Os processos são todos referentes ao tombamento de casas na cidade de São Paulo, e tramitaram entre os anos 1974 e 2009. O objetivo é entender os motivos para a não valoração que justificaram a não preservação e determinaram o desprezo de alguns bens pelo poder público. Ao historicizar o processo de funcionamento do órgão pretende-se contribuir para a compreensão das políticas e práticas no campo do patrimônio cultural no Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Tombamento; Condephaat; São Paulo (cidade).

ABSTRACT

The notions and practices of preservation of cultural heritage are constructed and transformed over time embedded in several scientific, institutional, and, more recently, social debates about what, how and for what to preserve. Cultural heritage agencies are public institutions of the recognition of Cultural Heritage and are responsible for specific choices attributing official values. The present paper aims to analyze the choices of the Council for the Defense of Historical, Artistic, Archaeological and Tourist Heritage of São Paulo (Condephaat) based on seven processes that have been filed, that is, not approved. The processes are all related to the listing of houses in São Paulo city, and processed between 1974 and 2009. The objective is to understand the reasons for the non-valuation that justified the non-preservation and determined the contempt of some assets by the public power. By historicizing the functioning of the agencies is intended to contribute to the understanding of policies and practices in cultural heritage knowledge area in Brazil.

Keywords: Cultural Heritage; Heritage Listing; Condephaat; Sao Paulo (city).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.08
CAPÍTULO 1 - Os processos: tramitação e argumentação	p.19
CAPÍTULO 2 - Os argumentos: valor e desvalor em debate	p.41
CAPÍTULO 3 - O triunfo do desvalor	p. 70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 95
BIBLIOGRAFIA	p. 99
ANEXOS	p.102

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta casos de estudo de tombamento que foram arquivados - ou seja, que tiveram o tombamento indeferido pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (Condephaat). São analisados sete processos de tombamento de casas na cidade de São Paulo, o mais antigo aberto em 1974 e o mais recente arquivado em 2009, com o objetivo de discutir quais os desvalores¹ atribuídos na recusa do tombamento.

O patrimônio cultural no Brasil começou a ser discutido ainda a partir da primeira metade do século XX, e teve como marco de instituição oficial a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 - tornado Instituto em 1970. A conduta do órgão buscava a construção de uma identidade nacional que seria baseada no passado colonial do país, tendo os cânones dos primeiros tombamentos concentrados no estado de Minas Gerais. O Condephat, ainda sem a vogal do patrimônio arqueológico, foi criado em 1968, inicialmente se articulando para afirmar uma identidade bandeirante².

Os primeiros órgãos estaduais de preservação do patrimônio atuaram de forma um tanto diversa em relação ao órgão hoje denominado como IPHAN. A atuação do Condephaat herdou do Instituto a preferência pelo patrimônio edificado, pelos imóveis de caráter monumental e pelo passado colonial³. Em contraposição, no entanto, o Conselho estabeleceu novos padrões de tombamento e preservou muitas edificações ameaçadas pelo desenvolvimento urbano. E apesar de iniciar as atividades privilegiando as cidades do interior paulista, segundo Paulo C. G. Marins, a partir da década de 1980 também se direciona para a capital. Nessa década também é inovador o tombamento de bairros e traçados urbanos inteiros, além de vegetação. É deixada a identidade paulista, tal como buscada pelo Iphan no período colonial, e privilegiados os núcleos da economia do café caracterizados pelo estilo

¹ Embora desvalorar e desvalorizar sejam palavras com o mesmo significado, aqui entendemos valorar no sentido de atribuir valor oficial a algo que, em tese, não o possui, em contraposição a valorizar no sentido de reconhecer ou aumentar um valor já existente. E desvalor como "1 ausência ou perda de valor; depreciação 2 carência de aceitação, de afeto ou de crédito; desestima, descrédito." *Dicionário Houaiss*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

² RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: FAPESP, 2000. p.41-42.

³ MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETÚBAL, Maria Alice (coord. do projeto) *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC Imprensa Oficial, 2008, p.137-140 e 154-158.

neoclássico e eclético, as ferrovias e a imigração. O Condephaat também dá preferência por atender a demanda de grupos ou indivíduos, a chamada política de balcão, em detrimento de técnicos e conselheiros, que detêm o conhecimento especializado⁴.

Marly Rodrigues pensou a atuação do Condephaat em três fases ao longo de 18 anos de sua atuação. Entre os anos 1969 e 1975, a elite intelectual atuou com uma “missão civilizadora” dentro das limitações de um governo autoritário buscando projetar “uma visão erudita da cultura popular brasileira”, privilegiando o valor artístico em detrimento do histórico e arquitetônico. E entre 1975 e 1982 o Conselho questionava os seus procedimentos. Em 1975 o Condephaat foi integrado à Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, e houve a ampliação da representação de áreas do conhecimento no Conselho, que em 1982 passaria a ser composto majoritariamente de arquitetos e historiadores. Desse período até 1987 há o retorno das eleições diretas para o governo do estado e a aproximação entre os técnicos e o Conselho e entre a sociedade e o Condephaat⁵.

O tombamento é um ato administrativo autorizado por lei, de reconhecimento do valor cultural de um bem e tem por principal objetivo jurídico a obrigação de conservação da coisa tombada⁶. O ato foi instituído no Brasil pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e ainda é o principal instrumento de proteção jurídica dos bens materiais de valor cultural para no Brasil.

O processo de tombamento se dá basicamente em quatro etapas. A solicitação de abertura, a decisão de abertura pelo Conselho, o estudo do bem, e a decisão final de tombamento ou arquivamento (indeferimento). Quando é decidido pelo tombamento o bem é inscrito em um dos livros do tombo, o que demonstra uma das formas de delimitação dos critérios de valoração. No artigo 140 do Decreto Estadual no 13.426 de 16 de março de 1979, foram estabelecidos o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo das Artes Aplicadas; Livro do Tombo das Artes; Livro do Tombo das Artes Populares; e o Livro do Tombo Histórico. No entanto houve uma alteração, pois a ferramenta de busca por bens tombados do atual site do Condephaat disponibiliza as opções do Livro do Tombo

⁴ Idem.

⁵ RODRIGUES, Op. Cit.

⁶ FERNANDES, Edésio. Do tombamento ao Planejamento Territorial e à Gestão. In FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (coord.) *Revisitando o Instituto do Tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p.28-30

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo das Artes; Livro do Tombo Histórico; e o Livro do Tombo Paisagístico (novamente)⁷.

Devido à escolha de fontes e o objetivo do presente estudo, será considerada como quarta etapa a recusa do tombamento e arquivamento do processo. A tramitação do processo é fundamental para entender a fonte documental e as ideias nela contidas, assim distinguimos ainda algumas etapas da constituição de um processo de tombamento⁸:

1 - Solicitação: o interessado (solicitante) pode ser pessoa ou instituição pública ou privada. Como, por exemplo, o próprio Condephaat ou o proprietário do imóvel. A solicitação é composta de requerimento e/ou carta ao presidente contendo os dados do bem e a justificativa para o pedido; e outros documentos que embase o valor para tombamento.

1.1 - O guichê é direcionado ao serviço técnico, que é a UPPH (Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico). Esta analisa o material e faz um relatório sobre a importância cultural do pedido. Se é reconhecida a importância, o material é encaminhado ao conselho⁹.

2 - Abertura: o conselho reunido discute sobre a relevância ou não da abertura do processo e votam. O presidente emite a decisão do conselho que é publicada no Diário Oficial. E é encaminhada ao proprietário do imóvel a notificação de abertura do processo. A partir desta etapa pode ocorrer a contestação da abertura.

3 - Estudo: o processo em estudo é instruído, isto é, são acumulados mais documentos para compor a avaliação do valor da coisa a ser tombada. Nesta etapa se acumulam no processo diversos documentos resultantes da articulação entre o interessado, o proprietário e o Condephaat (presidente, conselheiros e técnicos). Como por exemplo, pareceres, contestações, fotos do bem, etc.

⁷ Site do Condephaat. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/> Acesso em: 24/05/2018.

⁸ Além de perceber estas etapas na análise dos processos também partimos da fala do presidente do Conselho empossado em 2017. FAGGIN, Carlos Augusto Matti. "Patrimônio paulista: políticas de tombamento e preservação". Debate organizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Faculdade de Filosofia e Ciências/Universidade Estadual Paulista (UNESP). São Paulo, 2017.

⁹ Criamos um modelo geral para entendimento, mas algumas destas etapas sofreram variações ao longo do funcionamento do órgão. A prática do guichê não era amplamente aplicada nos primeiros anos de atuação do órgão sendo que na presente pesquisa o primeiro a aparecer em processo é de 1981. Assim como o estudo dos técnicos da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico que só foi criada em 2006.

4 - Decisão final: recusa do tombamento, notificação ao interessado e ao proprietário, publicação no Diário Oficial, e arquivamento pelo Condephaat.

Deste modo, o processo de tombamento, segundo Maira Grigoletto, assim constitui um *corpus* documental, que ela distingue como documentos oficiais e não oficiais. Mas que de modo geral pode ser composto por diversos documentos como pedidos de abertura do processo, pareceres, atas de reuniões, notificações, impugnações, solicitações de informações, histórico do bem que pode ser composto por documentos que o complementam como fotos, plantas, registro, etc.¹⁰ A documentação é reunida com uma intencionalidade dos agentes em fundamentar seu ponto de vista de modo que ao mesmo tempo atenda aos interesses do órgão preservacionista. Essa composição é norteadada por bases jurídicas, em leis e decretos que definem não só a criação do órgão, seus objetivos e funcionamento, mas também outros que instituem instrumentos de preservação, a composição do Colegiado, e como visto anteriormente, dispõe sobre o processo de tombamento. Grigoletto também distingue a natureza dos documentos que formam o processo de tombamento. Os documentos de natureza administrativa têm característica de testemunho e justificativa nas etapas para alcançar o ato final, e o documento de natureza jurídica tem a característica de aferir obrigações públicas e privadas, e outorgar o direito à memória¹¹.

“As informações presentes nos processos de tombamento são, de certa forma, a tradução e a representação dos diplomas legais e dos mecanismos utilizados pelo estado para a construção de um campo do saber, definidor de critérios que orientam a elaboração de documentos administrativos, no intuito de conferir-lhe o poder de outorgar uma autonomia legal e probatória a um bem e instituí-lo como patrimônio.”¹²

Portanto, para que haja o tombamento de um bem é necessário um tipo específico de informação que é documentado nos processos. E nessa documentação há articulação de valores para a atribuição do valor necessário ao tombamento, ao reconhecimento do bem como um patrimônio cultural. Os órgãos de patrimonialização são reconhecedores oficiais de valores culturais, e assim um

¹⁰ GRIGOLETO, Maira Cristina. A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu “Prudente de Moraes”. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Faculdade de Filosofia e Ciências/Universidade Estadual Paulista (UNESP). Marília, 2009. p.98.

¹¹ Idem.

¹² Ibid., p.100.

estudo de tombamento pode transcorrer de diversos modos. Os valores significativos para a sociedade podem ser atribuídos, reconhecidos, enfatizados, apagados ou alterados pelos especialistas e funcionários do Estado.

Sendo o Condephaat o órgão de oficialização de certos valores e memórias no estado de São Paulo, serão analisados sete processos de tombamento com o objetivo de verificar não só os critérios, mas também outros fatores que contribuem para as discussões da seleção de bens e a avaliação de valores. São todos casos de pedido de tombamento de residências na cidade de São Paulo, a saber os processos da casa e capela da Fazenda Morumbi, abertos respectivamente em 1974 e 1982; do jardim do antigo Palácio Pio XII, aberto em 1977¹³; da casa nº 91 na avenida Paulista, aberto em 1982; da casa nº 595 na rua Vitória, aberto em 1982; da casa nº 527, na rua Piauí, aberto em 1990; e a nº 1103 na rua Alagoas, aberto em 2005.

Os processos foram selecionados a partir de uma lista que continha quase trinta e dois mil processos que foram abertos entre 1976 e 2006. Aproximadamente oitocentos processos da lista eram pedidos de tombamento de variados tipos de bens em diversas cidades no estado de São Paulo. Destes selecionamos sete processos a partir de três critérios: que tivessem sido arquivados, tido como objeto de estudo residências e especificamente na cidade de São Paulo. Coincidentemente são todos localizados em bairros nobres ou perto do centro da cidade, nos bairros Morumbi, Bela Vista, Higienópolis, Pacaembu e Jardim Ataliba Leonel. Essa escolha de fontes delimitou o período de estudo que se conformou entre 1974, ano de abertura do processo mais antigo, e 2009, arquivamento do processo mais recente, recorte temporal de mais de trinta anos.

Os processos de tombamento que foram arquivados, isto é, que não resultaram em tombamento, trazem elementos dos embates sobre a atribuição de valores que nem sempre são explicitados nos bens patrimonializados pelo Condephaat. Essa discussão se torna relevante para historicizar o processo de funcionamento do órgão de patrimônio a fim de incorporar na pesquisa sobre a preservação no Brasil as razões para a “não preservação”, indo ao encontro da perspectiva de Fernando Atique que buscou o avesso e a antítese em sua abordagem historiográfica.

¹³ Embora trata-se de um jardim, sua valoração e desvaloração são condicionadas pela demolição da casa. Ambos, casa e jardim compunham a residência.

“Assim, negativas de tombamento, acidentes supostamente fortuitos e tragédias naturais podem ser historiados favorecendo uma revisão dos trâmites institucionais preservacionistas. Esta é a grande contribuição que a história da “não preservação” tem a dar na definição de estratégias culturais e de políticas públicas, mas também na reflexão metodológica acerca da escrita da história da arquitetura e das cidades.”¹⁴

Nessa história da “não preservação”, Atique fez um estudo sobre como o processo de demolição do Palácio Monroe mobilizou a sociedade carioca. A partir da imprensa e da internet, o autor analisou a demanda pró-preservação de não especialistas, demonstrando que mesmo depois de demolido, o edifício (ou sua história) não havia desaparecido da memória coletiva.

Sendo as edificações elementos discursivos, e o patrimônio esse campo diverso com múltiplas articulações e lugar de disputa - que pode ser pensado como um sistema cultural, cabe questionar, o que leva à decisão da não preservação? Qual valor torna uma residência suscetível à degradação, e qual valor lhe falta para ser digna de preservação? E quais os elementos envolvidos na seleção desse valor?

Como dito anteriormente, o processo de tombamento é uma fonte documental constituída em conjunto de documentos reunidos e produzidos com a intencionalidade de qualificar o bem para o tombamento. Tendo em vista que “o tombamento modifica a natureza dos objetos, pois tem a força de desviá-los de seus usos anteriores, no momento em que lhes imprime novos significados e novos usos”¹⁵, as decisões de conservação, ou não conservação, estão postas entre o que lembrar e o que esquecer¹⁶, e nessa perspectiva indeferir o tombamento implica que um bem, por não ter valor, pode ser esquecido. No processo de tombamento há a articulação de interesses, discursos, informações e valores com a finalidade de definir a importância da patrimonialização de um bem. No processo é demonstrada uma disputa no âmbito da valoração que é ao mesmo tempo estabelecida em campos de força institucional, político e cultural.

Ulpiano Bezerra de Meneses em uma conferência falou sobre duas diferentes noções de patrimônio cultural e perspectivas de valoração. Meneses evocou a imagem de um cartum que vira em uma revista, em que havia uma velhinha orando

¹⁴ ATIQUE, Fernando. A mediação da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. Estudos de Cultura Material. Anais do Museu Paulista. Vol.24. No.3. p.151. São Paulo. Set-dez 2016.

¹⁵ GRIGOLETO, Op. Cit. p.93-95.

¹⁶ Idem.

diante do altar-mor de uma catedral gótica quando o guia de turistas japoneses lhe diz, “minha senhora, a senhora está perturbando a visita”¹⁷. Meneses diferencia a relação da Velhinha e a do Turista com o bem cultural em diversos aspectos. A relação da velhinha com o bem é de pertencimento e é cotidiana, e sua apropriação é de caráter afetivo e identitário. Nesse caso a relação cognitiva independe do conhecimento especializado, pois ela apreende a antiguidade do templo pelo que ele representa de experiência acumulada. O autor explica que, por outro lado, a relação do turista com o bem é esporádica, de mera contemplação e dissociada de sua vida cotidiana. O bem é transformado em lugar de representação do lugar de culto, e é consumido numa perspectiva que esvazia os usos antigos. A apreensão é reduzida à audição do que o guia diz que se está vendo, ao invés de se interagir com o bem.

Nesse sentido, Meneses discute o valor instituído ao bem e a sua escala de alcance (municipal, estadual, federal), em relação ao valor para “aqueles que dele poderiam ter fruição mais contínua, completa e mais profunda”¹⁸. Para ele é preciso ter outros critérios para avaliar a pertinência para a interlocução com comunidades locais. Ao se questionar sobre quem é responsável pela atribuição de valores, Meneses pontua que o tombamento no decreto-lei nº 25 de 1937 “tinha um papel instituinte do valor cultural - daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido”¹⁹, em contraposição à Constituição Federal de 1988, que reconheceu que os valores culturais não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. Para o Meneses o patrimônio é um fato social, no entanto, segundo ele, essas diretrizes só são aplicadas ao patrimônio imaterial, mas no que diz respeito ao patrimônio material “continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens.”²⁰

A partir da necessidade de rever a avaliação do valor privilegiando a perspectiva das pessoas que usufruem diretamente o bem sem, no entanto, excluir a perspectiva do especialista, Meneses propõe para a avaliação do valor a identificação de componentes desse valor cultural, que são²¹:

¹⁷ MENESES, Ulpiano Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência magna do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid.

²¹ Ibid, p.35-38.

- 1 - Valores cognitivos: valores de fruição intelectual, quando a partir do bem é possível produzir conhecimento, quando ele é tratado como documento.
- 2- Valores formais: atributos nos objetos capazes de aguçar a apreensão mais profunda por meio da percepção sensorial do indivíduo com o mundo externo.
- 3 - Valores afetivos: relacionados a vinculações subjetivas, “envolve mecanismos complexos, como as representações sociais e o imaginário social”. Pode ser entendido como valores históricos quando relacionado à memória e identidade.
- 4 - Valores pragmáticos: condições de uso que qualificam as práticas no lugar.
- 5 - Valores éticos: associados às interações sociais em que o bem é apropriado, quando o direito à cultura é o direito à diferença e ao diálogo em relações que nem sempre são pacíficas.

Sobre a noção de cultura, Izabela Tamaso propõe o estudo do patrimônio como um sistema cultural, entendido em relação a outros sistemas. Tal concepção é inspirada em Geertz (1989), que estudou a dimensão cultural da análise religiosa, e definiu cultura como “significados transmitidos historicamente” e “concepções herdadas expressas em formas simbólicas”²². Nesse sentido de cultura os patrimônios podem ser entendidos como símbolo desses significados e concepções, e

“são meta-simbólicos à medida que, sendo selecionados como patrimônios, eles simbolizam o padrão de significados e concepções herdadas, realçando por meio de um processo de metonímia simbólica um dado aspecto da dimensão cultural”²³.

Sendo os patrimônios sistemas culturais, o que está em jogo são as experiências que “são memorizadas, transformadas, protegidas, reproduzidas, performadas e comunicadas por meio de formas tangíveis e intangíveis, que ancoram o grupo em um sistema cultural mais amplo”²⁴. Assim, segundo Tamaso, os patrimônios são vividos, experienciados, são prática e processo cultural. Essa questão é importante para refletir sobre a atribuição de valores pelo poder público ou pelos agentes locais.

Em mais uma faceta sobre a discussão dos valores, Leonardo Barci Castriota analisou como a articulação de valores é determinante das práticas de preservação.

²² TAMASO, Izabela. Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás. *Anthropológicas*, ano 19, 26(2):156-185, 2015.

²³ Idem, p.158.

²⁴ Idem, p.162.

O autor discutiu uma série de “modificações no campo do patrimônio” que dizem respeito a “deslocamentos no campo dos valores”²⁵. Tais modificações - algumas delas já mencionadas em relação ao Condephaat - ocorridas no final do século XX e início do século XXI -, ajudam a compreender os processos aqui em análise. Para o autor há a ampliação da restrita atribuição do valor artístico e histórico, este último menos, no caso do Brasil, para a atribuição de outros valores que considerem outros aspectos culturais e sociais: desenvolve-se uma nova maneira de interpretar os fatos históricos em diálogo com outros campos do conhecimento; distanciam-se as noções de valores como os de autenticidade, excepcionalidade e valor intrínseco; novos agentes entram na discussão, que não somente os especialistas; e há a ênfase nos aspectos intangíveis²⁶.

Para Castriota a inclusão de novos agentes e a ampliação do público com a transformação do patrimônio em indústria, ou seja, a ampliação do olhar para o patrimônio dado pelo turismo constrói uma efetiva democratização do patrimônio. Isso porque há o acesso ao patrimônio por novos públicos com diferentes interesses, e o deslocamento dos centros de decisão para “relações contratuais entre estado e coletividades locais”²⁷.

Além deste aspecto da competição entre valores, essa ampliação no campo do patrimônio, segundo o autor, traz outra importante questão que é a da explicitação das escolhas. Toda essa articulação de valores que nunca são intrínsecos ao bem, deve estar evidenciada para a sociedade nos meios de circulação de informações, nos próprios bens tombados, e no que mais nos interessa neste momento: o processo de tombamento. Há então essa onda de deslocamentos fundamentais na “avaliação do que seria estética ou historicamente significativo”, que tem impacto nas escolhas do que preservar, porque preservar e como preservar.

Ainda nessa relação de estudiosos que se debruçaram sobre a articulação de valores como algo determinante nas práticas de preservação do patrimônio cultural, há os trabalhos de Lucília S. Siqueira sobre os tombamentos das casas do interior paulista onde viveram Prudente de Moraes e Rodrigues Alves. Nos dois artigos

²⁵ CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e valores: pressupostos teóricos para as políticas do patrimônio. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, p.8, Belo Horizonte, n.04, 2005.

²⁶ Idem.

²⁷ Ibid.

distintos a autora analisa os valores explicitados nos tombamentos, mais especificamente no que diz respeito aos conteúdos históricos neles tratados, a fim de “explicitar como, no amontoar dos autos, foram se construindo maneiras de entender o passado e dele extrair o que estava previamente posto como valor”²⁸.

Sobre a questão dos valores fundamentais ao tombamento e a metodologia para a sua análise, Carlos Alberto Cerqueira Lemos²⁹ faz uma análise do ponto de vista arquitetônico de casas em São Paulo, no livro *Casa Paulista*³⁰. Ele distingue três principais assuntos: a casa bandeirista, a casa do tempo do açúcar e a casa do tempo do café, até o ecletismo, na cidade de São Paulo. Assim, ressalta aspectos da história de São Paulo importantes para entender as transformações nas casas. Sua análise da transformação das casas está relacionada à transformação histórica da cidade em seus aspectos culturais e socioeconômicos. No contexto da ampla dimensão em que estão inseridas as questões dos valores, é fundamental para a pesquisa aqui proposta que seja analisada a própria análise que o Condephaat fez das residências não tombadas. Carlos Lemos nos mostra um modo de analisar as construções por elas mesmas, a residência enquanto objeto de estudo e enquanto documento. Assim, ele analisa o contexto histórico da arquitetura relacionado ao período histórico da cidade, pensando os aspectos arquitetônicos específicos de residências, com especial atenção para os programas arquitetônicos, programa das necessidades, partido arquitetônico e as técnicas construtivas. Além disso o trabalho de Lemos mostra como a própria arquitetura enquanto conhecimento passou por transformações, como de nomenclatura por exemplo.

A noção de patrimônio e as práticas de preservação se modificam ao longo do tempo. Partindo dessa premissa, é aqui proposto o estudo de processos de tombamento que não foram aprovados pelo Condephaat para verificar a atribuição de valores, com o objetivo de entender as razões que levaram o Condephaat a atribuir determinado desvalor a residências de modo que não fossem consideradas

²⁸ SIQUEIRA, Lucília S. A história da Casa de Prudente de Moraes em três tempos: no tombamento, nos restauros e na atualidade. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 10, n.1, p. 48-67, janeiro-junho, 2014.

SIQUEIRA, Lucília S. A história que foi usada nos tombamentos e na conservação da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p.49-79, jun. 2015.

²⁹ Ocupou cargos no Iphan, Conpresp e Condephaat, e é professor da pós-graduação na Faculdade de Arquitetura de Urbanismo da USP.

³⁰ LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1999.

patrimônio, portanto indignas de preservação, a partir da análise efetuada pelo órgão oficial de patrimonialização.

Ao longo deste trabalho são incluídas diversas figuras que mostram a coisa que é afinal o objeto de análise de valores pelo Condephaat. Sua inserção neste trabalho tem por objetivo, por um lado, mostrar o que é o objeto de atribuição de valores, e por outro demonstrar a composição do processo. Em alguns casos, por exemplo, optamos por figuras que demonstram a própria inserção de imagens no processo, sem recortes ou edições. É importante perceber em escala hierárquica as escolhas de imagens que contribuem para a construção do discurso sobre a valoração do bem. A seleção de imagens dentro do processo diz algo sobre o processo de estudo e sobre o bem em estudo. Há um caso, por exemplo, em que a única imagem do bem em estudo aparece em um recorte de jornal.

Também nas escolhas para o presente trabalho foram anexadas imagens dos bens em outros contextos que não o de estudo pelo Condephaat a fim de dar indícios de outros valores não explorados pelo Conselho. Também são inseridas neste trabalho outras figuras, como desenhos, que demonstram a riqueza de documentos no processo e outros aspectos da valoração. Ao fim são anexados alguns pareceres sobre os bens, os quais foram especialmente discutidos no presente trabalho e que foram decisivos no processo na desvalorização para o tombamento, e que também ilustram um outro tipo de documento componente do processo.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro “Os processos: tramitação e argumentação” é uma apresentação dos casos que serão tratados. Devido à fonte documental ser bastante burocrática, a leitura deste capítulo poderá ser um tanto maçante por narrar a sua tramitação, mas nos dará um panorama geral dos casos para que se possa compreender os aspectos específicos que serão tratados adiante. O segundo capítulo “Os argumentos: valor e desvalor em debate” também é uma apresentação, mas desta vez com mais ênfase para as discussões que se travam em torno dos valores no processo, bem como o levantamento de algumas questões sobre elas. Neste momento refletiremos modestamente sobre diversas questões das quais apenas algumas delas serão selecionadas para a discussão do capítulo três. Para o terceiro capítulo, dentre todos os valores e desvalores, escolhemos os aspectos que atribuíram desvalor aos bens e que foram

decisivos para a decisão do indeferimento do tombamento. Estes desvalores serão especialmente analisados.

CAPÍTULO 1 - Os Processos: tramitação e argumentação

Com o objetivo de analisar a discussão em torno da atribuição de desvalores pelo Condephaat, especificamente de residências que não foram escolhidas para preservação na cidade de São Paulo, buscaremos neste primeiro momento apresentar os casos que são objeto de estudo desta pesquisa. Os processos de estudo de tombamento que foram arquivados, ou seja, indeferidos, serão descritos no que diz respeito à sua tramitação e com foco para os embates entre a preservação e a não preservação.

Um processo de tombamento é formado por um conjunto de documentos acumulados com a intencionalidade de atingir os critérios do órgão do patrimônio para o objetivo final que é a habilitação do bem ao tombamento. Assim, como Maira Grigoletto explicou, há nos processos documentos oficiais e não oficiais, e de natureza administrativa ou jurídica³¹, que juntos compõem uma narrativa e atribui um valor, ou desvalor, ao bem. Assim, em paralelo à tramitação dos processos também serão expostos os argumentos usados na sua solicitação de abertura, nos pareceres e em possíveis contestações. Os argumentos de valoração serão mais detalhadamente descritos no capítulo 2, e selecionados e analisados no capítulo 3. A escolha dos subtítulos são os “nomes” dados às residências no campo “assunto” da capa do processo de tombamento.

Os casos de estudo de tombamento a serem apresentados:

1.1. Casa/sede da antiga Fazenda Morumbi. Localizada na Avenida Morumbi, nº 5594, Morumbi, São Paulo - SP. Período: dois processos, um aberto em dezembro de 1974, que teve sua continuidade no outro arquivado em julho de 1996; Processo nº 21714/81

1.2. Capela do Morumbi. Localizada na Avenida Morumbi, nº 5387, Morumbi, São Paulo - SP. Período: processo aberto em agosto de 1982 e arquivado em dezembro de 1983; Processo nº 22263/82.

³¹ GRIGOLETO, Op. Cit.

2. Jardins do antigo Palácio Pio XII. Localizado na Rua Pio XII, nº 279, Bela Vista, São Paulo - SP. Período: processo aberto em fevereiro de 1977 e arquivado abril do mesmo ano; Processo nº 20219/77.
3. Edifício situado na avenida Paulista nº 91. Localizado no bairro Bela Vista, São Paulo - SP. Período: processo aberto em junho de 1982 e arquivado em março de 1983; Processo nº 22103/82.
4. Imóvel situado à rua Vitória nº 595. Localizado no bairro Jardim Ataliba Leonel, São Paulo - SP. Período: processo aberto em janeiro de 1982 e arquivado em agosto do mesmo ano; Processo nº 21971/82.
5. Imóvel situado à rua Piauí nº 527. Localizado no bairro Higienópolis, São Paulo-SP. Período: processo aberto em fevereiro de 1990 e arquivado em janeiro de 1992; Processo nº 27620/90.
6. Imóvel de autoria dos arquitetos Miguel Forte e Galiano Ciampaglia. Localizado na rua Alagoas nº 1103, Pacaembu, São Paulo - SP. Período: processo aberto em março de 2005 e arquivado em setembro de 2009. Processo nº 50806/05.

1. Fazenda do Morumbi

A Fazenda Morumbi, segundo o que se apreende dos processos, foi uma área de propriedade do súdito inglês John Rudge. A casa “era acrescida de um correr secundário de construções destinadas à capela e a hospedar os visitantes de Santo Amaro” atraídos pelas recepções festivas³². Sendo as terras divididas pelos herdeiros ao longo do tempo, a sede da fazenda na data da abertura do processo de tombamento, pertencia à Seguradora Mineira S/A. E a capela foi propriedade da Cia. Imobiliária Morumby até 1975, quando a empresa transferiu para a Prefeitura Municipal parte dos terrenos que foram loteados.

Deste modo, embora originalmente parte de uma única propriedade, são processos distintos que estudam a sede e a capela da Fazenda Morumbi, ambas situadas na Avenida Morumbi nº 5594 e nº 5387, respectivamente, no bairro Morumbi, São Paulo - SP. O estudo como um todo em torno da capela e sede da fazenda, foi registrado em um total em 124 folhas.

³² Parecer do conselheiro Aureliano Leite, 26 de dezembro de 1974. Acervo UPPH, Condephaat, processo nº 00497/74.

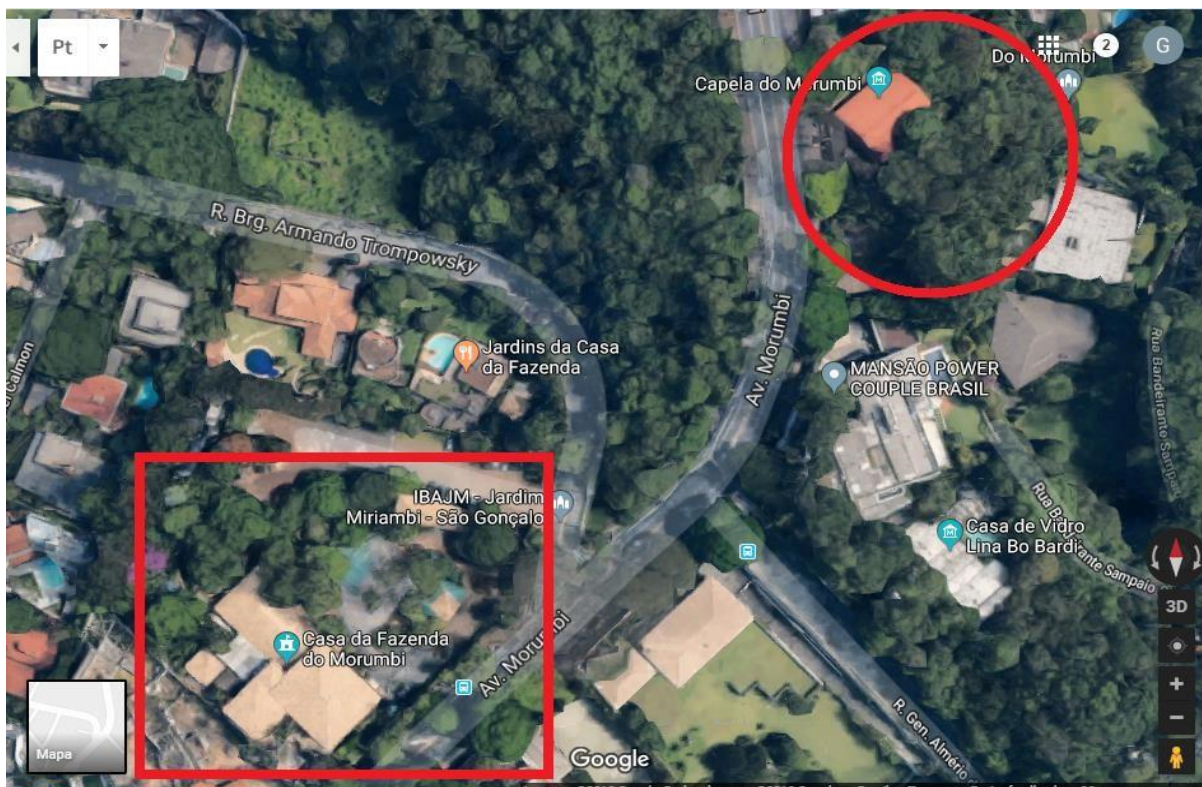


Figura 1 - Imagem aérea da região da Avenida Morumbi no trecho entre os números 5594, localização da casa destacada no mapa pelo quadrado, e 5387, localização da capela, destacada no mapa pelo círculo. Fonte: Google Maps. Acesso em 28/09/2018.

1.1. Casa/sede da antiga fazenda do Morumbi



Figura 2 - Vista lateral da sede da Fazenda Morumbi. Autoria desconhecida, s/d. Fonte: Condephaat, processo 21714/81, fl.06, Fotografia inserida em um conjunto de anexos do estudo.

A sede da fazenda, localizada na Avenida Morumbi, nº 5594, consta nos autos, em 1991, como propriedade da Seguradora Mineira S/A. O processo nº 0497/74 foi aberto em dezembro de 1974 a pedido da Prefeitura do Município, e arquivado em 1996, contendo 47 folhas. Em seguida, este foi anexado ao estudo paralelo para o mesmo bem no processo nº 21714/81, constituído de 38 folhas, que havia sido aberto em abril de 1981 e arquivado em julho 1996. Assim, o estudo da sede da fazenda como um todo durou mais de 20 anos e constitui-se em 85 folhas.

Estes dois processos, nº 00497/74 e nº 21714/81, serão descritos separadamente para que se tenha clareza quanto à tramitação e arrolamento dos documentos, embora entendamos que os dois processos foram juntados e estão correlacionados, e, por isso, compõem um só documento. Deste modo, buscaremos no decorrer de sua descrição apontar de modo paralelo e cronológico os acontecimentos de ambos processos.

A Sociedade de Amigos da Cidade Jardim, em junho de 1971, encaminhou ofício ao Secretário de Turismo Municipal exprimindo vontade de preservação da casa da Fazenda Morumbi como um ponto turístico. Em dezembro de 1974, o secretário dos negócios extraordinários da Prefeitura do Município encaminhou tal manifestação ao Condephaat no intuito de promover a abertura do processo de tombamento do bem. Complementarmente questionou sobre quais obras eram recomendáveis “para repô-lo, quanto ao estilo da época da construção, em seu estado original”³³.

Sendo aberto o processo nº 0497/74 no dia 19 de dezembro de 1974, o conselheiro presidente Aureliano Leite emitiu parecer ainda no mesmo mês, no qual levantou alguns pontos sobre a Fazenda, tais como: os antigos proprietários das terras que eram os ingleses da família John Rudge (é anexado o brasão de armas da família); a plantação de chá; a modificação que a casa sofreu; e a construção da capela de taipa de pilão que serviria de sepultura mas não foi concluída por conta da secularização dos cemitérios³⁴;

No dia 27 de dezembro de 1974, o conselheiro e arquiteto, Carlos Lemos, dá parecer contrário ao tombamento do ponto de vista do valor histórico, justificando que praticamente nada havia sobrado da arquitetura de taipa de pilão depois das

³³ Condephaat, processo nº 0497/74, fl.2.

³⁴ Esta informação é contestada por Vilma Lúcia, chefe de Seção de Levantamentos e Pesquisas, no processo nº 22263/82 de estudo da Capela (neste trabalho ver p. 8-9).

modificações executadas pelo arquiteto Gregori Warchavchik. Afirmar ainda que a justificativa maior para o tombamento seria o interesse turístico e para atribuí-lo indica a necessidade de estudo da paisagem envoltória. Para ele, quanto ao valor histórico, não havia eventos de interesse cultural que justificassem a inserção da construção nos livros do tomo do Condephaat.

“Tal tombamento, portanto, teria como justificativa maior o interesse turístico, o qual evidentemente não pode ser atribuído somente a uma construção sem que se atente à paisagem envoltória. [...] Sob os pontos de vista histórico, artístico ou arquitetônico nada podemos descobrir de importante que possa justificar de modo plausível o pretendido tombamento.”³⁵

Ficando deliberado pelo Conselho, Carlos Lemos, posteriormente faz vistoria *in loco* sobre a qual relata que de “antigos e originais” só restava as paredes de taipa. Três meses depois o pedido de tombamento é indeferido e o processo nº 00497/74 é arquivado no dia 8 de julho de 1975.

O outro processo para o mesmo bem é aberto em 1981 com o número 21714/81, solicitado pela conselheira Lucia Falkenberg tendo em vista a manifestação de Francisco Lima de Melo, “na qualidade de cidadão”, que apontava os seguintes valores:

“Trata-se de antigo exemplar remanescente das construções do século passado, de típica sede de fazenda do Estado de São Paulo. A construção é toda de taipa, o alpendre é coberto de telha vã, e o interior tem suas dependências distribuídas conforme as edificações antigas. [...] Quanto ao jardim, ele contém velhas árvores e complementa a situação da casa no local, constituindo bela moldura paisagística. [...] Certo de estar contribuindo, com esta solicitação, para a defesa e conservação da memória histórica de São Paulo, onde praticamente tudo o que resta do nosso passado, foi destruído ou desfigurado [...]”³⁶

No processo nº 21714/81 em dois momentos, em 1982 e em 1986, foi sugerido o arquivamento deste junto ao processo nº 00497/77. Mas em 22 de janeiro de 1987 foi informada a sua reabertura à Seguradora Mineira. E no dia 29 de novembro de 1993 foi solicitado que se encaminhasse para uma historiadora.

O processo nº 00497/74, que estava arquivado, foi reaberto depois de mais de 10 anos. No dia 17 de outubro de 1986 a arquiteta Ana Maria Gouveia, do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR), emitiu parecer favorável ao tombamento respondendo, segundo ela, à solicitação do Governador e do Secretário de Estado da Cultura. No parecer é justificado o tombamento pela vontade da

³⁵ Parecer do Conselheiro arquiteto Carlos Lemos, CTET. Condephaat, processo nº 00497/74, fl.09.

³⁶ Solicitação de Francisco Lima de Melo. Condephaat, processo nº21714/81, fl.03.

sociedade civil; pelo bem ser um marco urbano; por possuir ainda elementos da arquitetura rural paulista do século XIX; e possuir significativos elementos arbóreos. Por fim esclarece que o parecer “não se fundamenta na excepcionalidade de qualquer um dos itens apresentados na justificativa, mas sua excepcionalidade é a de compor vários elementos importantes de origens diversas”³⁷. Assim, no dia 22 outubro de 1986 o processo nº 00497/74 é reaberto, e no dia 23 de março de 1987 é encaminhado para instrução da historiadora Maria Auxiliadora, ficando a partir daí sem manifestações até 1991.

O próximo documento desse processo é inserido cinco anos depois, datado de 03 de outubro de 1991, em que *O Estado de São Paulo* encaminha carta recebida em sua seção *São Paulo Reclama* em que uma leitora do jornal reclamava sobre a má conservação da residência. No dia seguinte tramita na Diretoria Técnica uma narrativa do processo desde 1974, de autoria do arquiteto Bernardo Castello Branco, na qual é ressaltada a necessidade de reestudo do bem. Nesse relato também consta a informação de que após a reabertura, em 22 de outubro de 1986, o processo havia sido extraviado, segundo ele possivelmente na ocasião da mudança da Secretaria da rua Líbero Badaró à sede atual.

Em fevereiro de 1994 o processo foi enviado para apreciação junto a equipe de “Avaliação de Processos e Guichês em Tramitação”. E no dia 23 de abril de 1996 ele foi anexado ao processo nº 21714/81. No processo nº 21714/81, após estudos realizados pelo órgão, a historiadora Marly Rodrigues dá parecer no dia 19 de abril de 1996, favorável ao arquivamento dos processos também justificado pela descaracterização da taipa de pilão embora pudesse ter valor enquanto marco da ocupação da cidade de São Paulo que seria pertinente somente ao órgão municipal.

No dia 19 de junho de 1996 o então vice-presidente do Conselho, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, comunica a deliberação do arquivamento do processo. Ainda assim, depois do arquivamento ainda houve alguma atividade nos processos. Em agosto de 2000 a Cafase Comércio, Assessoria e Eventos LTDA requereu o desarquivamento do processo nº 21714/81 sem justificativa. E no processo nº 0497/74, em setembro de 1999, Luis Soares de Camargo, Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) retira cópias do processo com o objetivo de dar continuidade ao trabalho, no entanto não temos mais informações.

³⁷ Parecer Ana Maria Gouveia, STCR. Condephaat, processo nº 00497/74, fl.24.

1.2. Capela do Morumbi



Figura 3 - Fotografia da fachada da Capela Morumbi. Fonte: Condephaat, processo 22263/82, autoria desconhecida, 1976. Imagem constante em ficha de autoria da Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisas do Departamento do Patrimônio Histórico.

O processo nº 22263/82, de 39 folhas, tratou do estudo de tombamento da capela da Fazenda do Morumbi, localizada na avenida Morumbi, nº 5387. “A Capela São Sebastião do Morumbi fazia parte, no 1º quartel do século passado, da grande propriedade produtora de chá da Índia, a Fazenda Morumbi, pertencente ao inglês John Rudge. Foi dessa fazenda que se originou o atual bairro do mesmo nome”³⁸. A capela foi propriedade da Cia. Imobiliária Morumby até 1975, quando a empresa transferiu para o município parte dos terrenos que foram loteados. A partir de então, o imóvel passou à responsabilidade do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) sob os cuidados da recém-criada Secretaria Municipal de Cultura.

A solicitação que abre o processo é de agosto de 1982 e partiu de Mário Chamie, então Secretário Municipal da Cultura. Junto da solicitação de tombamento da capela da Fazenda Morumbi também é solicitada a preservação da Casa do Bandeirante, no Butantã, e da Casa do Sertanista, no Caxingui. “Considerando o alto valor histórico e cultural desses imóveis, todos devidamente restaurados e

³⁸ Estudo em fase de guichê, da Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisas do Departamento do Patrimônio Histórico, realizado por Anita Di Marco e Mello e Wilma L. Gagliardi, maio de 1981.

transformados em Casas Museu [...]”³⁹. Sem mais discussões, Celso Marchi, então diretor da Secretaria da Cultura, comunica a abertura do processo.

É anexado na solicitação um estudo em fase de guichê, anterior à solicitação, datado de maio de 1981. O guichê é o protocolo do Condephaat para pré-estudo de bens antes da abertura de um processo de tombamento. Naquele guichê, o órgão se atenta para a taipa de pilão que foi completada com alvenaria de tijolos pelo arquiteto Gregori Warchavchik em restauração realizada em 1950, a pedido da Cia Imobiliária Morumbi. Do ponto de vista histórico a capela aparece como “Capela São Sebastião do Morumbi”, teria sido sede de um cemitério e parte da fazenda que originou o bairro e onde era cultivado o chá da índia.

No estudo da chefe de Seção de Levantamentos e Pesquisas do Condephaat, Vilma L. Gagliardi, além dos aspectos anteriores serem considerados, também discute uma informação circulada na imprensa de que a construção da taipa foi interrompida por conta da secularização dos cemitérios em 1828. Contrária a essa informação, ela menciona documento de 1886 que ainda se referia à existência da capela como sede de um cemitério. Além disso ela também chama atenção para os afrescos de Lucia Suanê que são retratados em inúmeras fotografias no processo.

Em parecer do dia 03 de novembro de 1983, Carlos Lemos foi contrário ao tombamento devido à descaracterização da capela resultante principalmente da intervenção do arquiteto Warchavchik. Carlos Lemos finaliza seu parecer se declarando contrário ao tombamento da capela embora reconheça a importância da taipa de pilão de formigão e a solução para um taipal de canto da capela. Mas conclui que “trata-se de um municipal já naturalmente preservado, fato, a nosso ver já suficiente à salvaguarda das taipas históricas”. No dia 22 de novembro de 1983, o parecer de Carlos Lemos é aprovado na síntese da decisão do Colegiado, tendo Antonio Augusto Arantes Neto como Conselheiro Presidente. E o processo é arquivado um mês depois.

No processo há recortes de jornais, de período anterior à sua abertura, com reportagens sobre a capela que reclamam a conservação do imóvel e comentam a restauração em tom comemorativo. Em uma das notícias há a informação de que a capela foi doada, em julho de 1972, pela Cia Imobiliária Morumbi para o município.

³⁹ Mario Chamie, solicitação de tombamento. Condephaat, processo 22263/82, fl.3.

2. Jardins do Antigo Palácio Pio XII

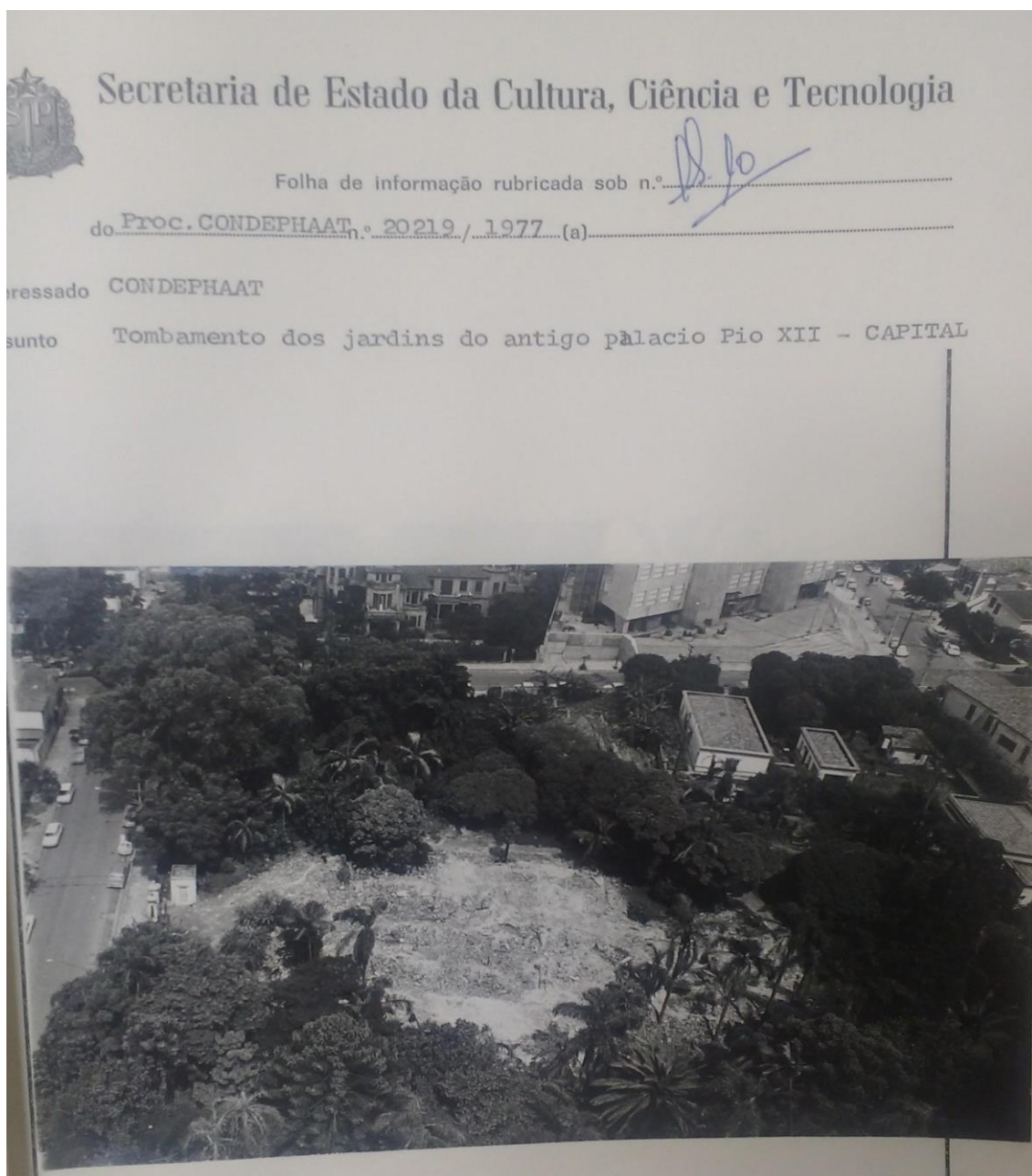


Figura 4 - Imagem aérea do jardim do palácio Pio XII e espaço vazio onde havia o palácio. Fotografia: Autoria desconhecida, s/d. Fonte: Condephaat, processo 20219/77, fl.10. Fotografia inserida em um conjunto de anexos da carta de solicitação de tombamento dos conselheiros Benedito Lima de Toledo e Aziz Ab'Saber.

O processo nº 20219/77 contém 20 folhas, foi aberto em 1977 e arquivado no mesmo ano. Estuda o tombamento do jardim localizado na rua Pio XII, nº 279, bairro Bela Vista. O jardim circundava o Palácio Pio XII - antiga propriedade da Arquidiocese de São Paulo em que residiam os bispos -, já demolido na data da solicitação de tombamento do jardim.

A solicitação de abertura do processo de tombamento partiu de Benedito Lima de Toledo e Aziz Ab'Saber, no dia 15 de fevereiro de 1977. Nela os conselheiros do Condephaat discorrem sobre a casa, sobre sua demolição e a permissão do Cardeal ao acesso de crianças ao bosque que era composto por importantes árvores.

No parecer do dia 28 de fevereiro de 1977, o conselheiro Carlos Lemos, à época diretor do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR), fez algumas ressalvas ao lembrar da existência do processo, nº 0043/71, de tombamento do próprio Palácio Pio XII. E questionou a “demonstração de fraqueza” do órgão ao atuar com uma “medida profilática” que viria impedir a construção de um prédio no local⁴⁰. Por fim conclui seu voto favorável ao tombamento, embora demonstrando preocupação com a execução das políticas de preservação do órgão. Por isso, ele sugeriu o levantamento de outros jardins para que esse caso não fosse único e apenas relacionado ao Palácio Pio XII, no entanto, ignorando a existência de estudo de tombamento daquela casa.

No dia 28 de março de 1977, o conselheiro Pedro Bandecchi, narra o processo de número 0043/71, anterior ao presente em estudo, que se referia ao tombamento do próprio Palácio Pio XII. Segundo ele, este havia partido de solicitação da ex-conselheira Lucia Falkenberg, mas a Cúria Metropolitana, provavelmente proprietária do bem, havia sido contrária ao tombamento. Naquele processo os arquitetos em comissão especial, da qual Carlos Lemos foi membro, concluíram ser inoportuno o tombamento por não haver definição de políticas de preservação pelos poderes, sendo então sugerido declarar o imóvel como sendo de utilidade pública para evitar a sua demolição. O processo foi arquivado em 07 de junho 1972⁴¹.

A partir destas considerações sobre o tombamento do Palácio, Bandecchi sugere um levantamento planialtimétrico da área. Mas depois refaz seu voto diante da dúvida, do ponto de vista processual e jurídico, quanto a possibilidade de reabertura do processo por ele narrado, que diz respeito ao tombamento do próprio Palácio Pio XII.

⁴⁰ Parecer Carlos Lemos, 28/02/1977. Condephaat, processo 20219/77, fl.12.

⁴¹ A propriedade foi vendida por Dom Paulo Evaristo Arns, em junho de 1973, à Kobayashi Habitacional Industrial do Brasil e atualmente o espaço é ocupado por prédios residenciais. Fonte: Arcoweb. Acesso: <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/memoria/marcio-curi-e-azevedo-antunes-arquitetura-20-01-2009>

No dia 04 de abril de 1977, Aziz Ab"Saber vota por transformar o pedido de tombamento em apenas sugestão de integração do jardim à nova construção, e Bandecchi reformula seu voto concordando com Ab"Saber. Por fim todos os votos são rejeitados e o processo é arquivado pelo Conselho Deliberativo.

3. Edifício situado à avenida Paulista nº 91



Figura 5 - Fotografia da casa nº 91 na Avenida Paulista. Autoria desconhecida, s/d. Fonte: Condephaat, processo 22103/82, fl.14.

O processo de tombamento nº 22103/82, da residência na Av. Paulista nº 91, bairro Bela Vista, foi aberto em 1982 e arquivado em 1983, contendo 47 folhas. Junto com este, o então Secretário da Cultura, João Carlos Martins, solicitou o tombamento de outros trinta imóveis localizados na Avenida Paulista. No mesmo mês da solicitação o processo foi aberto. O que parece ter motivado a solicitação de tombamento do imóvel foi o movimento em 1982 para a preservação de um conjunto de casas tendo em vista a importância da Avenida Paulista para a cidade de São Paulo.

No processo há um levantamento de “dados básicos para estudo de tombamento” que contém informações tais como a localização e o proprietário; o uso original, que era residencial e o contemporâneo, que era comercial; o estado de conservação satisfatório; fotos do imóvel e descrição arquitetônica. Na notificação de abertura do processo de tombamento para a proprietária foi enfatizado que a abertura do processo implicava apenas em simples estudo. Mesmo assim a proprietária, Dina Brandi Bianchi, se recusou a receber a notificação o que implicou na oficialização do aviso em ação judicial.

Após as devidas notificações e levantamento de dados pelo órgão, foi dado parecer no dia 11 de julho de 1982, de autoria dos arquitetos Antonio Luiz Dias de Andrade, Eduardo Kneese de Mello e Eduardo Corona. O parecer foi direcionado a 32 imóveis na Avenida Paulista, incluindo o nº 91. Mas foi favorável a preservação de somente 3 deles: o espólio de Lucia Azevedo, a casa nº 37, atualmente conhecida como Casa das Rosas; a propriedade de Raphael Franco de Melo, casa nº 1919; e o Grupo Escolar Rodrigues Alves. Assim, não foram preservados os outros 29 imóveis. Apesar das muitas demolições ocorridas durante o estudo do tombamento, esse não foi o caso de todas estas residências, como o imóvel nº 91 aqui em questão que foi demolido somente em 2011.

No parecer são exaltados “os valores histórico-culturais” associados a toda a região da Avenida, que residem na “nova ordem e concepção do espaço urbano, preconizados por seu idealizador, Joaquim Eugênio de Lima”. Nesse sentido três pontos são colocados no parecer, o contexto histórico de transformação econômica da cidade trazida pelas lavouras de café; a influência europeia na criação do planejamento urbano; e o sentido da preservação a partir do valor dos imóveis condicionado pelo conjunto.

O parecer foi aprovado no dia 14 de julho e o processo deveria ser arquivado. No entanto, no dia 19, foi prorrogado o prazo de estudo por mais 30 dias tendo em vista os “novos estudos sobre a legislação” de preservação do patrimônio. E no dia 01 de fevereiro de 1983, tendo Aziz Nacib Ab" saber como presidente do Conselho, decidiu-se formar comissão de vistoria para analisar, em caráter terminal, os casos pendentes da Avenida Paulista. No dia 22 de fevereiro o processo da residência nº 91 foi então arquivado, e o imóvel liberado, porém com a obrigatoriedade de

documentação da “memória urbana e social da cidade de São Paulo”, que, não sendo cumprida, acarretaria a reabertura do processo.

São anexados diversos recortes de jornais com matérias sobre os tombamentos na avenida. Embora a casa nº 91 não tenha sido tombada, em um dos recortes, sem data, possivelmente ainda de 1982, com o título “Eis o que vai restar da Avenida Paulista”, é mencionada a listagem de Benedito Lima de Toledo, de bens a serem preservados em que se inclui a casa nº 91, porém classificada como P-2, que, segundo o jornal, significa a conservação somente da fachada. É justificado pelo jornal a preservação da casa que “foi escolhida para compor uma “mancha” e realçar a paisagem onde reina, soberana, a casa nº 37 [Casa das Rosas]” e são descritas as suas características de arquitetura eclética.⁴²

4. Imóvel situado à rua Vitória nº 595

FOLHA DE S. PAULO

Mais um casarão destruído

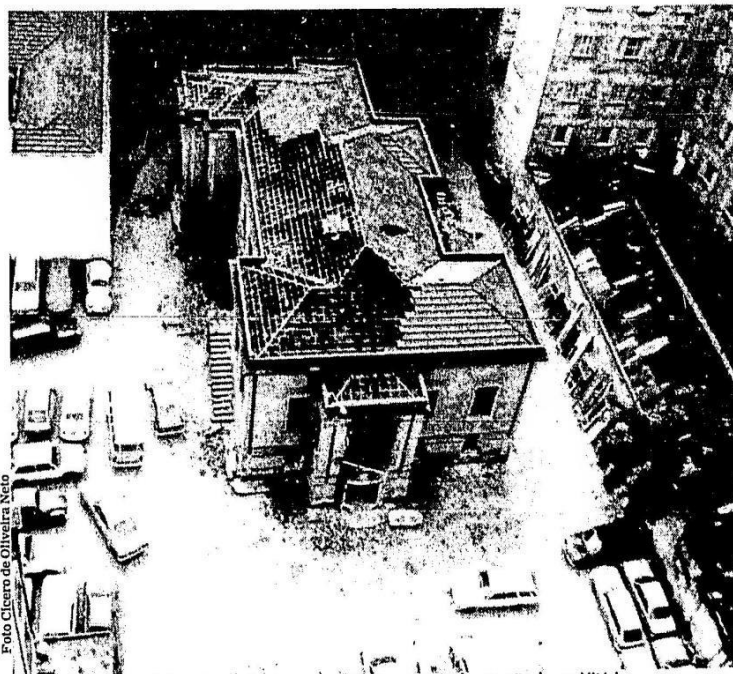
No bairro dos Campos Elísios, outro imóvel centenário é demolido às pressas.

A cidade de São Paulo está perdendo mais um de seus casarões históricos: o imóvel n.º 595 da rua Vitória, em Campos Elísios, construído no início do século. A demolição começou há alguns dias e, no final da tarde de ontem, uma escavadeira chegava ao local para completar o serviço. As 20h20 foi iniciada a demolição de um terraço frontal e de toda a fachada lateral esquerda, enquanto dez operários completavam a retirada de telhas, cantoneiras e bicos de luz.

O casarão, dotado de alguns belos componentes “art-nouveau”, como os gradis de ferro trabalhado e a cobertura da varanda lateral (já demolida), faz parte — ou fazia — da Z-8-200, uma zona de preservação especial, criada pela lei municipal 8.328, de 1975, cujos imóveis nela incluídos (de importância para a memória da cidade) não podem ser reformados ou demolidos sem a autorização da Coordenadoria Geral do Planejamento (Cogep) da Prefeitura.

DESCONHECIDO

Os pedreiros diziam desconhecer o proprietário do imóvel. “Só sabemos que é um homem de Ribeirão Preto, que contratou a gente para essa empreitada”, afirmaram. O chefe da obra, que disse se chamar José Antônio Albuquerque, também não quis revelar o nome do proprietário, e negou que trabalhasse para uma firma demolidora. “Faço serviço particular”, assegurou. Disse que a demolição estava sendo feita desde segunda-feira, embora a vizinhança tenha afirmado que os serviços começaram anteontem e continuaram na manhã.



Os pedreiros e a Prefeitura desconhecem o nome do proprietário do casarão da rua Vitória.

Figura 6 - Imagem da residência da Rua Vitória, nº 595. Fonte: Acervo Folha de São Paulo. Jornal do dia 10/07/1982, p.13. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. E acervo Condephaat, processo nº 21971/82, fl.09.

⁴² Recorte de jornal, sem autoria, sem data. Condephaat, processo nº 22103/82, fl.47.

O Processo nº 21971/82 é constituído por apenas 9 folhas e trata do estudo de tombamento da residência localizada na rua Vitória nº 595, bairro Jardim Ataliba Leonel. O processo foi aberto em janeiro de 1982 e arquivado em agosto do mesmo ano.

Em março de 1981 o arquiteto José Guilherme Savoy de Castro informou à Diretoria Técnica sobre a má conservação do imóvel sendo que, segundo ele, as obras de recuperação do imóvel somente seriam justificáveis em caso da destinação da residência a carácter público, por serem muito custosas. Castro considerava a casa um exemplar importante da arquitetura do início do século, sendo o último remanescente de habitação unifamiliar na quadra que havia passado por transformações sendo ocupada por edifícios altos na sua nova configuração. Outro fator na manifestação de Castro que agrega valor ao bem, é este ter sido parte do levantamento "Toledo-Lemos", enquadrado na Z8-200, lista de bens que se tornaram protegidos pelo município, publicada em dezembro de 1975 sob forma de Lei nº 8.328 de 02 de dezembro de 1975. Essa informação também é trazida pela matéria de jornal em que há a imagem da casa (ver figura 6).

Talvez motivado por essa manifestação, Aldo Nilo Losso, o então Diretor de Divisão da Secretaria-Executiva, solicitou a abertura do processo de tombamento no dia 22 de janeiro de 1982. Além de considerar a lista Toledo-Lemos, ele levanta também outros aspectos tais como a importância do bem na recomposição da memória da cidade; o bem ser um dos últimos remanescentes da arquitetura paulista do início do século, de ornamentação *art-nouveau*; e o seu precário estado de conservação.

No dia 14 de julho de 1982 é informada a demolição da casa, durante o período de estudo do tombamento do imóvel, o que leva ao arquivamento do processo no dia 13 de agosto de 1982. O caso teve repercussão negativa na imprensa que noticiou o ocorrido lembrando que tal ação estava judicialmente impedida pela proteção do Condephaat.⁴³

⁴³ O Decreto Estadual nº13.426 de 16 de março de 1979, em seu artigo nº 146, impede qualquer ação de modificação ou destruição do bem em estudo de tombamento quando da notificação do proprietário sobre a abertura do processo de tombamento.

5. Imóvel situado à rua Piauí nº 527



Figura 7 - Fotografia da residência na rua Piauí nº 527. Autoria desconhecida, s/d. Fonte: Condephaat, processo 27620/90, anexo do estudo de Dutra e Meneses arq. e restauro, “Análise arquitetônica do imóvel”, São Paulo 1990. Documentação fotográfica nº1, p.30.

O processo nº 27620/90 trata do bem situado à rua Piauí nº 527, bairro Higienópolis, e se constitui em 81 folhas, mais os anexos que compõem aproximadamente mais 125 folhas. Foi aberto em fevereiro de 1990 e arquivado em janeiro 1992. À época do estudo o imóvel pertencia ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS)⁴⁴, porém havia sido recentemente vendido à Encol Engenharia e Indústria S/A⁴⁵.

A solicitação de “imediata abertura do estudo”, do dia 16 de fevereiro de 1990 partiu de Rubens Harry Born e Maria Teresa Miraglia Cortes, ambos da União dos Defensores da Terra (OIKOS), e do Deputado Federal Fabio Feldmann, vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente. Nas nove linhas que compõem a solicitação de tombamento do bem, constam quatro informações: no local funcionava o escritório da Superintendência Regional da

⁴⁴ O Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS foi fundido com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, dando origem ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS criado em 27 de junho de 1990, por meio do Decreto nº 99.350. Fonte: INSS. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/>

⁴⁵ Foi cedido para ocupação da Polícia Federal entre 1965 e 2003.

Polícia Federal; o tombamento tem por objetivo impedir a demolição do edifício; o valor atribuído é “histórico e arquitetônico”; e é demonstrada intenção de futuramente enviar documentos para “ilustrar o valor do referido imóvel”.

No mesmo dia 16 o presidente do Conselho solicitou a abertura do guichê em caráter urgentíssimo. E ainda no mesmo dia é anexado o parecer de Thereza de Katinszky, diretora do Serviço Técnico. Tal parecer é favorável a abertura do processo para garantia da integridade do bem enquanto o Condephaat pudesse se certificar do seu valor como patrimônio. A diretora menciona que o bem teria pertencido ao Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, ex-presidente do Brasil, e discorre sobre a importância do bairro Higienópolis para a evolução urbanística da cidade, sendo o bem em questão um dos exemplares de imóveis da sociedade cafeeira.

No dia 19 de fevereiro o então presidente do Conselho, Edgard de Assis Carvalho, comunica a decisão de abertura do processo nº 27620/90 como medida cautelar, considerando: a importância do bairro de Higienópolis; que qualquer demolição poderia impedir o estudo (como na Av. Paulista); as resenhas já elaboradas pelo SE; os artigos 216 da Constituição Federal e 261 da Constituição Estadual; e a proposta do Deputado Fabio Feldmann. E no dia seguinte são encaminhadas as notificações à Encol, ao IAPAS, e ao Delegado do 4º DP.

No dia 12 de março de 1990 a Encol encaminha carta que havia enviado para o IAPAS no dia 08 de março, na qual propunha desfazer a compra do bem. A empresa havia encaminhado ofício para o IAPAS dizendo discordar do jornal *O Estado de São Paulo*, que nas edições dos dias 15 e 16 de fevereiro, havia insinuado a irregularidade da venda que teria ocorrido por valor abaixo do mercado. No entanto, a Encol afirma que o imóvel esteve disponível à venda por muito tempo no mercado e que o IAPAS inclusive havia recebido também outras propostas de compra. Preocupada com o nome da empresa na imprensa, tendo em vista que assunto teria passado ao tratamento no campo político, a empresa propôs desfazer a compra do bem. E aproveitou para lembrar que antes de efetivar a compra o Condephaat havia sido consultado e certificou que nada havia no órgão sobre o bem.

No dia 27 de dezembro de 1990 a Encol contestou a abertura do processo com a principal alegação de falta de justificativa para a abertura. No decorrer deste

mesmo ano a empresa mobiliza consultores no âmbito da arquitetura e história e anexa seus relatórios e pareceres à contestação. Na contestação a empresa alega inobservância da ordem de serviço nº 01/85, parágrafo 1º do artigo 1º, que determina que os pedidos de tombamento deverão ser encaminhados constando justificativa devidamente documentada (contendo ano de construção, seu construtor, planta, etc.). A empresa também questiona a prioridade dada ao pedido do deputado Feldmann a frente de cerca de 200 outros pedidos de estudo, e a extensão do prazo de 90 dias estabelecido pelo decreto 25.

Na contestação também afirmou que o ex-presidente Rodrigues Alves não constava no documento de filiações do imóvel, e nem havia documentação que comprovasse sua estadia ali (apenas o sobrinho, José Martiniano Rodrigues Alves, havia ali residido com sua esposa Sebastiana). E seguiu defendendo que arquitetonicamente havia outros imóveis mais representativos, além de que o referido imóvel não compunha mais a paisagem, ou seja, não poderia ser representativo de um período histórico que já estava esquecido na nova composição do bairro. Essas intervenções da Encol tiveram como base os pareceres técnicos, que são unânimes contrários ao tombamento, de Ruy Ohtake; Rubio e Monteiro Arq. LTDA; CFA Projetos e Consultoria; Cronos Pesquisa Histórica; Dutra e Menezes Arquitetura e Restauro.

Destes aspectos, apenas três foram refutados pelo Condephaat três meses depois⁴⁶. No dia 03 de abril de 1991 o Assistente de Planejamento e Controle afirmou que a falta de documentos exigidos pela Ordem de Serviço nº 01/85 não anularia o processo. E que deveria ser dispensado amplo acolhimento a todos que formulam pedidos para a preservação de bens culturais previstos na legislação ordinária e na Constituição, isto é, mesmo que o solicitante não seja um especialista. Sobre a reclamação quanto à demora na tramitação do processo, explicou que o prazo depende da dificuldade na obtenção dos dados e da própria produtividade do técnico encarregado, além da localização do bem quando da necessidade de vistoria *in loco*. Por fim, esclareceu que o Decreto Lei nº 25 de 1937 só se aplica à legislação estadual supletivamente, e que as circunstâncias tornam impossível a obediência a exigência de 15 dias para a instrução do processo, devido ao crescente número de tombamentos e também à extensão de alguns deles.

⁴⁶ Condephaat, processo 27620/90, fls. 66-68.

Após período de silêncio por parte do Condephaat depois da contestação da Encol, o STCR encaminha manifestação no dia 12 de março de 1991, sem assinatura, contrária ao tombamento. E somente no dia 08 de janeiro de 1992 o processo foi arquivado. Na manifestação foi afirmado que o exame do conjunto de documentos havia levado a reflexões sobre o Ato do Tombamento principalmente no que diz respeito a elementos arquitetônicos isolados e em São Paulo. E considerou a multiplicação da população na cidade no período que vai de 1940 a 1990 - que submeteu o espaço a transformações aceleradas, sendo o bairro Higienópolis irreversivelmente transformado em uma paisagem em que “os remanescentes da ocupação original assumem o caráter de exceção”⁴⁷. Assim, concluiu que a perda do imóvel pode ser considerada como parte desse processo de transformação da cidade, e uma alternativa seria guardar a memória por meio de documentação do estado atual da residência.

6. Imóvel de autoria dos arquitetos Miguel Forte e Galiano Ciampaglia



Figura 8 – Imagem da fachada da residência de autoria dos arquitetos Miguel Forte e Galiano Ciampaglia, localizada na rua Alagoas nº 1103. Foto: José Moscard, s/d. Fonte: Condephaat, processo 50806/05, fl.87, anexo da solicitação de tombamento do Conselheiro Lucio Gomes Machado.

⁴⁷ Condephaat, Processo 27620 fls. 63-64.

O processo número 50806/05 trata do imóvel de propriedade da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), situado à rua Alagoas nº 1103, esquina com a rua Edgar Egídio de Souza, no bairro Pacaembu, em São Paulo - SP. O processo possui 139 páginas, foi aberto no dia 14 de março de 2005 e oficialmente arquivado no dia 02 de novembro de 2009, embora tenha sido publicada decisão contrária ao tombamento no Diário Oficial dia 30 de setembro de 2005.

A solicitação do dia 14 de março de 2005 partiu de Lucio Gomes Machado, então conselheiro do Condephaat, em caráter emergencial. O principal valor apontado pelo conselheiro na solicitação do tombamento foi o fato da residência ter sido projetada por Miguel Forte e Galiano Ciampaglia, arquitetos renomados, e, segundo ele, de importante influência sobre futuras gerações de arquitetos. Na solicitação Machado também afirma ter presenciado a saída de entulho do imóvel, que seria uma evidência do risco de descaracterização sendo urgente o estudo de tombamento.

Com esta solicitação do arquiteto Lucio Gomes Machado, há o anexo de 20 folhas que é dividido em duas partes, uma que descreve brevemente a trajetória pessoal e acadêmica dos arquitetos e outra que diz respeito à construção do imóvel. Segundo Machado, Miguel Forte e Galiano Ciampaglia estudaram na Faculdade de Arquitetura Mackenzie; construíram e projetaram diversas obras pela sociedade Firma de Projetos e Construções Forte e Ciampaglia; e tornaram-se cunhados. São transcritos alguns excertos do texto de Mônica Junqueira Camargo, e em um deles ela explica que “Miguel fez curso de Arquitetura no período de 1934 e 1939, em meio à polêmica sobre a arquitetura moderna, especialmente em São Paulo”⁴⁸. Miguel Forte fez estágio com o arquiteto Rino Levi que foi um dos introdutores da arquitetura moderna na cidade, assim como Warchavchik⁴⁹.

Segundo Machado, Forte e Ciampaglia projetaram uma residência em 1943 para o industrial Serafino Fileppo pai das irmãs com quem se casaram. A residência propunha inovações na arquitetura residencial sintonizadas com projetos do Hemisfério Norte, mas com características originais para o contexto brasileiro⁵⁰. Terminada sua construção, em 1955, seu reconhecimento teria sido imediato sendo

⁴⁸ Contestação de Pinheiro Pedro Advogados, fl. 77, apud CAMARGO, Mônica Junqueira. *Apresentação*. Diário de um Jovem Arquiteto: Minha Viagem aos Estados Unidos em 1047. Mackenzie, 2001. Fonte: Condephaat, processo nº 50806/05.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Condephaat, processo nº 50806/05. fl. 78.

publicado na obra de Henrique Mindlin e também na de Marlene Milan Acayaba⁵¹. Segundo o conselheiro, os desenhos do projeto de arquitetura da Residência Luiz Forte, projetada pela Firma Forte e Ciampaglia LTDA, encontram-se na biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAAUSP). No processo de tombamento há cópias de onze desenhos anexadas à solicitação.

Ainda no mesmo dia da solicitação foi enviada ao presidente da FAAP, Antonio Bias Bueno Guillon, a notificação de abertura do processo de tombamento conforme ata nº 1356 da sessão ordinária do Conselho, em que informa também, como de praxe, que a preservação do bem é assegurada de acordo com os artigos 142 e 146 do Decreto Estadual nº 13.426, ficando o eventual infrator sujeito a penalidades.

No dia 18, José Roberto F. Melhem, o então presidente do Condephaat, publicou a notificação de abertura do processo no Diário Oficial. E no próximo dia 23 igual notificação foi enviada à Nair Silva de Castro Andrade (Delegada de polícia titular da 23ª DP); Angelo Andrea Matarazzo (D. Sub. Prefeito da Sé); e Fernando Martinelli (Presidente do Conpresp).

No dia 20 de março de 2005 o escritório Pinheiro Pedro Advogados representando a FAAP, contestou a deliberação do Conselho e solicitou o arquivamento do processo. Na contestação é alegada a falta de instrução do processo com base na conduta de que o ato administrativo requer justificativa. Foi ainda referido o Art. 145 segundo o qual devem ser arquivadas as propostas de tombamento que não sejam devidamente instruídas. E foi feita uma ressalva ao Art. 142 do decreto 13.426 sobre o tombamento *ex officio* embora não fosse o caso. Também foram citados os professores Antonio A. Queiroz Telles e Maria Coeli Simões Pires para argumentar que a abertura do processo deve ser precedida de inventário e ampla discussão, bem como razões técnicas que a qualifiquem.

Há ainda uma série de outros argumentos para fundamentar a contestação. Sobre a vistoria contestam que o Condephaat não considerou o estado atual do imóvel, tendo em vista um parecer de vistoria anexado à contestação, feita pela Contacto Engenharia e Construções LTDA, empresa contratada pela FAAP. A Contacto atesta que a construção estava em mau estado de conservação e também não mantinha qualquer estilo da época, não havendo então motivação para o

⁵¹ Idem.

tombamento. No parecer, que contém diversas imagens do interior da residência, vemos também que o imóvel já foi utilizado por uma escola e atualmente estava sendo usado pela FAAP como depósito de materiais.

Em outro argumento os advogados lembram que o Conselho havia recusado um projeto de modernização do prédio da FAAP e o recurso administrativo à decisão ainda estava pendente de julgamento. Por isso a FAAP relacionou este caso à abertura do processo de tombamento, acusando o Condephaat de Fraude Processual, embasados no Direito Penal art. 347: "Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoas, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito."⁵² Além disso, também contesta o ato do tombamento dizendo que se por um lado, a comunidade é beneficiada pela preservação do bem tombado, por outro lado o particular está "arcando solitariamente" com os custos decorrentes.

Em novo recurso do dia 27 de abril de 2005, que vinha "manifestar-se e oferecer provas", a Pinheiro Pedro Advogados continuou enfatizando a falta de instrução e justificativa para abertura de processo de tombamento e a pendência de julgamento do projeto de modernização da FAAP. Além disso comparou com caso análogo ocorrido em 2001, que teve o recurso acatado em 2005 permitindo a demolição do imóvel e implementação de estacionamento na rua Itatiara nº 191, bairro Pacaembu. Enquanto que havia sido recusado o projeto da FAAP que previa incremento de mil vagas de estacionamento subterrâneo. Para justificar a necessidade do estacionamento também há um apelo à segurança dos transeuntes que eram frequentemente abordados por "flanelinhas". Nesse sentido são anexadas diversas matérias de jornais que denunciam a ação dos "flanelinhas" na região.

A contestação também refutou o principal argumento do solicitante para requerer urgência na tramitação do processo que foi a existência de uma caçamba em frente da casa, dizendo que o imóvel não estava em processo de demolição nem reforma. Além de negar a informação é enfatizada a falta de documentos comprobatórios por parte do solicitante.

Em resposta à solicitação do dia 06 de junho de 2005, o arquiteto do Condephaat, Paulo Del Nero, encaminhou à Diretoria Técnica a vistoria técnica no dia 03 de agosto. Del Nero constatou grau avançado de alteração do imóvel em

⁵² Ibid, fl. 36.

relação ao projeto original sendo por isso dificultada a percepção arquitetônica e também devido a sua utilização como depósito. Na vistoria consta descrição detalhada das alterações arquitetônicas relacionadas à caixilharia, garagem, gradil, demolições, construções e ampliações. Segundo o arquiteto “o que se conservou, praticamente, foi o arcabouço estrutural em concreto armado, as paredes de alvenaria de pedras e de tijolos e, talvez, a estrutura da cobertura em madeira que não foi possível acessar.”⁵³ E concluiu negando a necessidade de abertura do processo em caráter urgente, diante da falta de evidência de demolição.

No dia 29 de agosto de 2005 o presidente do Condephaat emite síntese do voto do Colegiado aprovando parecer contrário à abertura do processo de tombamento devido a comprovação de não urgência no tombamento. O aceite do recurso é comunicado ao Pinheiro Pedro Advogados no dia 20 de setembro, e no dia 30 a decisão é publicada no Diário Oficial. No dia 20 de outubro Pedro Ernesto Py, presidente da associação de moradores Viva Pacaembu por São Paulo, encaminhou ofício em que reiterava e apoiava o pedido de tombamento. E no dia 27 de outubro o Condephaat notificou o aceite do recurso à Delegada de Polícia titular da 23ª DP; ao DD. da Subprefeitura Sé e ao Presidente do Conpresp.

Em 15 de junho de 2007 o promotor de Justiça e do Meio Ambiente, José Eduardo Ismael Lutti, solicitou ao Condephaat informações sobre o estado de conservação da “Casa Modernista da Rua Alagoas”. Assim, o Condephaat faz nova vistoria do imóvel no dia 30 de agosto, em que foi constatado que o imóvel continuava na mesma situação. Em 27 de setembro de 2007 o promotor solicitou informação sobre a situação do processo de tombamento. Del Nero então informa que o processo não era mais um processo pois não havendo descaracterização iminente que imprimisse urgência ao caso, a decisão final do Conselho foi por não prosseguir o estudo de tombamento, voltando à tramitação regular como guichê. De modo que “os autos carecem de pareceres do setor técnico e de conselheiro relator para sua tramitação regular”.

No dia 28 de dezembro de 2007 é encaminhado ao GT, especificamente para ao arquiteto Paulo Del Nero, para prosseguimento da instrução. Somente no dia 19 de agosto de 2009 o GEI relata o “repertório dos despachos”. E no dia 02 de novembro de 2009 a UPPH solicitou o arquivamento de cópias do autos e abertura

⁵³ Condephaat, processo nº 50806/05, fl.103.

de guichê com os originais retirados do processo. É então aberto o guichê nº 01022/09, do qual também não resultou em tombamento.

O processo descrito apresenta desordenamento de folhas tanto por falta de cronologia na inserção dos documentos quanto pela paginação haver sido rasurada mais de uma vez. Há inserção de documentos pertencentes a outro processo que não correspondem ao mesmo imóvel, são quatro folhas que tratam da demolição de imóvel na cidade de Itatiba-SP autorizada em 31 de agosto de 2009. A localização do imóvel é relatada no nº 650 ou apenas esquina com rua Edgar Egydio de Souza, mas o conflito pode ser resolvido analisando a planta anexada ao processo que nos remete ao imóvel nº 1103 na rua Alagoas, como também aparece mencionado no processo.

Os processos de tombamento são dossiês constituídos de documentos que compõem uma narrativa da passagem do bem pelo órgão de preservação do patrimônio enquanto objeto de discussão. Nos documentos vemos o “passo-a-passo” da discussão sobre a memória do passado que se deseja preservar, e a escolha do imóvel que é passível de valor e digno de preservação. Nessa trama de documentos que são sobrepostos uns aos outros, vemos formar um conjunto de ideias que é volúvel, ao mesmo tempo que tem seu arquétipo definido não só pelas leis e portarias, mas também pelo acúmulo de conhecimento intelectual do campo do patrimônio.

CAPÍTULO 2 - Os argumentos: valor e desvalor em debate

Vimos no capítulo anterior a descrição dos processos de estudo de tombamento de cada um dos casos escolhidos como objeto de análise neste trabalho e percebemos algumas questões gerais. Do ponto de vista da sua tramitação e importância para a construção de discursos, o processo é composto por diversos documentos que trazem elementos que são muitas vezes exteriores a ele. Além de ofícios e correspondência interna, podem ser anexados outros diversos documentos como, por exemplo, fotos e plantas. O tempo entre a inserção de

documentos, ou seja, acréscimo de novos elementos na discussão, pode variar entre dias ou longos anos por diversos motivos, o mais comum deles é a complexidade das questões em torno do bem. Também os sujeitos que manipulam essa documentação trazem em si diversos lugares de fala, concepções e objetivos.

A partir da descrição da tramitação veremos que no processo de tombamento esses diversos elementos, diversidade de fontes, disputa dos discursos, comprovação de fatos, etc., ativam discussões no que diz respeito ao valor ou desvalor dos bens com o objetivo de validar ou não o seu mérito como um patrimônio cultural. Os valores nos processos de tombamento são evidenciados na disputa entre as pessoas favoráveis e desfavoráveis ao tombamento do imóvel, e entre as pessoas que embora concordem quanto à destinação do imóvel discordem quanto à escolha da atribuição dos valores e desvalores.

Esses embates são encontrados na solicitação de tombamento, em uma possível contestação, e nos pareceres do Condephaat. A solicitação obviamente sempre expõe valores os quais se acredita como passíveis de elegibilidade para o tombamento e a contestação o imediato oposto. Os pareceres do Condephaat podem ser contrários ou favoráveis, sendo que em processos arquivados sabemos que o Condephaat foi contrário ao tombamento em sua decisão final, mas encontramos também pareceres favoráveis que mais tarde não são aprovados pelo Conselho. No entanto outros valores que não são enfatizados em calorosas discussões podem ser percebidos pela frequência com que aparecem nos documentos ou pela agudeza como são refutados. E também pela necessidade ou não de comprovação das informações e percepção de quais documentos específicos são anexados ao processo.

O estudo de tombamento pelo órgão de preservação além de levantar dados sobre o bem em questão também incorre em um campo de forças que vai determinar qual é o patrimônio cultural de uma sociedade. Neste capítulo os argumentos contrários e favoráveis que são debatidos nos processos serão contrapostos a fim de entender o caminho no âmbito da valoração que levou a se sobressair o desvalor de cada residência, tornando-a inapta ao ato do tombamento.

1.1. A sede da Fazenda Morumbi

Como visto no capítulo anterior, a sede da Fazenda Morumbi localizada na Avenida Morumbi, nº 5594, Bairro Morumbi, foi objeto de estudo no processo nº 0497/74 que foi aberto em dezembro de 1974 a pedido da Prefeitura do Município, e arquivado em 1996. Este foi anexado ao estudo paralelo para o mesmo bem no processo nº 21714/81, aberto em abril de 1981 e arquivado em julho 1996. O bem passou por uma reforma projetada pelo arquiteto Gregori Warchavchik e deram pareceres a este processo os conselheiros Aureliano Leite, Carlos Lemos e a conselheira Marly Rodrigues.

A casa, segundo o que se apreende dos processos, teria sido construída em 1813 e passado por uma reconstrução na década de 1950 tendo como responsável o arquiteto modernista Gregori Warchavchik. E em 2005 foi tombada, junto com a capela, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) ⁵⁴.

Em parecer de Aureliano Leite, de 26 de dezembro de 1974, sabemos que “as terras do Morumbi pertenceram inicialmente ao Súdito inglês John Rudge, nascido em Stround of Parish, Goucestershire, em 1792”. Segundo ele “John Rudge mandou vir da Inglaterra e transmitiu a seus herdeiros o brasão de armas de seus ascendentes, o qual denota pertencerem eles às mais altas famílias do poderoso reino”. O conselheiro assim informa anexar ao parecer a imagem do brasão da família e “apontamentos genealógicos”⁵⁵.

⁵⁴ Conpresp, resolução nº 11/2005.

⁵⁵ Parecer do conselheiro Aureliano Leite, 26 de dezembro de 1974. Acervo UPPH, Condephaat, processo nº 00497/74.

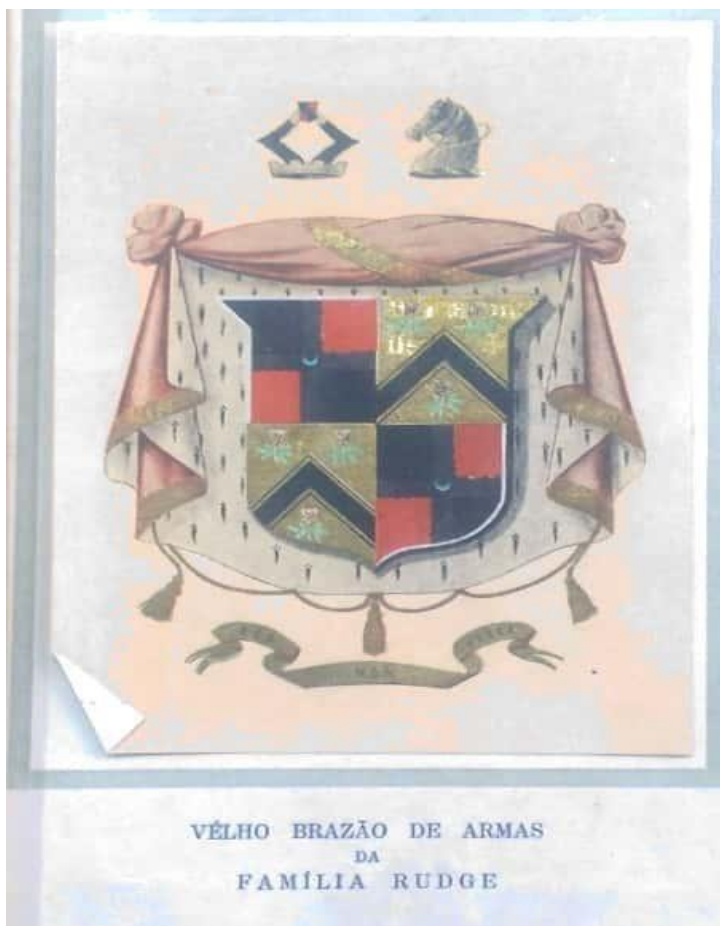


Figura 09 - Brasão de armas da família Rudge. Fonte: Condephaat, processo 21714/81, fl.09.

Ao que tudo indica, as terras passaram à propriedade do inglês Rudge no fim do período colonial. O conselheiro Aureliano Leite se remete a esse contexto de ocupação do solo brasileiro, especificamente valorizando a origem estrangeira do proprietário e sua genealogia “do poderoso reino”, e o contexto de ocupação que deu origem ao bairro do Morumbi. Ainda hoje, o Morumbi, região oeste do município de São Paulo, é um bairro nobre ocupado pela população pertencente às classes média e alta.

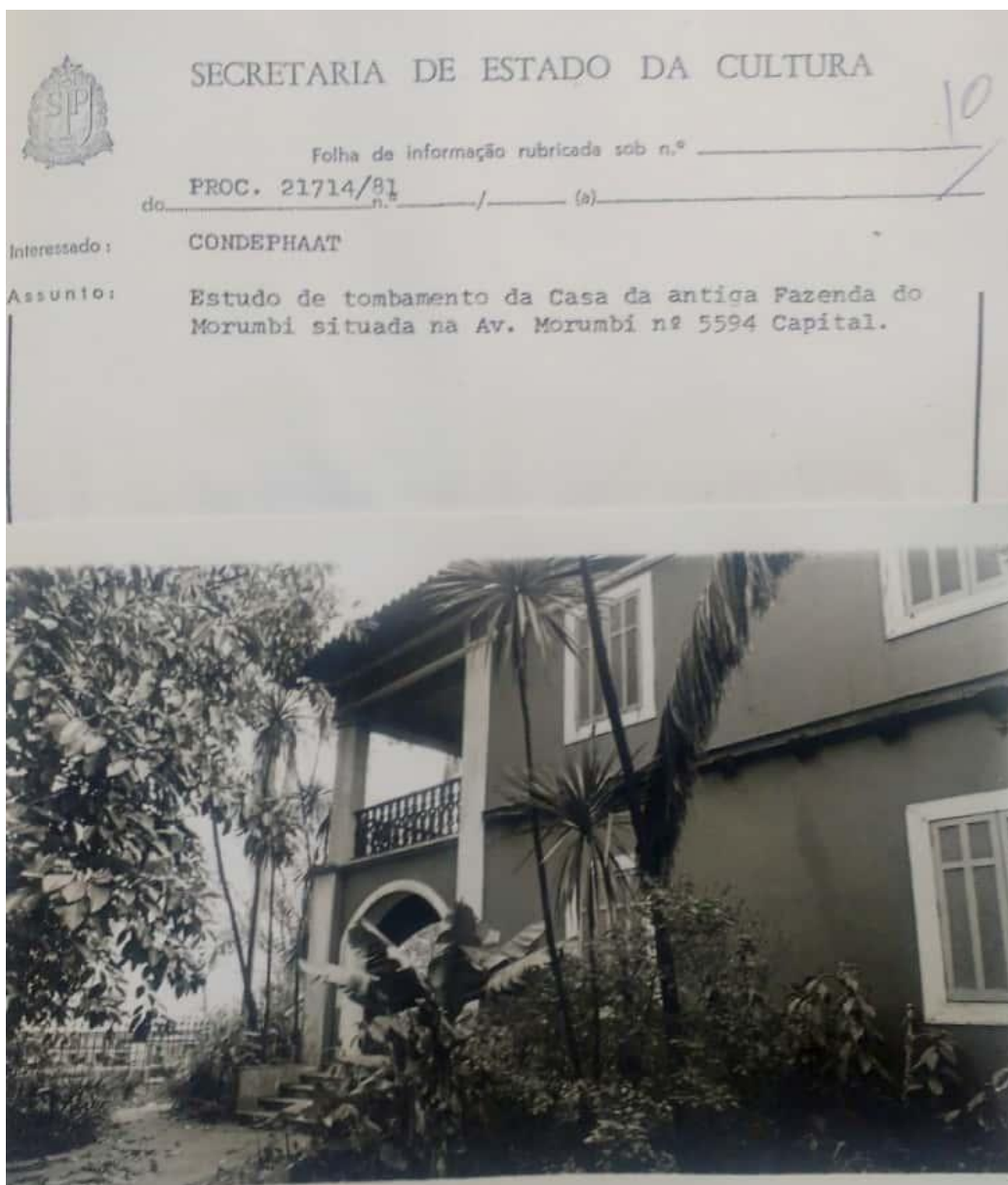


Figura 10 - Fotografia da casa da Fazenda Morumbi. Autoria desconhecida, s/d. Fonte: Acervo Condephaat, processo 21714/81, fl.10.

No contexto da arquitetura colonial no qual a sede da fazenda foi construída, com mão de obra escrava, a taipa de pilão ou a taipa de mão (pau a pique) eram as técnicas construtivas predominantes no Brasil. Assim, a casa da fazenda foi construída em taipa de pilão, técnica em que o barro é socado dentro de uma estrutura de madeira formando grandes blocos.

Ao que tudo indica, foi essa técnica construtiva do período colonial o aspecto considerado relevante do ponto de vista do valor arquitetônico, para o Conselheiro Carlos Lemos e para a Conselheira Marly Rodrigues. No entanto, a casa passou por uma reforma que a descaracterizou, tendo como principal prejuízo a substituição da

taipa de pilão. Apagando o aspecto que lhe imprimia valor, a transformação da casa a desvalorizou diante do órgão. Assim, concluiu o conselheiro Carlos Lemos em 1974:

“Da arquitetura antiga de taipa de pilão praticamente nada mais há, devido às sucessivas reformas e adaptações. A principal intervenção, feita pelo arquiteto - Warchavchik, desfigurou-a completamente, impedindo, praticamente, a reversão ao feitiço original”⁵⁶.

E também a conselheira Marly Rodrigues em 1996:

“[...]O tombamento, porém, não se justifica, nesse caso, uma vez que o edifício originalmente em taipa de pilão, guarda muito pouco desta técnica construtiva e das soluções espaciais características que poderiam torná-lo documento da arquitetura paulista e, como tal, ser reconhecido pelo poder público.”⁵⁷

Tendo a casa sido reformada em meados do século XX pelo russo Warchavchik, Carlos Lemos no novo parecer de 1975, enfatiza a descaracterização da taipa de pilão, embora confirme a existência das quatro paredes externas. Mas levanta ainda outros aspectos que também descaracterizam a casa quanto ao seu período de construção “antigo e original”:

“Verificou-se que, de antigos e originais, só existem mesmo as quatro paredes externas de taipa de pilão. Todos os interiores foram totalmente remodelados a partir da grande reforma promovida pelo arquiteto Gregori Warchavchik. Todos os caixilhos, marcos, horebreiras, batentes, portas, forros, soalhos, etc. são novos e alguns, inclusive, muito mal imitados. Depois, verificou-se que o próprio partido original se desfigurara com a inclusão de vasto alpendre térreo que envolve duas paredes externas: a dos fundos e uma das laterais. Esse alpendre, inclusive, possui uma estrutura de telhado totalmente espúria, que jamais compareceu em qualquer tipo de construção paulista antiga”⁵⁸.

Diante do exposto, verifica-se que ao analisar os valores históricos e arquitetônicos, o que de fato implicaria em valoração ao bem seria a característica “antiga e original” que foi considerada inexistente. Assim, valorizou-se a taipa colonial, e outros elementos originais, em contraposição à história das escolhas de Warchavchik quando do contexto de transformação do bem.

Neste processo há ainda outros aspectos importantes do ponto de vista da valoração que são claramente resumidos no parecer de Marly Rodrigues. Em seu parecer de 1996, ela faz uma síntese do processo de tombamento criticando os

⁵⁶ Parecer do Conselheiro Carlos Lemos, CTET, 24/12/1974. Condephaat, processo nº 00497/74, fl.09. Ver anexo 1.

⁵⁷ Parecer Marly Rodrigues. Condephaat, processo nº 21714/81, fl.21, fl.21v, fl.22. Ver anexo 2.

⁵⁸ Parecer do conselheiro Carlos Lemos, de 24/01/1975. Condephaat, processo 00497/74, fl.13.

conflitos que nele figuraram. Nele ela explicita o embate de opiniões no interior do órgão entre o parecer de Aureliano Leite, que “enaltece a linhagem dos proprietários” e o de Carlos Lemos que mostra que o bem não carrega valor para tombamento devido a sua descaracterização. A decisão de arquivamento do processo foi, segunda ela, “contestada por um grupo mais conservador, interessado em construir uma tradição que acrescentasse valor àquele loteamento seletivo e „chic””. Rodrigues se posiciona contrária a esse ponto de vista, em favor da característica arquitetônica que daria valor ao bem que é a taipa de pilão, embora esta também não justifique o tombamento por estar descaracterizada. Mesmo sem valor que habilitasse o imóvel para o tombamento, segundo Marly Rodrigues a restauração do edifício para tornar o imóvel útil para local de festas de alto padrão serviria para garantir a sua manutenção.

No processo há um conflito em torno do voto de qualidade do presidente do Conselho que pode evidenciar um subterfúgio em um momento conflituoso ou a falta de domínio dos trâmites burocráticos pelos funcionários. Entendemos que este seja o caso dito como “manobras políticas” e “polêmica jurídica” que Marly Rodrigues mencionou em seu parecer. Além disso, o processo é extraviado e reaberto em 1981, embora já houvesse sido arquivado, e diante dessa tramitação um tanto confusa ele é encaminhado para a historiógrafa, Marly Rodrigues, que dá o parecer que é decisivo, em 1996.

O único elemento passível de valoração por fim é apontado por Rodrigues. Ela pontua a importância do bem como um “remanescente das habitações da área rural que circundava o núcleo urbano de São Paulo”, no entanto enfatiza o seu valor somente para a cidade, e, conseqüentemente em contraposição ao seu desvalor para o estado. Assim conclui que o valor enquanto marco da ocupação da cidade de São Paulo não seria pertinente ao Condephaat, mas apenas ao órgão municipal, o Conpresp. Este é um argumento frequentemente utilizado no interior do órgão estadual.

De fato, em 2005 o Conpresp tombou a casa, e, em conjunto, também a capela da fazenda que será discutida em seguida. A resolução nº 11/2005 estabeleceu em seu parágrafo segundo que no lote da casa da fazenda o tombamento compreenderia a preservação somente das paredes de taipa e da vegetação. Novamente o valor do bem reside na técnica construtiva da taipa de

pilão, mas à época o Condephaat ainda não tinha entendimento da possibilidade de tomar não o bem inteiro, mas os aspectos nele que eram considerados significativos, neste caso, originais.

Por fim, cabe levantar alguns outros aspectos do processo, como a atenção dada aos aspectos físicos da residência, sua técnica construtiva e demais características. Assim, o Condephaat anexa ao estudo diversas fotografias da casa, embora as fotos não facilitem a percepção destes detalhes. No entanto, na solicitação que valoriza a ocupação do bairro Morumbi e a genealogia do antigo proprietário são anexados o brasão de armas da família e recortes de jornais que reclamavam pela conservação. A documentação escolhida para elucidar um argumento também diz muito sobre a concorrência da atribuição do valor.

Apesar da importância dada ao aspecto arquitetônico do imóvel para atribuir seu desvalor, a utilização original do imóvel enquanto residência não é discutida. Sendo uma residência, não é levantada a questão do “morar” em São Paulo naquele período e quais os aspectos da residência evidenciam a utilidade enquanto morada específica daquele tempo. Lemos faz alguma consideração sobre o “partido original” que foi desfigurado com a inclusão de um alpendre, ainda assim uma consideração que mais diz sobre a arquitetura original. E Rodrigues menciona “soluções espaciais” das quais a casa também “guarda muito pouco”. Ela também pontua a característica rural, mas sem desenvolver como esta influência no modo de morar das pessoas naquela casa e região.

1.2. Capela da Fazenda Morumbi

O processo nº 22263/82, estudou o tombamento da capela da Fazenda do Morumbi, localizada na avenida Morumbi, nº 5387. O imóvel pertencia, à época do estudo, ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) sob os cuidados da Secretaria Municipal de Cultura que acabava de ser criada. A solicitação partiu do então Secretário Municipal da Cultura, Mário Chamie, e o parecer contrário ao tombamento foi do conselheiro Carlos Lemos, que teve como ponto principal a restauração feita pelo arquiteto Warchavchik.

No parecer do processo de tombamento da sede, e não capela, da Fazenda Morumbi, anteriormente visto, Aureliano Leite também afirma que a casa “era

acrescida de um corredor secundário de construções destinadas à capela e a hospedar os visitantes de Santo Amaro”, e depois que “além da casa grande, algo modificada na parte exterior e interior, e podada inteiramente do correr das construções secundárias, John Rudge iniciou a edificação, em taipa de pilão, de uma capela, a alguma distância da residência, destinada a servir de sepultura”⁵⁹. Portanto, a capela em estudo, dada sua localização no processo como sendo na Av. Morumbi nº 5387, seria esta segunda construção distante da casa.

Sobre a origem e usos da capela, temos alguns dados que são levantados no estudo de tombamento:

“Documento de 1886 se refere como sede de um cemitério localizado dentro dos limites da Fazenda Morumbi, que na época pertencia ao alemão Bernardo Diederiksen. Data de 1912 uma provisão do Arcebispo de São Paulo concedendo autorização para a celebração de missa na Capela, na época muito pobre, contando apenas com uma imagem de São Sebastião e um crucifixo”⁶⁰

Embora estes estudos não nos informem como se identificou a localização no atual nº 5387 da Avenida Morumbi, a que se referem os documentos - que, por sua vez, não são anexados ou referenciados -, tomaremos para a presente análise apenas a informação constante na nossa fonte que é o processo de tombamento nº 22263/82.

⁵⁹ Parecer do conselheiro Aureliano Leite, 26 de dezembro de 1974. Acervo UPPH, Condephaat, processo nº 00497/74 de tombamento da sede da Fazenda Morumbi.

⁶⁰ Estudo em fase de guichê, da Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisas do Departamento do Patrimônio Histórico, realizado por Anita Di Marco e Mello e Wilma L. Gagliardi, maio de 1981. fl.20.

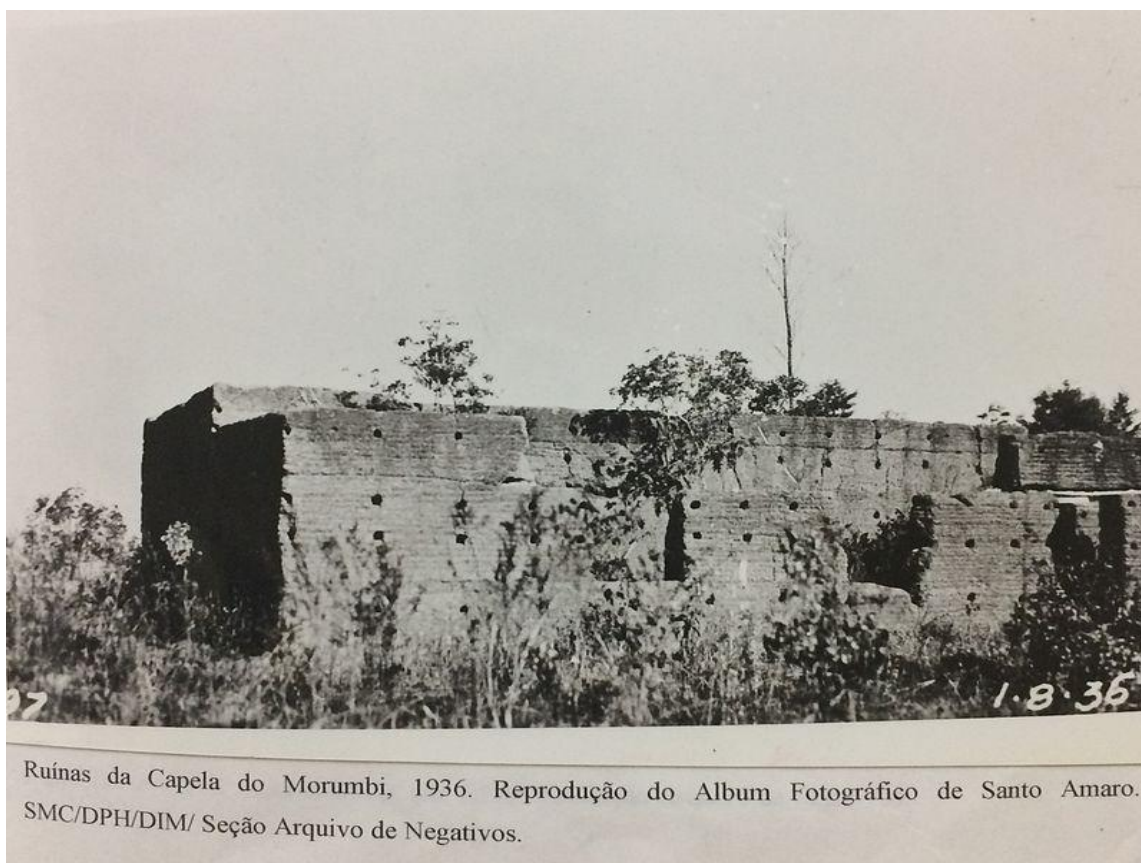


Figura 11 - ruínas que foram transformadas na atual Capela do Morumbi, 1936. Imagem: Thaisrs.
Fonte: Infopatrimônio. Disponível em: <http://www.infopatrimonio.org>.

Como dito anteriormente, inicialmente a área da capela fazia parte das terras da Fazenda Morumbi de John Rudge, que após loteamentos ao longo do tempo se tornou propriedade da Cia Imobiliária Morumby, essa por sua vez contratou Warchavchik para construir a capela. Segundo o estudo, “essa capela, tal como se encontra hoje, foi construída em 1950 sobre paredes de taipa de pilão já existentes, e complementadas em alvenaria de tijolos segundo projeto do arquiteto Gregori Warchavchik”⁶¹. Supomos que essa iniciativa tenha sido uma tentativa de valorizar o loteamento, não só pelo significado religioso da edificação que o tornaria um edifício simbólico na região, mas também pelo prestígio do arquiteto modernista responsável pela obra como já visto no caso da sede da Fazenda. No entanto essa tentativa de tornar útil o espaço por meio de ações construtivas infieis à história e à edificação original é criticada pelo conselheiro Carlos Lemos tendo em vista as recomendações internacionais que desaprovam a imitação das técnicas do tempo passado.

⁶¹ Estudo em fase de guichê, da Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisas do Departamento do Patrimônio Histórico, realizado por Anita Di Marco e Mello e Wilma L. Gagliardi, maio de 1981. Condephaat, processo 222,63/82. fl.20.

Em 1975 a companhia transferiu para o município parte dos terrenos que foram loteados. Em 1979 o imóvel passou por obras de revitalização, quando foram construídos sanitários e copa. O espaço central foi destinado a atividades culturais que ocorrem ainda nos dias atuais, sendo inaugurado para visitação desde janeiro de 1980⁶². Quando foi solicitado o pedido de tombamento, em 1982, o imóvel pertencia ao DPH e à Secretaria Municipal de Cultura.



Figura 12 - desenho da Capela do Morumbi em que observamos a taipa e a alvenaria. Seção Técnica de Levantamentos e pesquisa, 01/07/1977. Fonte: Condephaat, Processo 22263/82, fl.18.

Entre os órgãos envolvidos, e no processo de tombamento no Condephaat, circularam informações diversas sobre a origem das ruínas das paredes de taipa de pilão como sendo uma capela consagrada a São Sebastião dos Escravos, ou como capela destinada a sepulturas dos proprietários da fazenda, e ainda que tenham sido apenas ruínas de um paiol⁶³.

“Há uma versão de que as paredes de taipa nunca foram concluídas porque a capela destinava-se a servir de sepultura aos proprietários da fazenda, e com a secularização dos cemitérios em 1828, as obras de construção foram interrompidas. Tal versão perde no entanto sua validade porque documento de 1886 refere-se a essa capela como sede de um cemitério localizado

⁶² Histórico da Capela Morumbi. Vilma Lucia Gagliardi. Chefe da Seção de Levantamentos. Condephaat, processo 22263/82, fl.19. E Museu da Cidade. Disponível em: <http://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/quem-somos/capela-do-morumbi/>.

⁶³ Museu da Cidade. Disponível em: <http://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/quem-somos/capela-do-morumbi/>

dentro dos limites da Fazenda Morumbi que nesse ano pertencia ao alemão Bernardo Diederiksen”⁶⁴.

Dentre estas questões, é notória a falta de documentação que esclareça a origem das ruínas. Diante disso, não sabemos também no que se baseou o arquiteto Warchavchik para o projeto de uma capela literalmente em cima das ruínas de taipa de pilão.

No parecer do dia 03 de novembro de 1983 Carlos Lemos é contrário ao tombamento devido à descaracterização da capela em relação à sua construção original. Não havendo a construção original, o imóvel não se ajusta a nenhuma “corrente arquitetônica do passado”, e dessa forma não apresenta valor que expresse a história da arquitetura, tal qual é a valorizada para a cidade. Portanto, é enfaticamente criticada a obra do “renomado arquiteto”,

Que não teve preocupação alguma, nas duas intervenções [sede e capela], em ater-se às regras técnico-construtivas próprias da arquitetura tradicional paulistana, fazendo ali verdadeiras invenções que agora não vale a pena comentar, ficando assinalado somente que a capela, em sua conformação atual, não filia-se a qualquer corrente arquitetônica do passado, parecendo ter sido inspirada em exemplares hispano-americanos. Sabemos, também, que hoje as recomendações internacionais não toleram o aproveitamento de ruínas no intento de valorizá-las criando novos espaços úteis, ainda mais quando nessa intervenção recorre-se à „unidade estilística“, isto é, apela-se à imitação de soluções próprias do tempo do momento aproveitado.⁶⁵

Assim, foi desvalorizada a trajetória de constituição da história e da construção da capela em seu formato contemporâneo que remete a “exemplares hispano-americanos”. Carlos Lemos finaliza seu parecer se declarando contrário ao tombamento da capela embora reconheça a importância da taipa de pilão de formigão e a solução para um taipal de canto.

Mas conclui que “trata-se de um municipal já naturalmente preservado, fato, a nosso ver já suficiente à salvaguarda das taipas históricas”⁶⁶. Assim como no caso da casa da fazenda, verificamos novamente o conflito da responsabilidade pela preservação entre os âmbitos estadual e municipal. De fato, o imóvel pertencia ao DPH e à Secretaria Municipal de Cultura. No entanto o tombamento, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) só ocorreria em 2005. E novamente na sua resolução nº

⁶⁴ Histórico da Capela Morumbi. Vilma Lucia Gagliardi. Chefe da Seção de Levantamentos. Condephaat, processo 22263/82, fl.19.

⁶⁵ Parecer conselheiro arquiteto Carlos Lemos, 03/11/1983. Condephaat, processo nº22263, fl.35-36. Ver anexo 3.

⁶⁶ Idem.

11/2005, desta vez em seu parágrafo primeiro, vemos serem estabelecidos o tombamento não de toda a edificação, mas de alguns aspectos considerados importantes, estes que se remetem ao original em taipa de pilão, e também os elementos posteriores da década de 1950.

Um aspecto interessante dos casos da Fazenda do Morumbi é que não é solicitado o tombamento de toda a Fazenda, como será futuramente no Conpresp, mas separadamente a casa e a capela. Outro aspecto é que os dois bens existem até hoje e estão em utilização, a casa como imóvel privado usado para eventos de luxo, e a capela preservada pelo Conpresp como patrimônio que é aberto ao público.

2. Jardim do Palácio Pio XII

O processo nº 20219/77, tratou do estudo de tombamento do jardim localizado na rua Pio XII, nº 279, bairro Bela Vista. A solicitação de abertura do processo de tombamento partiu de Benedito Lima de Toledo e Aziz Ab'Saber em 1977 e deu parecer favorável ao tombamento o conselheiro Carlos Lemos, e parecer contrário o conselheiro Pedro Bandecchi, sendo o processo arquivado no mesmo ano. O jardim compunha o Palácio Pio XII - antiga propriedade da Arquidiocese de São Paulo em que residiam os bispos -, imóvel já demolido na data da solicitação de tombamento do jardim. Sobre o imóvel os conselheiros lembram da existência do processo, nº 0043/71, de tombamento do próprio Palácio Pio XII, que foi indeferido pelo órgão por na época não haver definição de políticas de preservação pelos poderes.



Figura 13 - Palácio Pio XII e seu jardim. Autoria desconhecida, s/d. Fonte: Condephaat, processo 21719/77, fl.05.

Na solicitação de abertura do processo que partiu de Toledo e Ab'Saber no dia 15 de fevereiro de 1977, eles enfatizam o bom estado de conservação de portão “monumental” ainda existente; lamentam a demolição da residência do arcebispo, onde o Cardeal permitia o acesso de crianças ao bosque; lembram da origem da Praça Dom José Gaspar, do Palácio Episcopal São Luiz; apontam as árvores como típicas dos antigos jardins residenciais paulistanos; e qualificam a área como uma das poucas áreas verdes da região sendo benéfica para o uso da população.

No dia 28 de fevereiro de 1977, o conselheiro Carlos Lemos, à época diretor do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR), dá parecer favorável ao tombamento. No entanto lembra do processo de tombamento do imóvel demolido e afirma que dele “sobrou vegetação ímpar” que poderia ser tombada. Assim, os primeiros valores são a lembrança da residência no jardim e a importância da vegetação em si. No entanto ele também questiona se “não estaria o Condephaat dando demonstração de fraqueza, tombando parte remanescente de um todo que não pôde preservar?” Para Lemos o tombamento do jardim “é uma medida

profilática que viria obstaculizar o indiscriminado corte de árvores testemunhas da velha residência aristocrática”, e impediria a construção de um prédio no local⁶⁷.

[...] É que o gravame do tombamento representado pela conservação das árvores, limitando a taxa de ocupação do lote, forçando a previsão de uma torre altíssima, existe tanto à priori como à posteriori à demolição e, assim, poderíamos, por coerência fazer levantamentos, ou rápidas listagens, de grandes jardins particulares da cidade que igualmente pudessem continuar a existir⁶⁸.

Os valores do jardim como memória da residência que ali existia e de preservação de uma vegetação, são transformados afinal em meio para impedir a ocupação da área por “uma torre” altíssima, uma construção prevista desde quando ainda existia a residência. Assim, pode-se supor que esse objetivo do tombamento como meio de obstaculizar a construção de um prédio já existia desde o pedido de tombamento do Palácio em si, não sendo originado da demolição.

Por fim conclui seu voto demonstrando preocupação com a execução das políticas de preservação do órgão, sugerindo o levantamento também de outros jardins para embasar o tombamento em questão, com o objetivo de não deixar transparecer que o tombamento do jardim estaria relacionado com o processo de tombamento da residência, sem sucesso.

[...]somos a favor do tombamento solicitado, somente não desejamos que ele seja único, pois essa manifestação pontual poderá parecer que o processo já existente de tombamento do Palácio Pio XII, de andamento tumultuado como nos lembramos, nunca deixou de tramitar e nesse lento andar veio a preservar só o jardim, já que a casa, o centro de interesse maior, foi demolida à nossa revelia⁶⁹.

No dia 04 de abril de 1977, Aziz Ab'Saber dá voto substitutivo a sua solicitação, por transformar o pedido de tombamento em apenas sugestão de integração do jardim à nova construção, e Bandecchi reformula seu voto concordando com Ab'Saber. Para Pedro Bandecchi o julgamento do tombamento do jardim estaria relacionado com a reabertura do processo de tombamento do Palácio. Este havia sido arquivado devido a falta de definição de políticas de preservação sendo recomendado o seu arquivamento e declaração do bem como de utilidade pública para evitar a demolição. Assim Bandecchi concorda com Ab'saber tendo em vista que o desconhecimento de “dispositivo legal que regule a reabertura de

⁶⁷ Parecer Carlos Lemos. Fonte: Condephaat, processo 20219/77, fl.12. Ver anexo 4.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

tombamento”. Por fim todos os votos são rejeitados e o processo é arquivado pelo Conselho Deliberativo.

3. Avenida Paulista nº 91

O processo de tombamento nº 22103/82, da residência na Av. Paulista nº 91, bairro Bela Vista, foi aberto em 1982 e arquivado em 1983. Foi solicitada a abertura do processo em 09 de junho de 1982, pelo então Secretário da Cultura, João Carlos Martins, junto de outros trinta e um imóveis localizados na mesma Avenida Paulista. Deram parecer contrário ao tombamento os arquitetos Antonio Luiz Dias de Andrade, Eduardo Kneese de Mello e Eduardo Corona, no dia 11 de julho de 1982, embora no mesmo parecer tenham sido favoráveis ao tombamento de três imóveis na avenida. Em 18 de janeiro de 1983, é questionada a falta de instrução dos processos por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Mário Savelli e Helena Saia. Os pareceres do processo nº 22103/82 citam as outras residências em estudo na avenida, mas consideraremos aqui apenas a residência à qual diz respeito este processo que é a nº 91 da Avenida Paulista.

O parecer assinado pelos arquitetos Antonio Luiz Dias de Andrade, Eduardo Kneese de Mello e Eduardo Corona, é o documento mais expressivo de todo o estudo em que podemos ter melhor percepção dos valores atribuídos às residências. Tanto que devido ao seu caráter de estudo e levantamento de informações, um outro parecer depois reclama por uma melhor instrução do processo. Assim, nos atentaremos a discussões imprescindíveis de muitos trechos daquele parecer o que nos levará a sua transcrição quase total.

No parecer de Andrade, Kneese e Corona são pontuados, de modo geral, quatro aspectos principais: o contexto histórico de transformação econômica da cidade; a Avenida Paulista como marco; a influência europeia no planejamento urbano; e o sentido da preservação a partir do valor dos imóveis condicionado pelo conjunto.

O parecer primeiramente estabelece como principal aspecto na região a transformação do espaço urbano, tendo como marco a criação da Avenida Paulista:

“os mais expressivos valores históricos-culturais associados à região da Paulista residem na nova ordem e concepção do espaço urbano, preconizados por seu idealizador, Joaquim Eugênio de Lima [...]”⁷⁰

Esse recorte temporal da criação da Avenida Paulista, leva-nos ao contexto histórico da transformação do espaço da cidade de São Paulo:

“A cidade de São Paulo, àquela época, havia rompido as fronteiras da vila colonial. Expandira-se, crescera e, sobretudo, enriquecera. Os lucros obtidos com as lavouras de café, a oeste avançadas por ferrovias recém construídas, possibilitaram à burguesia emergente estreitar seus vínculos com a cidade que se consolidava como pólo comercial, financeiro e industrial. Sucessivas crises vividas pela „grande lavoura” tinham obrigado os cafeicultores a redirecionar suas aplicações num mercado estável e seguro: o imobiliário”⁷¹.

Junto da urbanização, percebemos como protagonistas dessa transformação os barões do café. Temos assim estabelecidos os primeiros valores históricos, a urbanização, e os lucros do café como motivadores da transformação do espaço e da ascensão econômica e social da burguesia que ocuparia a Avenida Paulista. Esta, enquanto alvo de preservação como patrimônio cultural, surge como marco desse momento histórico de transformação urbana que buscava se basear na qualidade de vida europeia.

“Os fatos havidos na região da Avenida Paulista, contudo, revelam de modo significativo, o momento histórico. Buscou-se um novo modelo de espaço. Aspiravam seus empreendedores à qualidade europeia de vida, naquele instante, tão íntima e próxima. As ruas deveriam, todas, ser arborizadas. Recuos obrigatórios ofereciam espaço para amplos jardins. Os padrões arquitetônicos, via de regra, observavam estilos clássicos, interpretados, é certo, com toda a liberdade, gostos e vontades. Como o modo de vida, os materiais de construção, arquitetos e operários, foram trazidos da Europa. São Paulo assim conquistou o seu „boulevard”. Ganhou personalidade, pois não prevaleceu, apenas, o modelo transposto. A sociedade nova deixou suas marcas e sua identidade no espaço e nas obras de arquitetura. O fazendeiro, o industrial e o comerciante, enriquecidos na metrópole emergente, todos, não negando totalmente suas origens recriaram o modelo urbano universalmente vigente, adaptando-o à uma realidade própria.”⁷²

Diante do exposto, temos a valorização da Avenida Paulista em um contexto histórico específico da cidade de São Paulo, como já dito, tendo o protagonismo dos barões de café, considerando um período de abundância paulista, e a “nova concepção urbana” inspirada fortemente no modo de vida europeu. E disso parte o

⁷⁰ Parecer Antônio Luiz Dias de Andrade, Eduardo Kneese de Mello e Eduardo Corona, 11/07/1982. Fonte: Condephaat, processo nº 22103/82, fl.20. Ver anexo 5.

⁷¹ Idem.

⁷² Parecer Antônio Luiz Dias de Andrade, Eduardo Kneese de Mello e Eduardo Corona, 11/07/1982. Fonte: Condephaat, processo nº 22103/82, fl.20.

que é fundamental para entender a valoração de residências como patrimônio cultural material edificado, o estabelecimento da predominância do estilo arquitetônico clássico.

O conjunto, sem exceção, dessas obras é que importava preservar como testemunho maior de momentos tão importantes para a cidade de São Paulo. A avenida paulista, todavia, perseguiu no tempo sua trajetória, síntese dos padrões da elite paulistana. Soberbos solares obrigaram-se a ceder lugar a grandes e modernos edifícios, novos modelos de arquitetura e de vida. [...] À vista do exposto, concluímos pouco ou quase nada restar a decidir com relação a preservação dos estoicos exemplares que ainda persistem como testemunho menores de importantes e reveladores momentos passados. O que sobra acha-se comprometido profundamente pela perda do sentido de conjunto e mesmo aqueles casos remanescentes encontram-se bastante descaracterizados por indiscriminadas reformas e adaptações inadequadas [...] ⁷³

Apesar de todas as considerações feitas sobre a Avenida Paulista e o contexto histórico da cidade, o parecer chega à conclusão de que aqueles aspectos descritos já perderam o sentido tendo em vista que não compõem mais um conjunto de elementos. Mesmo os imóveis que não foram demolidos na década de 1950 no contexto de horizontalização da avenida, os que “sobraram”, não possuem mais características para valoração ora pela “perda do sentido de conjunto” ora pela sua descaracterização causada por reformas. Concluímos assim, que não sendo escolhido o bem nº91 da Avenida Paulista, ele tenha sido desvalorizado por algum destes dois motivos. Ou seja, não “guardam valores que justifiquem medidas legais que assegurem sua preservação, como últimos documentos de um tempo já perdido.

Ainda assim, foram selecionados como uns dos “poucos imóveis merecedores de atenção”, as casas nº 37 e nº 1919 que “além de suas qualidades de arquitetura intrínsecas, mantém com o lote urbano relações dignas quando considerada a primitiva situação”. E “o Grupo Escolar Rodrigues Alves, como exemplo de uso institucional do nobre espaço da cidade”.

No entanto esse foi um único parecer destinado a todos os imóveis. E as considerações feitas ao conjunto não nos explicitam quais elementos tornam o Grupo Escolar Rodrigues Alves um “exemplo de uso institucional” do espaço. E nem quais são as mencionadas “qualidades de arquitetura intrínsecas” das casas nº 37 e nº 1919. E Independente do que signifique manter “com o lote urbano relações

⁷³ Idem, fl.21.

dignas quando considerada a primitiva situação”, também não é especificado quais são os elementos nas residências que atestem isso.

Transpondo estes pontos, ao estabelecer uma relação comparativa com a casa nº 91, temos o sentido oposto. Não é possível delimitar os aspectos na casa nº 91 que a expropiem das “qualidades de arquitetura intrínsecas”, e das “relações dignas” com o lote urbano. E considerando os valores exaltados pelos arquitetos, não é possível observar em que aspectos da residência nº 91 não é possível verificar que ela compunha aquele conjunto de imóveis, ou o contrário, quais os aspectos determinantes do conjunto não estão presentes naquela residência. O mesmo vale para o caso de descaracterização, não sabemos o que especificamente na residência o determinou. Na hipótese de todos ou algum destes motivos de valoração não serem considerados existentes especificamente na casa nº 91, não é possível verificar como a conclusão se deu de modo empírico.

Tratam deste assunto Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Mário Savelli e Helena Saia que em 18 de janeiro de 1983 retomam o parecer de Andrade, Kneese e Corona:

“O parecer dos Conselheiros Dias de Andrade, Corona e Kneese de Mello colocou muito justamente o eixo de interesse para o tombamento no fato urbanístico que é a Avenida Paulista, cuja abertura, no fim do século passado, represente modelo novo de vida urbana, de inspiração europeia, fundamental para distinguir o modo de vida rural, no qual aliás, a burguesia do café, constituída por urbanistas de tempo parcial, fundamentava seu poderio. Traços característicos são as ruas arborizadas, os recuos, os padrões (quase sempre) da arquitetura clássica, os materiais importados e manipulados por mão de obra também importada, etc. Em suma, não se trata de examinar o „mérito arquitetônico” (seja lá o que esta expressão signifique) de edifícios isolados, mas de avaliar a significação documental que algum deles eventualmente possa abrigar, relativamente ao fato urbanístico da Avenida Paulista. ”⁷⁴

No entanto, concordando com as considerações feitas pelos arquitetos que são lembradas, Meneses, Savelli e Helena Saia, concluem que “a instrução dos processos, a esse respeito, é nitidamente insuficiente. ” E recomendam:

“Encaminhamento dos processos, com urgência, ao STCR, para a instrução adequada. A análise dos casos individuais deveria ser precedida de uma formulação geral do quadro, em que a Avenida Paulista, historicamente, fosse caracterizada nos seus aspectos de fenômeno físico e sua apropriação pelo homem (ocupação do solo, paisagem, arquitetura, papéis urbanos, representações sociais, etc.). ”⁷⁵

⁷⁴ Parecer de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Mário Savelli e Helena Saia, 18/01/1983. Condephaat, processo nº22103/82, fls.31-34.

⁷⁵ Idem.

4. Imóvel situado à rua Vitória nº 595

O Processo nº 21971/82 de tombamento da residência localizada na rua Vitória nº 595, bairro Jardim Ataliba Leonel, foi o mais breve dos casos em estudo de tombamento do presente trabalho, e no qual a demolição do imóvel foi a causa do arquivamento, ou seja, o motivo pelo não tombamento.

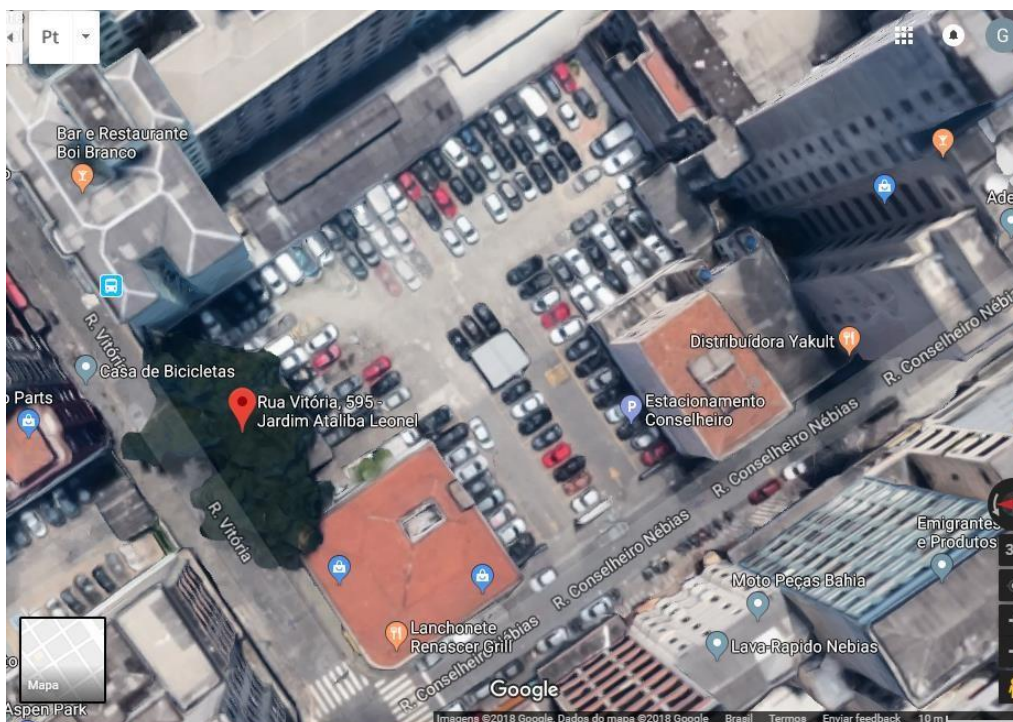


Figura 14 – imagem aérea da área onde existia a casa na rua Vitória nº 595, atualmente utilizada como estacionamento. Fonte: Google street view, acesso em: 11/2018.

Em março de 1981 o arquiteto José Guilherme Savoy de Castro informou à Diretoria Técnica sobre a má conservação do imóvel. E enfatizou o valor do bem como um exemplar importante da arquitetura do início do século, sendo o último remanescente de habitação unifamiliar na quadra que havia passado por transformações sendo a paisagem então ocupada por edifícios altos.

O precário estado de conservação do imóvel foi considerado como descaracterização, de onde parece surgir o anseio de repô-la, até mesmo ao jardim já totalmente perdido. Mas as obras de recuperação seriam muito custosas, e segundo Casto, somente justificáveis se o imóvel fosse destinado a uso de “caráter público”. Portanto, um dos valores do imóvel, consiste em seu aspecto original e antigo. E para atribuí-lo, este deveria ser reformado a fim de repô-lo à suas

características perdidas. No entanto, essa atribuição de valor tem um limite que só seria importante o suficiente a ponto de, para tal, ter um alto custo econômico, se fosse para o seu uso público. Sendo Castro favorável ao tombamento, concluímos que essa é uma sugestão não só para o tombamento, mas também para a passagem da propriedade para o poder público.

Castro também informa que o bem constava no levantamento "Toledo-Lemos", enquadrada na Z8-200, lei municipal que remete à COGEP, outro motivo para valoração. Cabe lembrar que Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos foram os autores da primeira lista oficial de bens que se tornaram protegidos pelo município, publicada em dezembro de 1975 sob forma de Lei n 8.328 de 02 de dezembro de 1975 que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de usos especiais Z8⁷⁶. Assim, na manifestação de Savoy Castro é anexado o Programa de Preservação de Bens Culturais e Arquitetônicos da Área Central de São Paulo, de Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, COGEP 200. Nele são mencionados, além do precário estado de conservação, outros aspectos arquitetônicos como a ornamentação em *Art-Nouveau*, o alpendre lateral, o portão, gradil e caixilhos.

No dia 22 de janeiro de 1982. Aldo Nilo Losso, o então Diretor de Divisão da Secretaria-Executiva, solicitou abertura do processo de tombamento. Losso considerou a importância da casa na "recomposição da memória da cidade"; a inclusão na relação Toledo-Lemos; e o "precário estado de conservação". E tem como maior justificativa o seu aspecto arquitetônico, e especificamente no seu caráter "remanescente" e exemplar de um conjunto que estava se perdendo, o estilo Art-Nouveau, e a sua "implantação no lote" que é específica:

"Trata-se de um dos últimos remanescentes da arquitetura paulista no início do século, de forte inspiração Art-Nouveau. Edifício com alpendre lateral, sua implantação no lote é própria daquelas residências. Além disso, os portões, gradis e caixilhos onde se evidenciam as características do estilo, são exemplares e de execução requintada." ⁷⁷

Antes que se procedesse os estudos do tombamento, e manifestações do Conselho quanto a habilitação do imóvel para o tombamento, houve a sua demolição

⁷⁶ ANDRADE, Paula Rodrigues de. O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

⁷⁷ Solicitação de abertura de processo de tombamento, de Aldo Nilo Losso, 22/01/1982. Condephaat, processo nº 21971/82, fl.05. Ver anexo 6.

que é informada no dia 14 de julho de 1982, o que leva ao arquivamento do processo no dia 03 de agosto de 1982. O ocorrido tem repercussão nos periódicos "O Estado de São Paulo" e "Folha de São Paulo" que são anexados ao processo.

Em matéria do dia 11 de setembro de 1982, "O Estado de São Paulo" dizia: "Ninguém obedece ordem de preservar o casarão", e continua afirmando que não foi respeitada apesar das multas e do embargo impostos. O fiscal foi chamado em denúncia de vizinha, mas só restou a parte de trás da casa, destelhada. O dono de um bar afirmou para o jornal que conhecia a casa desde 1954 e nunca havia conhecido nenhum morador. No dia 13 de setembro outra matéria do mesmo jornal que dizia "e nada restou do casarão", afirma que apesar de protegido pela área especial de zoneamento o casarão havia sido derrubado.

5. Imóvel situado à rua Piauí nº 527

O imóvel na rua Piauí nº 527 no bairro Higienópolis pertencia ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), porém havia sido recentemente vendido à Encol Engenharia e Indústria S/A. O processo de tombamento nº 27620/90 foi aberto em fevereiro de 1990, em caráter urgente devido ao risco de demolição, e arquivado em janeiro 1992. A solicitação partiu de Rubens Harry Born e Maria Teresa Miraglia Cortes, ambos da União dos Defensores da Terra (OIKOS) e do deputado federal Fabio Feldmann, vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente. No dia 27 de dezembro de 1990 a Encol Engenharia contesta a abertura do processo com a principal alegação de falta de justificativa para a abertura. Na contestação a Encol mobiliza diversos consultores no âmbito da arquitetura e história, que são considerados em parecer final que determina o arquivamento do processo.

Na breve solicitação de tombamento temos as primeiras informações sobre a residência, as quais nos leva a supor a importância da residência por ter sido local de funcionamento do antigo escritório da Superintendência Regional da Polícia Federal. No entanto o parecer do Serviço Técnico do Condephaat, favorável ao tombamento aponta como principais valores ter sido moradia de Francisco de Paula Rodrigues Alves, e a localização no nobre bairro de Higienópolis.

Thereza de Katinszky, diretora do Serviço Técnico, dá parecer favorável ao tombamento. Nele a diretora menciona que o bem teria pertencido ao Conselheiro

Francisco de Paula Rodrigues Alves, ex-presidente do Brasil. E exalta sua personalidade que “deixou marcas de grande valor para a vida social e material do povo brasileiro, além, de exemplos de extraordinária força moral tão difíceis de se identificar nos homens públicos da atualidade”. Também discorre sobre a importância do bairro Higienópolis para a evolução urbanística da cidade, que, segundo ela, teve o parcelamento do solo pensado para contribuir para “uma alta qualidade ambiental” onde foram construídos “numerosos edifícios de fatura primorosa, dos quais restam alguns exemplares entre os quais o imóvel em questão, quase todos representativos da sociedade cafeeira.”⁷⁸

No dia 19 de fevereiro de 1990 o processo é aberto, considerando, entre outras questões, a importância do bairro de Higienópolis que estava sendo alvo de estudo pelo órgão; que qualquer demolição poderia tornar inócuo o estudo (como na Av. Paulista); as resenhas já elaboradas pelo Serviço Técnico e a proposta apresentada pelo “nobre” deputado Fabio Feldmann.

No dia 27 de dezembro a Encol Engenharia contesta a abertura do processo tendo como principais argumentos aqueles do ponto de vista processual, dentre eles a alegação de falta de justificativa para a abertura, isto é, a falta de instrução do processo devidamente documentada.

Do ponto de vista histórico e arquitetônico, na contestação é afirmado que o ex-presidente Rodrigues Alves não consta no documento de filiações do imóvel, e nem há documentação que comprove sua estadia ali - segundo o estudo encomendado pela Encol apenas residiu ali o sobrinho de Rodrigues Alves. E que o referido imóvel não compõe mais a paisagem, isto é, não cria um conjunto de imóveis que caracterize o tempo do qual ele é representativo - tema que abordaremos em seguida. Todos os argumentos tiveram como base os pareceres técnicos de arquitetos ou empresas contratadas pela construtora para o estudo, que são unânimes contrários ao tombamento.

Tal contestação é incorporada pelo órgão tendo em vista as considerações do STCR do dia 12 de março de 1991, as quais não reconhecemos a assinatura. Segundo o texto a contestação apresentada pela Encol Engenharia teria levado a reflexões sobre o Ato do Tombamento como instrumento de preservação.

⁷⁸ Parecer de Thereza Katinszky, diretora do serviço técnico, 16/02/1990. Condephaat, processo n°27620/90, fl.08.

“A cidade, no período que vai de 1940 a 1990 teve sua população multiplicada de 2 para 12 milhões de habitantes; seu espaço, em decorrência, foi e vem sendo submetido a transformações/mutações aceleradas [...] A detecção de novas variáveis permitiria um ajuste ao tempo dos critérios que estabelecem normas para a ação institucional.”⁷⁹

Nesse sentido é exemplificado o tombamento dos bairros Jardins e Pacaembu que abordam essa questão da transformação do espaço, sendo que em ambos os casos estão presentes a vontade da população e o momento histórico dos bairros em “escala metropolitana”. No entanto o bairro Higienópolis é apontado como não enquadrados nestes critérios.

“Em Higienópolis o quadro é diverso: o momento foi perdido, a imagem original foi transformada radical e irreversivelmente, tendo sido substituída, a partir dos anos 30/40 por outra, a merecer avaliação. A imagem/paisagem atuais do bairro espelham um novo período também importante da história da cidade. Nesta paisagem os remanescentes da ocupação original assumem o caráter de exceção. Sua preservação deveria levar em consideração informações dos dois períodos, o original e o atual que imprimiu ao bairro uma nova homogeneidade; A preservação dos remanescentes do período original se justificará caso esses elementos sejam carregados de qualidade/valores culturais inquestionáveis e reconhecidos no âmbito coletivo”

A conclusão a que se chega é a de que o “ajuste dos critérios ao tempo” no estudo deve considerar a inclusão do imóvel em um bairro e em “escala metropolitana”. Nesse caso, a paisagem original do bairro Higienópolis foi transformada e os imóveis da ocupação original assim “assumem o caráter de exceção”. O imóvel da rua Piauí para ser reconhecido como representativo do seu período original deveria possuir as “qualidades/valores culturais inquestionáveis e reconhecidos no âmbito coletivo”, por fim são delimitados estes dois critérios que são contraditoriamente genéricos.

E cita exemplos de imóveis tombados pelo Condephaat que “além das qualidades arquitetônicas possuem condições geográficas adequadas à nova configuração do bairro” valores que não são expressados na residência da rua Piauí nº 527 como “é demonstrado com correção pelo material de pesquisa apresentado pelos atuais proprietários”. Assim, apesar de representar “um novo período também importante” no qual a “preservação deveria levar em consideração informações dos

⁷⁹ Considerações do STCR, 12/03/1991 Fonte: Condephaat, processo nº 27620/90, fls. 63. Ver anexo 7.

dois períodos”, é valorizado um período no qual a perda do imóvel seria parte do processo de transformação e “não seria total” que o imóvel fosse documentado.

Afastando-nos por um momento do desvalor do imóvel apontado pelo órgão, é interessante voltar à solicitação de abertura do processo que enaltece o bairro que é nobre, a moradia de Rodrigues Alves, e notar que o mesmo foi tombado na resolução nº 03 de 2012 pelo Conpresp como um “exemplar de moradia abastada do início do século XX”, e existe até os dias atuais.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução 26/CONPRES/2004 e seu artigo 2º, que trata da Abertura de Tombamento dos imóveis enquadrados ou propostos como ZEPEC pela Lei nº 13.885/2004 e não protegidos por legislação de tombamento municipal; [...]

CONSIDERANDO o valor histórico, arquitetônico, artístico, referencial e paisagístico da antiga residência da Rua Piauí, 527, esquina da Rua Itacolomi, no bairro de Higienópolis, como exemplar de moradia abastada do início do século XX

O processo de tombamento do Condephaat foi arquivado no ano 1992 e o tombamento pelo Conpresp viria somente em 2012, entre esse período sem medidas de preservação pelos órgãos de patrimônio o imóvel permaneceu conservado. O imóvel vendido em 1990 voltou a ser propriedade do INSS devido ao não pagamento de dívidas da empresa Encol que declarou falência em 1999. A residência foi leiloada no dia 19 de setembro de 2018, por um arremate de 26 milhões de reais, valor quase 75% superior ao lance inicial. Nos noticiários do ocorrido as manchetes remetem ao imóvel como antiga residência do ex-presidente do Brasil e sede da antiga Divisão de Ordem Política e Social (Dops)⁸⁰.

6. Residência projetada por Forte e Ciampaglia

O processo número 50806/05 trata do imóvel de propriedade da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), situado à rua Alagoas nº 1103, esquina com a rua Edgar Egídio de Souza, no bairro Pacaembu, em São Paulo - SP. O processo foi aberto no dia 14 de março de 2005 e arquivado no dia 02 de novembro de 2009. A solicitação de estudo de tombamento partiu de Lucio Gomes Machado, então

⁸⁰ Carceragem da ditadura, casarão erguido por ex-presidente vai a leilão em SP. *Folha de São Paulo*, 02/09/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/carceragem-da-ditadura-casarao-erguido-por-ex-presidente-vai-a-leilao-em-sp.shtml>; e Casarão do Dops é arrematado por R\$ 26 milhões em leilão em SP. *Agência Estado. Estadão*. R7. 19/09/2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/casarao-do-dops-e-arrematado-por-r-26-milhoes-em-leilao-em-sp-19092018>

conselheiro do Condephaat, em caráter emergencial, e foi contestada pela proprietária. O principal valor na solicitação do tombamento, é o imóvel ter sido de autoria de Miguel Forte e Galiano Ciampaglia, arquitetos renomados de importante influência no campo profissional⁸¹. Mas o que de fato motivou a busca do tombamento como ferramenta para a preservação foi a alegação de flagrante de entulho do imóvel que possivelmente indicava um risco de descaracterização sendo urgente o estudo de tombamento.

A importância da residência reside primeiramente nos seus arquitetos autores, e a partir disso pressupomos que, conseqüentemente, sejam valorizados os aspectos na construção que são característicos do estilo arquitetônico destes arquitetos. Fatores mais importante do que outros mais comuns em estudos como por exemplo seus primeiros proprietários ou o bairro e o contexto histórico de ocupação do solo.

A atribuição do valor dos autores da construção é evidenciada pelos próprios tipos de documentos arrolados no processo. O solicitante do estudo faz um levantamento do histórico acadêmico e profissional dos arquitetos e depois segue para o histórico de construção da residência. Como dito anteriormente, Machado explica que Miguel Forte e Galiano Ciampaglia estudaram na Faculdade de Arquitetura Mackenzie, e juntos também projetaram diversas obras pela sociedade Firma de Projetos e Construções Forte e Ciampaglia. É importante também notar os indícios que nos levam a uma ênfase ao estilo moderno característico destes arquitetos. Sabemos por meio do processo que “Miguel fez curso de Arquitetura no período de 1934 e 1939, em meio à polêmica sobre a arquitetura moderna, especialmente em São Paulo”⁸², e fez estágio com o arquiteto Rino Levi que foi um dos introdutores da arquitetura moderna na cidade, assim como Warchavchik⁸³.

Dada a atenção para a carreira dos arquitetos, a solicitação depois segue para a projeção e construção da residência, que foi projetada em 1952 e teve a construção concluída em 1955. No processo são anexadas fotos das áreas internas e externas da residência, e planta da localização. É informada a composição familiar

⁸¹ Solicitação de tombamento do Conselheiro Lucio G. Machado, 14/03/2005. Fonte: Condephaat, processo nº 50806/05, fl.76. Ver anexo 8.

⁸² Processo nº 50806/05. Acervo Condephaat. Contestação de Pinheiro Pedro Advogados, fl. 77, apud CAMARGO, Mônica Junqueira. *Apresentação*. Diário de um Jovem Arquiteto: Minha Viagem aos Estados Unidos em 1047. Mackenzie, 2001.

⁸³ Idem.

sendo em um casal e quatro filhos, e descritos os programas social, de serviço, íntimo e externo. Também há plantas detalhadas dos andares térreo e superior. E descritos os materiais empregados na estrutura, que é concreto armado, na laje, alvenaria, muros, móveis, revestimentos, etc. Além de toda a descrição do aspecto arquitetônico anexada no processo, é evidente a importância da residência do ponto de vista arquitetônico tendo que, segundo o conselheiro, os desenhos do projeto encontram-se na biblioteca de uma renomada faculdade de arquitetura, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAAUSP). E é citada publicação de 1956, um ano após a construção, de Henrique Mindlin, intitulada “Modern Art in Brazil”, pela editora Colibris, São Paulo, em que provavelmente a residência é mencionada.

No dia 20 de março de 2005 o escritório Pinheiro Pedro Advogados representando a FAAP, contesta a deliberação do Conselho sob a justificativa de falta de instrução do processo. Remetem-se ao Art. 145 segundo o qual devem ser arquivadas as propostas de tombamento que não sejam devidamente instruídas. Também são citados os professores Antonio A. Queiroz Telles e Maria Coeli Simões Pires para argumentar que a abertura do processo deve ser precedida de inventário e razões técnicas. Os advogados também lembram que o Conselho havia recusado um projeto de modernização do prédio onde funciona a FAAP, e relacionam este caso à abertura do presente processo de tombamento, acusando o Condephaat de Fraude Processual, embasados no Direito Penal art. 347: "Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoas, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito.⁸⁴" Em Novo recurso do dia 27 de abril de 2005, os advogados continuam enfatizando a falta de instrução e justificativa para abertura de processo de tombamento e voltam a questionar pendência de julgamento do projeto de modernização da FAAP, que, vale ressaltar, diz respeito a outro imóvel que não este em estudo de tombamento. Para justificar a necessidade do estacionamento há um apelo à segurança dos transeuntes que são frequentemente abordados por flanelinhas.

A primeira contestação vai além do bem em questão quando contesta o Ato do Tombamento colocado no clássico embate no campo do patrimônio, entre o benefício e o ônus, do coletivo e do particular. E também nega o principal argumento

⁸⁴ Ibid, fl. 36.

do solicitante para requerer urgência no processo que é a existência da caçamba em frente da casa, que seria indício de demolição ou reforma do imóvel.

Além daqueles argumentos do ponto de vista processual, há ainda uma série de outros argumentos para fundamentar a contestação, que dizem respeito ao bem em si. Sobre a vistoria os advogados reclamam que o Condephaat não considerou o estado atual do imóvel. Este havia sido utilizado por uma escola e estava à época sendo usado pela FAAP como depósito de materiais, e, portanto, teria sofrido diversas reformas. Assim não haveria então motivação para o tombamento, tendo em vista que a construção se encontrava em mau estado de conservação e também não mantinha “qualquer estilo da época”, embora não fique esclarecido qual o “estilo da época” e a qual relação ou não do imóvel com tal estilo.

Em resposta a uma solicitação do dia 06 de junho de 2005, o arquiteto do Condephaat, Paulo Del Nero, encaminha à Diretoria Técnica a vistoria técnica. Nela Del Nero confirmou o argumento da contestação sobre a manutenção da residência. Constatou grau avançado de alteração do imóvel em relação ao projeto original sendo por isso dificultada a percepção arquitetônica. Na vistoria consta descrição detalhada das alterações arquitetônicas relacionadas à caixilharia, garagem, gradil, demolições, construções e ampliações. Mas segundo o arquiteto “o que se conservou, praticamente, foi o arcabouço estrutural em concreto armado, as paredes de alvenaria de pedras e de tijolos.”⁸⁵ E conclui seu parecer contrário à abertura urgente do processo de tombamento, diante da falta de evidência de demolição.

“Não há indicações técnicas que esclareçam quanto à premência da abertura de processo de tombamento. Ou seja, evidências de demolição das paredes de alvenaria e/ou do arcabouço estrutural. O que há, é a utilização indevida do imóvel como canteiro de obras de marcenaria para exposições, para a confecção de estandes ou similar, como já salientado.”⁸⁶

O Colegiado aprova o parecer contrário à abertura do processo de tombamento devido a comprovação de não urgência do tombamento. O aceite do recurso é comunicado ao Pinheiro Pedro Advogados no dia 20 de setembro de 2005. Em 15 de junho de 2007 o Promotor de Justiça e do Meio Ambiente, José Eduardo Ismael Lutti, solicita ao Condephaat informações sobre o estado de conservação da dita “Casa Modernista da Rua Alagoas”. Assim, o Condephaat faz nova vistoria do

⁸⁵ Acervo Condephaat, Processo nº 50806/05, fl.103.

⁸⁶ Idem

imóvel no dia 30 de agosto de 2007 em que não é constatada alteração na situação do imóvel. Em 27 de setembro de 2007 o promotor solicita informação sobre a situação do processo de tombamento. Del Negro então informa que o processo não é mais um processo pois não havendo descaracterização iminente que imprima urgência ao caso, a decisão final do Conselho foi por não prosseguir o estudo de tombamento, voltando à tramitação regular como guichê - que é o protocolo do Condephaat para o pré-estudo de bens antes da abertura de um processo de tombamento. E “nesse sentido, os autos carecem de pareceres do setor técnico e de conselheiro relator para sua tramitação regular”.

Possivelmente somente motivado pela busca do promotor de justiça, no dia 28 de dezembro de 2007 o processo é encaminhado ao arquiteto Paulo Del Nero, para prosseguimento da instrução. E somente no dia 02 de novembro de 2009 a UPPH solicita o arquivamento de cópias do autos e abertura de guichê com os originais retirados do processo. É então aberto o guichê nº 01022/09 que foi arquivado no dia 13 de julho de 2017.

O que temos, portanto, no caso da rua Alagoas nº 1103, é um valor arquitetônico da residência especificamente quando relacionada a seus autores e ao estilo modernista. Mas que é desvalorizado devido a uma descaracterização do imóvel que embora seja significativa não é analisada em comparação com os aspectos modernistas originais. Ademais, há desordenamento de folhas, inserção de documentos pertencentes a outro processo, dificuldade em localizar a casa que ora aparece como situada no nº 1103 ou 650, ora somente esquina com rua Edgar Egydio de Souza.

É interessante notar que toda a discussão do Condephaat é balizada pela urgência ou não da abertura do processo, ou seja, a abertura do processo de estudo de tombamento antes do pré-estudo no guichê. Quando se chega a uma conclusão, o processo não é arquivado e só será aberto o guichê quando o Promotor de Justiça e do Meio Ambiente busca por informações sobre o caso. E mesmo assim, depois de aberto o guichê, conclui-se que o imóvel não possui valor para abertura de processo de tombamento.

A discussão dos valores, embora aparentemente restrita ao órgão do poder público estadual e aos intelectuais que se debruçam sobre os cânones da cultura, arquitetura, história e sociedade, é dinamizada pelos interesses em conflito das pessoas ali discutem. Os valores culturais e patrimoniais não são naturais nem ao bem, muito menos à sociedade que o julga e dele faz uso. São construções complexas, como veremos no próximo capítulo. No olhar atento ao embate entre o valor e o desvalor nos processos, diversas questões foram levantadas que carecem de aprofundamento e análise.

CAPÍTULO 3 - O Triunfo do Desvalor

Assim como as políticas de preservação do patrimônio têm uma trajetória na sua construção que passa pelo estabelecimento dos critérios de valoração, a história de um bem não começa no início do estudo no processo e nem termina na ocasião de seu tombamento ou indeferimento. Embora nosso foco sejam os desvalores nos processos de tombamento arquivados pelo Condephaat, vale lembrar quais aspectos também estão relacionados a eles enquanto lugar de discussão do ato do tombamento. Os valores acerca de um bem começam a ser nele depositados desde a sua construção e continuam até os seus usos contemporâneos, que estão sempre em processo de transformação. Nas destinações do bem podemos presenciar sua demolição ou manutenção - possível mesmo sem as políticas de preservação; e sua repercussão e criação de discursos na imprensa, na educação patrimonial ou no imaginário coletivo.

Nesse universo, o nosso objetivo é analisar as atribuições de desvalor por parte do órgão público estadual de preservação do patrimônio, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de São Paulo (Condephaat), a fim de contribuir para a história das políticas de preservação no Estado. Pensando na atribuição dos fatores necessários para a habilitação do bem ao ato do tombamento, fatalmente também estão sendo assinalados neste trabalho a atribuição dos valores. Quando são atribuídos determinados valores, outros são apagados, e também outras memórias e outros discursos sobre o passado. Perseguimos os desvalores pois estes nem sempre são evidenciados, mas quando se sobressaem evidenciam uma escolha.

Os processos de tombamento arquivados pelo Condephaat nos levaram a diversos discursos sobre a história da cidade de São Paulo, especificamente sobre o estabelecimento de residências em seus diferentes contextos. Nos processos vimos diversas questões sobre valores históricos, sociais e arquitetônicos, que transitam entre os intelectuais do órgão e ocasionalmente em diálogo com os proprietários dos imóveis. Também vimos essas questões serem balizadas pelo contexto específico do processo de tombamento, e serem definidas pelo sentido de desvalor presente em todos os casos selecionados.

Neste terceiro capítulo foram selecionados os principais desvalores em cada um dos casos em estudo. São eles os que aparecem na argumentação contrária ao tombamento e que, sendo o processo arquivado, triunfam na decisão final. Estes, que já foram apresentados anteriormente, serão especificamente analisados buscando instituir questões sobre os critérios de valoração do Condephaat.

Sede e capela da Fazenda Morumbi

No capítulo anterior foram elencados diversos argumentos com ênfase para a discussão dos valores nos processos de tombamento da sede e da capela da antiga Fazenda Morumbi, estudo que se iniciou em 1974 e teve duração de duas décadas. Dessas questões que foram instituídas nos parece relevante nos ater a duas delas.

A primeira questão é a descaracterização da residência do ponto de vista arquitetônico em relação à sua construção original. O argumento contrário ao tombamento, expresso pelo conselheiro Carlos Lemos, em 1974, e pela conselheira Marly Rodrigues, em 1996, foi marcante no processo na medida em que a descaracterização foi decisiva na desvaloração do bem e indeferimento do tombamento. Outra questão que queremos enfatizar é a dubiedade em discernir o reconhecimento do bem como patrimônio na instância estadual ou municipal, pois este foi outro fator determinante ao não tombamento apesar de atribuído algum valor ao bem.



Figura 15 - Imagem da atual Casa da Fazenda Morumbi. Divulgação da revista Veja, autoria desconhecida, s/d, disponível: <https://vejasp.abril.com.br/esta-belecimento/casa-da-fazenda-do-morumbi/>, acesso: 16/11/2018.

Segundo os pareceres, a casa foi profundamente reformada pelo arquiteto Gregori Warchavchik, desvalorizando o bem para o tombamento. É considerada como descaracterização a falta da taipa de pilão, embora tenham sido conservadas algumas paredes. A descaracterização assim consiste no apagamento da memória da taipa de pilão e emprego de materiais e técnicas construtivas próprias do tempo da reforma, e não do tempo de construção da casa.

A casa que estava em estudo pelo órgão era aquela já transformada e que ainda existia apesar das transformações. No entanto Marly Rodrigues e Carlos Lemos analisam o bem que eles têm à vista, em busca do elemento pré-determinado para a valoração, que é a taipa de pilão. É buscada a construção de uma identidade da cidade de São Paulo que a remete ao seu período colonial. A taipa de pilão é a técnica construtiva que foi predominante no Brasil no período colonial, muito própria do país que diante da dificuldade em obter materiais a longas distâncias optava pelo barro que havia em abundância. O valor “antigo e original” diz respeito à escolha de um período da história daquela casa que existe até os dias atuais. É escolhido o período de sua construção que remete aos últimos anos do Brasil colonial, da presença da corte portuguesa no Brasil, da abertura dos portos ao comércio exterior, e poucos anos antes da independência política do país.

No entanto, o que de fato é o meio de valoração para o tombamento é o seu valor arquitetônico, especificamente o da taipa de pilão. Não é justificada a escolha da taipa como o principal elemento na casa que expresse o antigo e original. As fotos anexadas são todas da residência depois da reforma, nenhuma foto nos

remete à casa em sua construção original, do modo que os conselheiros reivindicam. Sabemos que a casa havia sido construída em taipa por conta do seu período e por haver ainda remanescentes daquela técnica na construção, mas no processo de tombamento não é evidenciado o motivo da taipa ser o elemento que confere valor à casa. As fotos também não revelam o interior da residência. Veremos adiante, no caso da residência da rua Vitória, o papel da fotografia nas políticas de preservação, nos destaques feitos por Eduardo Augusto Costa sobre o acervo fotográfico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No primeiro parecer, o principal argumento de Carlos Lemos é a descaracterização da taipa, mas quando questionado, em segundo parecer após uma vistoria, ele traz novos elementos para a sua argumentação para justificar a perda do antigo e original. Ele confirma a existência de quatro paredes de taipa, e relata a alteração de outros elementos no interior e nos acabamentos, que ele diz serem mal imitados. Acentua o acréscimo de um alpendre que “possui uma estrutura de telhado totalmente espúria, que jamais compareceu em qualquer tipo de construção paulista antiga”. A escolha da inclusão do alpendre pelo arquiteto, se não fosse a demanda pelo original, nos remeteria a outros estudos, como, por exemplo, o das casas bandeiristas.

A perspectiva de valor histórico é baseada na autenticidade e ancianidade do bem. A história do bem não é analisada em seu processo, mas vista como imutável, num dado momento no passado. É claro que não sugerimos aqui que sejam valorizadas as imitações como se fossem originais, como bem salientou Lemos. Mas é importante perceber as transformações pelas quais a casa passou e quais os elementos que justificam a escolha daquele valor e não de outro. Ou seja, porque a descaracterização é elemento de desvalorização da casa? Precisamos saber o que se considerou faltar na casa, e porque essa falta a desvalorizou.

Ulpiano Bezerra de Meneses, pensando na avaliação do valor, distingue cinco valores que são componentes do valor cultural, são os valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos, éticos⁸⁷. Na contribuição para o forjamento de uma identidade paulista vemos que os argumentos contrários ao tombamento são compostos do valor cognitivo, quando a partir daquele valor do bem é possível produzir conhecimento. E o valor formal que é a percepção do indivíduo obtida a partir dos

⁸⁷ MENESES, Op. Cit.

atributos contidos nos objetos. Nesse caso de estudo de tombamento vemos o Condephaat passar por esse período de “deslocamento no campo dos valores” que Leonardo Castriota apontou entre final do século XX e início do século XXI, quando há a ampliação da atribuição do valor artístico para a atribuição de valores relacionados a outros aspectos culturais⁸⁸. Vemos o afastamento do valor intrínseco para um valor que precisa ser justificado, neste caso por um aspecto físico do bem. Embora ainda não haja o distanciamento da noção de valor na autenticidade.



Figura 16 - Capela do Morumbi. Divulgação Timeout, autoria desconhecida, s/d. Disponível em: <http://www.timeout.com.br/sao-paulo/nacidade/venues/153/capela-morumbi> acesso: 16/11/1018

A capela da Fazenda Morumbi também foi desvalorizada pela descaracterização, assim quase todas as discussões aqui levantadas também são válidas para a capela, exceto que nas imagens do processo é possível ver explícito o que é taipa e o que é alvenaria na construção. E no parecer de Carlos Lemos em 1983, que é contrário ao tombamento, há uma preocupação em maior ênfase para o enquadramento do bem na história da arquitetura. No caso da capela a preocupação maior do ponto de vista arquitetônico é que não havendo a construção original, o imóvel não se ajusta a nenhuma “corrente arquitetônica do passado”, e assim não evidencia um estilo arquitetônico que se adeque à história da arquitetura. Vale pontuar que em tombamento de 2005, o Conpresp tombou somente as paredes de taipa da residência e não a casa em sua totalidade. Assim no caso municipal foi atribuído o mesmo valor, porém com uma política de preservação diferente.

⁸⁸ CASTRIOTA, Op. Cit.

A outra questão em que gostaríamos de nos ater a respeito dos casos da Fazenda Morumbi é o desvalor do bem para a instância estadual. Apesar de não atribuir valor à casa por conta da descaracterização, Marly Rodrigues aponta para um possível valor histórico. Tal valor consiste na importância da casa como remanescente das residências da área rural do entorno do centro urbano de São Paulo até o início do século XX.

Do ponto de vista histórico, o bem poderia ser tomado como um remanescente das habitações da área rural que circundava o núcleo urbano de São Paulo até no início deste século. Porém, o tombamento da sede da Fazenda do Morumbi enquanto marco da ocupação do território da cidade é mais pertinente ao órgão municipal, Conpresp [...]⁸⁹

São Paulo acelera o ritmo de crescimento com os lucros da economia do café a partir do final do século XVIII e início do século XIX. O centro comercial da cidade de São Paulo era localizado na região das ruas Direita e XV de Novembro. A casa, que era sede de uma fazenda de cultivo de chá da Índia, ocupava um território relativamente distante deste local de comércio do café. Com os lucros do café a cidade continuou com o crescimento rápido e expandindo para as outras regiões.

Em um outro período da história daquela residência, na década de 1950, a Companhia Imobiliária do Morumby passou a vender os grandes lotes das terras da fazenda, quando se iniciou a ocupação urbana por aqueles que tinham poder econômico para comprar os lotes. Foi nessa década que a casa da fazenda passou pela reforma e ganhou a configuração tal como era à época do seu estudo de tombamento. Daquele período até a década de 1990, quando Marly Rodrigues dá seu parecer, houve a industrialização na cidade de São Paulo, e o aumento populacional que também atingiu o bairro Morumbi que passou ainda a sofrer a verticalização a partir da década de 1980.

No entanto, a residência enquanto um “marco urbano”, segundo Marly Rodrigues, não seria considerada como patrimônio estadual. A residência é desvalorizada por conta da limitada abrangência do seu significado para o território estadual. O patrimônio cultural deve ser representativo da coletividade que se relaciona com bem. Pressupondo a existência de diversos sistemas culturais, Izabela Tamasso entende o patrimônio como um destes sistemas⁹⁰. E, como tal, o patrimônio está sujeito às experiências dos grupos, que são memorizadas e

⁸⁹ Parecer Marly Rodrigues. Condephaat, processo nº 21714/81, fl.21, fl.21v, fl.22.

⁹⁰ TAMASO, Op. Cit.

transformadas na dinâmica social, e que incluem o grupo em um sistema mais amplo. Identificar a representatividade de um bem na memória coletiva requer a análise da ressonância do significado entre os grupos. Pensando no cotidiano desses grupos, as pessoas circulam por determinados espaços que em conjunto constituem uma memória coletiva.

A partir destas reflexões podem também ser discutidas a construção da identidade de uma cidade ou de um estado, e o pertencimento ao território. Um grupo pode, por exemplo, valorizar a feira no seu bairro em detrimento de um monumento nacional. As concepções de patrimônio assim podem variar entre seus valores afetivos, cognitivos, etc. como pontuou Meneses, citado anteriormente.

Reginaldo Gonçalves adverte que as análises no campo do patrimônio não devem limitar-se às tarefas de descobrir e preservar “identidades supostamente dadas”. É preciso discutir a noção de patrimônio, que é uma “categoria ocidental”. Segundo Gonçalves, nos contextos “não ocidentais” as concepções de patrimônio não são construídas em torno da identidade enquanto um conceito, a identidade não é uma questão. Os grupos experienciam formas de interação com o mundo em seus mais diversos aspectos. A noção de identidade perde sua centralidade, sendo substituída por uma “autopercepção relacional” em que o que importa é o processo social das produções e trocas que ocorrem nas atividades sociais. Embora - aqui sobre as “baianas do acarajé - “nas relações com o IPHAN e com outros órgãos do Estado, elas operam com categorias tais como „identidade“, „ofício“ e „patrimônio“, usando-as como um instrumento para seu reconhecimento social e político”⁹¹

Vemos a partir destas reflexões uma inquietação sobre um possível valor apontado no processo, que é o marco da ocupação territorial, mas que não é culturalmente importante para o estado de São Paulo. O que pode levar à reflexão sobre quais são os critérios que determinam a desvalorização de elementos regionais da cidade de São Paulo para o estado. Quais são os limites do fluxo e fruição cultural em um território e quais são os significados identitários para os grupos.

Instituídas estas questões, é interessante observar que de fato houve o tombamento municipal em 2005, no entanto o fator de valoração do bem foram as paredes de taipa e a vegetação, e não o valor histórico como marco de ocupação

⁹¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Mal-Estar no Patrimônio: Identidade, Tempo e Destruição. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55. p.211-228, janeiro-junho, 2015.

territorial. Não analisamos aqui as ações do Conpresp mas vale notar que o órgão municipal atribuiu o mesmo valor que estava em discussão em nível estadual.

Sobre a capela da Fazenda Morumbi, Carlos Lemos em parecer de 1983 conclui que “trata-se de um municipal já naturalmente preservado, fato, a nosso ver já suficiente à salvaguarda das taipas históricas”⁹². De fato, o imóvel pertencia ao DPH e à Secretaria Municipal de Cultura. No entanto, o tombamento pelo Conpresp só ocorreria em 2005. Embora os mencionados órgãos estaduais tenham o apreço pelos edifícios antigos da cidade, somente o tombamento é o ato administrativo que garante por meios jurídicos a preservação do imóvel. A taipa aparece como objeto valorizado, no entanto não é um valor cultural e simbólico, pois dispensa a necessidade de tombamento do imóvel quando garantida a conservação física do objeto no âmbito municipal. O bem é valorizado em seu aspecto tangível dissociado do intangível.

Antigo jardim do Palácio Pio XII

O processo de tombamento nº 20219/77 que teve como objeto de estudo, em 1977, o jardim do antigo Palácio Pio XII, na tramitação também tratou sobre o próprio Palácio. Algumas questões sobre este processo foram levantadas nos capítulos anteriores, mas o que nos parece mais importante discutir sobre o desvalor atribuído a este bem é a ênfase dada à construção da política de preservação do Condephaat. Tal ênfase é decorrente do indeferimento do processo de tombamento do Palácio Pio XII que acabou sendo demolido.

Segundo o que se apreende do processo de tombamento do jardim, o processo de tombamento do Palácio que havia sido aberto em 1971, parece ter sido de tramitação conturbada. A Cúria Metropolitana foi contrária ao tombamento, e o estudo necessitou de comissão especial para avaliação; embora houvesse interesse em evitar a demolição do imóvel, a decisão final do Conselho foi pelo indeferimento do tombamento por falta de definição de políticas de preservação pelos poderes. Nesse sentido vale lembrar que o órgão havia sido recentemente criado, em 1968. Inicialmente a memória da residência é o elemento de valoração do Jardim, mas depois vemos também surgirem outros valores.

⁹²Parecer Carlos Lemos, 1983. Condephaat, processo nº 21714/81

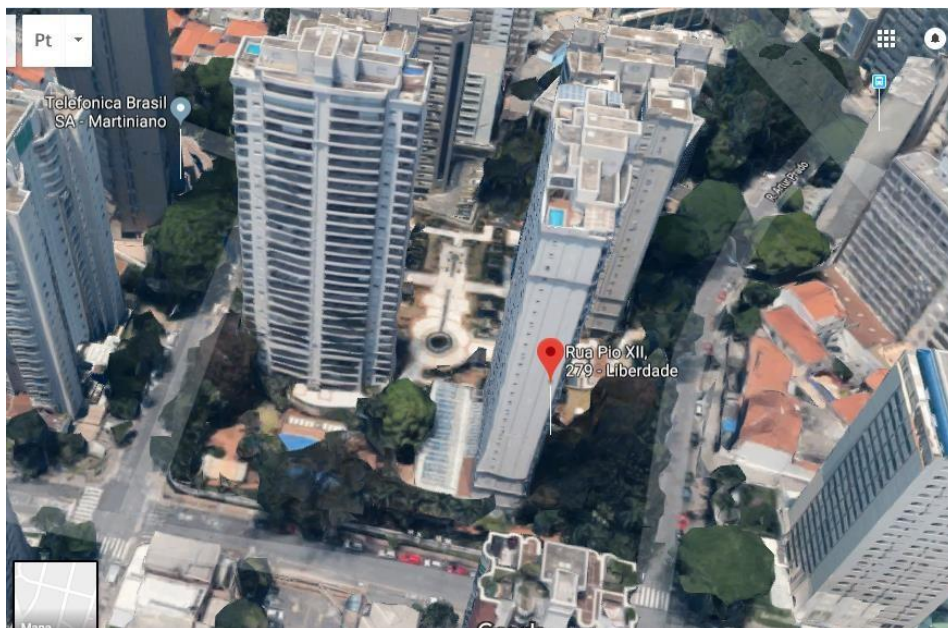


Figura 17 – Vista aérea da área onde havia o jardim do Palácio Pio XII, rua Piauí, 279. Google maps, 2018.

A começar pelo título dado ao processo de tombamento vemos que o que qualifica o jardim para o tombamento é ser o “jardim do antigo Palácio Pio XII”. O processo de tombamento do Palácio tanto é importante para o tombamento do seu jardim que ele foi descrito no Conselho assim como são relatados os processos em estudo. A questão aí posta é que o arquivamento do processo pelo Condephaat resultou na demolição do imóvel. Assim, o jardim é “o que sobrou” não só da antiga residência, o seu testemunho, mas também da discussão anterior. O processo é criado a partir do valor inicial do jardim como meio para tornar a discutir uma residência que havia sido desvalorizada. E criado, há a inversão desse valor sendo o Palácio um elemento, entre outros, de valoração do objeto central que é o jardim.

No entanto, não são as características e os valores da edificação que são discutidos, mas a sua passagem anterior pelo Condephaat. Quanto ao jardim são levantadas suas características. Em certo momento, o valor atribuído ao jardim é por conter árvores que são “típicas” dos jardins residenciais paulistanos. O jardim é entendido como representativo de um elemento que era comum às residências. As residências não só possuíam jardins, como também eram jardins com árvores específicas. Além da importância na composição arquitetônica da residência, o jardim também é importante para o presente porque é uma área verde existente no contexto de uma cidade com muitas edificações, muitas delas verticalizadas. Assim, teria um novo uso para a população contemporânea como um lugar de lazer, uma destinação pública. Embora buscando guardar uma memória daquele espaço, de

certo modo indefinida, o tombamento aparece com uma função de impedir a perda, e de interromper um processo de transformação que levaria a degradação da qualidade de vida urbana.

Atribuídos os valores, o processo foi relacionado à ação anterior do Conselho no caso do processo do Palácio, o que foi determinante para o arquivamento do processo do jardim. Houve certa resistência em reconhecer que o arquivamento do processo de tombamento do Palácio Pio XII havia sido possivelmente um erro do órgão, tendo em vista a demolição do imóvel. Marly Rodrigues, que estudou os primeiros 18 anos de atuação do órgão em três fases, em uma primeira fase de 1969 a 1975 vemos que o Condephaat estava em um processo de construção da sua política de preservação, e havia discussões quanto aos critérios de escolha de bens e de valoração, e dos procedimentos para o tombamento.

Ela dá o exemplo do caso do Palácio Pio XII, que como dissemos acima, teve o indeferimento do seu tombamento justificado pela falta de definição de políticas de preservação. Rodrigues analisa o parecer dos professores de arquitetura Benedito Lima de Toledo, Eduardo Kneese de Mello, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos:

“O documento expressa algumas contradições do pensamento preservacionista. Inicialmente, os professores criticavam o Condephaat por não lhes fornecer critérios orientadores, teciam considerações sobre critérios de tombamento - raridade, excepcionalidade, importância documental - que eram exatamente os utilizados pelo órgão, diferenciavam tombamento e conservação, citavam recomendações, experiências internacionais e formas legais de proteção mais ágeis que o tombamento e, por fim, reclamavam maior eficiência do Conselho”⁹³

Vemos ocorrer neste processo o que Marly Rodrigues disse com “as práticas definem a política”. Não houve um planejamento antes da atuação do Condephaat, foi no seu funcionamento e nos problemas que surgiam que as políticas foram sendo criadas. A falta de definição de uma política de atuação além de causar perdas ao patrimônio, “criava uma imagem pública de ineficiência”. Esse quadro começaria a mudar a partir de 1974 com revisões da influência da ortodoxia do Sphan nas políticas do Condephaat. E em 1975 o Conselho foi integrado à Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia.

Vemos persistir a importância dessa definição das políticas de preservação, no estudo do jardim do Palácio, em 1977. Os valores discutidos para o jardim são

⁹³ RODRIGUES, Op. Cit. p.68.

apagados quando é atribuída ao processo de tombamento uma função de definição da política. Lemos pauta a importância de uma imagem pública quando em seu parecer questiona a “demonstração de fraqueza” do Condephaat, retomando um caso que resultou em demolição. E com o objetivo de tornar coerentes as ações do órgão, alerta para que o tombamento não seja único, indo de encontro ao indeferimento do estudo do Palácio. Assim ele sugeriu que fosse feito o levantamento de outros jardins, pois a sua inclusão em uma listagem contribuiria para estabelecer os critérios para seleção e valoração de jardins.

De certo modo, vemos que o jardim parece não ter valor sem a casa embora algumas características dele terem sido levantadas. No entanto, o desvalor do bem consistiu não exatamente pelo não reconhecimento da importância das suas características apontadas, mas especificamente pelo abandono da discussão sobre essas características, outra forma de também demonstrar desinteresse pelo bem. O desvalor que definiu o indeferimento do tombamento consistia na importância do estudo daquele bem para o funcionamento do órgão, na explicitação do que poderia ser considerado uma incoerência e na indefinição de atuação. Essa escolha desviou a discussão dos valores apontados impedindo que fossem melhor aprofundada.

É o caso apontado, por exemplo, da importância do jardim para o lazer em seu uso original, relacionado a residência, e também futuro, ressignificado pelo tombamento, possivelmente transformado em praça ou parque. Recebendo assim diferentes públicos, o primeiro de crianças, relacionadas ao catolicismo, para um outro mais geral. Também seria interessante discutir o que aquele espaço significou em termos de sociabilidade e o que significaria para a qualidade de vida urbana. E as mudanças de significados daquele espaço antes e depois da demolição da casa, isto é, a existência ou não da edificação de uma instituição religiosa, e sua relação com o entorno. Este que, aliás, também havia se transformado. Outro valor apontado, mas que não foi aprofundado, foi o jardim ser considerado típico das residências paulistanas, relacionado a essa questão estaria então quais as características são próprias das residências da cidade de São Paulo e como os jardins são incluídos nelas. Além disso, outra questão possível é o que o jardim de uma casa diz sobre a vida doméstica de um lugar, e, em um sentido de análise mais específico, que era morada exclusiva de autoridades da cúria de São Paulo.

Uma possível análise do processo de tombamento do palácio traria outras informações, mas o processo do jardim aqui analisado trouxe questões interessantes. Vimos que o receio da perda foi motivador tanto no caso do palácio, segundo o que apreendemos do processo de tombamento de seu jardim, tanto no caso do jardim. O caso do Palácio foi lembrado mesmo depois do bem ser materialmente demolido. A demolição aparece com certo ressentimento no processo.

Edifício situado na Avenida Paulista nº 91

O parecer de 1982, dos arquitetos Antonio Luiz Dias de Andrade, Eduardo Kneese de Mello e Eduardo Corona destinado ao conjunto de 31 imóveis na avenida Paulista demonstra uma valoração que é sistemática e preconcebida. A falta de análise específica a cada residência não deve ser entendida como negligência por parte do órgão, mas como um posicionamento de especialistas que tiveram pré-determinado o valor que deveria dar a identidade a toda a Avenida. Essa sim o marco da urbanização da cidade, “da nova ordem e concepção do espaço”, que rompia com o passado colonial e vivia o crescimento econômico advindo do café.

Nesse contexto, escolheram-se como protagonistas daquele momento histórico os barões do café, em detrimento dos outros grupos sociais, de industriais e comerciantes, que ocupavam a região mas não estavam ligados diretamente à economia do café. O estabelecimento do valor a ser atribuído é preconcebido no meio intelectual tendo em vista o seu próprio imaginário cultural, e é anterior à seleção do bem que o deverá representar.

É valorizado o projeto da avenida de inspiração europeia, a qual simboliza que “São Paulo conquistou o seu bulevar”, ocupado pela burguesia do café. O valor de distinção das casas foi o arquitetônico, especificamente o estilo classicista, que levou à escolha das casas nº37 e nº1919, as únicas que possuíam “qualidades de arquitetura intrínsecas” entre as outras dezenas de casas na avenida.

A escolha desse valor para Paulo César Garcez Marins pode ser entendida como um ponto de vista preconceituoso por parte do órgão em relação aos imigrantes que ali residiam. Em “La Avenida Paulista de la Belle Époque: élites em disputa”, Paulo César Garcez Marins tem por objetivo defender uma visão heterogênea

da Avenida Paulista, “como un espacio de disputa entre las viejas élites vinculadas al café y las nuevas vinculadas a la inmigración”⁹⁴. Apesar de socialmente heterogênea, Marins afirma que na avenida houve “la victoria de una cierta memória” quando vemos que se preservaram apenas duas residências que representavam os barões do café, em oposição à demolição de todas as outras que tinham o estilo arquitetônico estrangeiro.

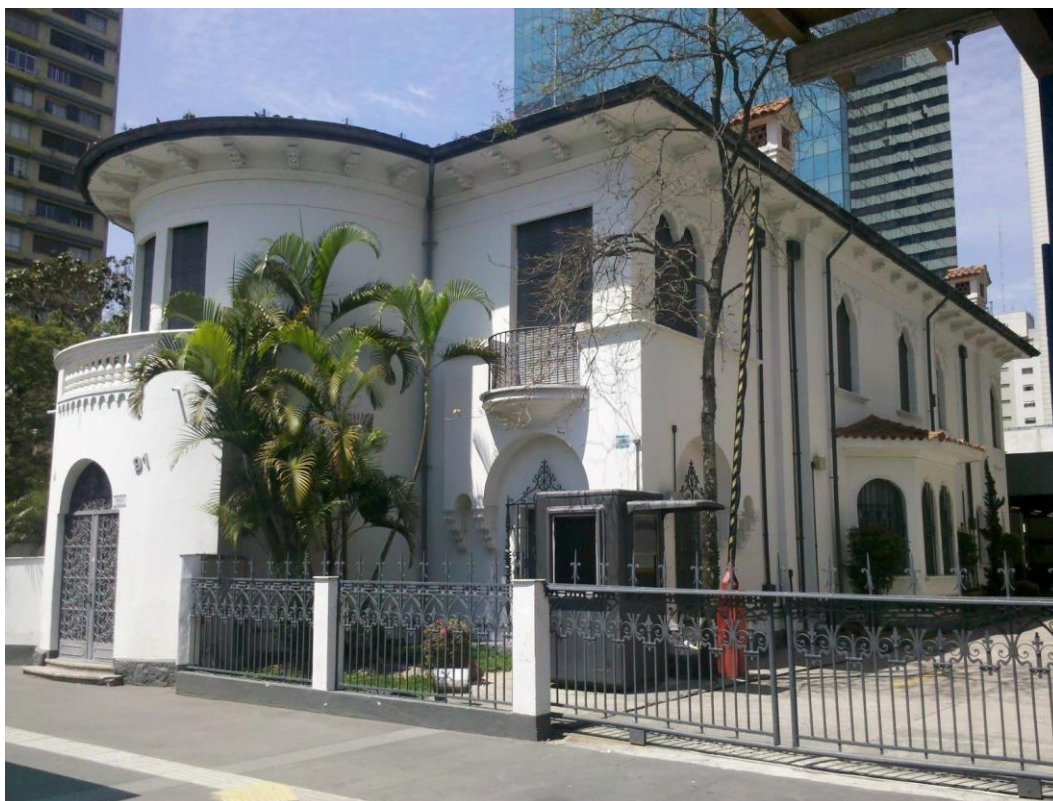


Figura 18 - Residência na avenida Paulista nº 91, depois de reforma que modificou arcos e colunas da fachada, antes da demolição total do imóvel em 2011. s/d. Foto: Hélio Bertolucci Jr. Foto retirada do blog Casas Históricas Paulistas. Disponível em: <http://casashistoricaspaulistanas.blogspot.com/2011/10/residencia-dina-brandi-bianchi-av.html>

Paulo César Garcez Marins explica que a avenida inaugurada em dezembro de 1891, foi planejada por Joaquim Eugênio de Lima, com inspiração nas “*avenues* parisienses” residenciais. Teve homogeneidade somente do ponto de vista da sua ocupação por uma classe econômica devido ao grande tamanho dos lotes, economicamente acessíveis somente às famílias mais abastadas. Apesar da existência de instituições sociais simbólicas para enfatizar o prestígio de um grupo

⁹⁴ MARINS, Paulo César Garcez. San Pablo. La Avenida Paulista de la Belle Époque: élites em disputa. In: GORELIK, adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (orgs.) *Ciudades sudamericanas como arenas culturales*. Siglo Veintiuno. p.58.

social, Marins pontua a construção de residências em determinados bairros como principal meio simbólico para afirmação da opulência de determinados grupos. Enquanto as velhas famílias do período de abundância da economia do café passaram a ocupar o bairro Higienópolis e Campos Elíseos, os imigrantes se firmaram na avenida Paulista onde “las casas opulentas y su concentración en espacios urbanos restringidos lucieron como la manera de exhibir su prosperidad y ascenso social”.

Marins destaca que no contexto internacional a avenida Paulista se diferenciou porque, em oposição ao estilo arquitetônico de identidade nacional, a Paulista foi “un lugar donde las élites inmigrantes adoptaron vocabularios arquitectónicos historicistas alineados con sus respectivos orígenes étnicos o nacionales, asumiéndose efectivamente como forasteras, con una jactancia que revela su conciencia de ser un „otro“ colmado de éxito”⁹⁵. Em recorte de jornal anexado ao processo, sem data, possivelmente ainda de 1982, com o título “Eis o que vai restar da Avenida Paulista”, a casa nº 91, de propriedade de Dina Brandi Bianchi, é dita como “um exemplo de ecletismo, misturando influências de vários estilos arquitetônicos: arcos de três lobos, de influência árabe; colunas retorcidas de influência cristã e ornatos renascentistas”⁹⁶.

Marins chega à conclusão de que o que aqui chamamos do desvalor atribuído às residências não preservadas, se deu devido ao nacionalismo idealizado nas discussões das políticas de preservação. Marins explica que entre as décadas de 1910 e 1970 surgiram e se aprofundaram discursos nacionalistas com a crítica às linguagens historicistas, ao estilo dos imigrantes e ao eclético. E entre os intelectuais que pregavam esse discurso estavam Monteiro Lobato, Mário de Andrade e seu sucessor no Iphan, Luis Saia. Segundo Marins, para estes últimos, figuras importantes para a concepção da política de preservação no Brasil, a identidade nacional estaria representada na cidade de São Paulo especialmente pelas casas bandeiristas construídas em taipa e que vinham do século XVII e XVIII.

Para Marins essa foi uma “pedagogia nacionalista” bastante eficaz “pues permitió que el escenario de la victoria forastera se convirtiera en memorial de los „barones del café“, que habían sido, en la avenida y en la ciudad, desafiados con fuerza por los inmigrantes”. Ao passo que o ato do tombamento “modifica a natureza

⁹⁵ Idem, p.66-67.

⁹⁶ Recorte de jornal, sem autoria, s/d. Condephaat, processo nº 22103/82, fl.47.

dos objetos” e “lhes imprime novos significados e novos usos”⁹⁷. A escolha pela não preservação também guarda esse sentido de transformação ao imprimir ou enfatizar um desvalor, principalmente se em favor do valor de um outro bem excepcional. E, ao permitir o esquecimento de uma memória, contribui para o forjamento de outra, que, forjada, não é natural e intrínseca, mas construção do presente sobre o passado. Memória forjada no presente por meio do apagamento e demolição do passado.



Figura 19 – imagem da entrada de prédio onde havia a casa na avenida paulista nº 91, ao lado da casa das rosas. Google maps, fevereiro de 2018.

⁹⁷ GRIGOLETO, Op. Cit. p. 95.

Imóvel situado à rua Vitória nº 595



Figura 20 - Portão frontal da área onde existia a casa, e entrada principal pela lateral direita onde vemos o uso como estacionamento. Fotografia da autora, 06/11/2018.

A história da passagem do bem nº 595 na rua Vitória, nas discussões do Conselho se iniciou em 24 de novembro de 1981, quando foi encaminhada manifestação para o estudo, e terminou em agosto de 1982, quando o processo foi arquivado. No entanto o estudo durou apenas seis meses entre a abertura oficial em 22 janeiro de 1982, e a demolição do imóvel em 14 de julho do mesmo ano. Quase um ano após a manifestação de interesse de Castro, foi solicitada a abertura do processo de tombamento, que incorporou as considerações do arquiteto, mas acrescida da definição do estilo *art nouveau*.

Como dito nos capítulos anteriores, na manifestação do arquiteto José Guilherme Savoy de Castro foi atribuído o valor arquitetônico à residência e sua importância como um exemplar da habitação que se destacava na paisagem de prédios altos. Embora a descaracterização tenha sido identificada como algo

indesejável, ela surge como meio de qualificar a residência para o tombamento que contribuirá para a sua reposição. Uma questão interessante se relacionamos aos casos da casa e capela da Fazenda Morumbi, que não foram tombados justamente por estarem descaracterizados em relação à construção original.

Castro também informa que a casa constava na lista de zonas especiais de proteção de autoria de Benedito Toledo e Carlos Lemos, de 1975; tal lista estava relacionada ao planejamento urbano e à Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep), e, portanto, não a um órgão específico de proteção ao patrimônio. Sobre a listagem de partes da cidade, Carlos Lemos afirmou que "no sentido moderno da arquitetura e da antropologia, interessa estudar, por dentro da forma, um documento de como vivia um segmento social daquela época", em contraposição ao "velho sistema", o do patrimônio histórico que "preocupava-se com a forma externa e a excepcionalidade estética, o purismo do estilo"⁹⁸.

O processo foi basicamente formado pela manifestação inicial de interesse no tombamento e da solicitação do estudo de tombamento, junto com anexo do documento da Cogep - que não só continha os dados do imóvel como também atestava a sua inclusão na lista de zona especiais, e cópias dos recortes de jornais que noticiaram a demolição em tom de reprovação. O processo, que teve duração de 10 meses, contém apenas 9 folhas e em nenhuma delas é anexada a fotografia do imóvel.

Sobre a importância do arquivo fotográfico do Iphan, Eduardo Augusto Costa traçou um panorama das suas "mudanças discursivas entre os anos 1970 e 1980". Segundo Costa as "dinâmicas de definição, produção, circulação e arquivamento foram temas de longos debates, por exemplo, entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, revelando a importância de se organizar um material condizente com as diretrizes desse serviço"⁹⁹. A construção do arquivo fotográfico do Iphan, segundo o autor, esteve condicionada à construção da história do patrimônio no Brasil. Determinado pela própria definição de arquivo que se preocupa com o futuro, ao disponibilizar no tempo presente o material como "referencial oficial passível de ser consultado" a respeito do patrimônio.

⁹⁸ LEMOS apud GRIGOLETO, 71-72.

⁹⁹ COSTA, Eduardo. Uma trajetória do Arquivo Fotográfico do Iphan: mudanças discursivas entre os anos 1970 e 1980. Anais do Museu Paulista. v. 24. n.1. Jan.-Abr. 2016. p.152.

A mudança na linguagem visual produzida e arquivada pelo Iphan expressa a mudança de abordagens do patrimônio referente à cultura nacional e à estrutura de ação do Iphan, relacionadas a diversas mudanças ocorridas no período, observáveis por exemplo, segundo Costa, nas publicações do IPHAN; na Carta de Veneza; no compromisso de Brasília; a partir da diminuição da quantidade de fotos no arquivo causada pela instituição do AI-5 em 1968; na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972; e nos novos rumos que emergem do turismo.

A fotografia é um elemento fundamental ao estudo do bem, em sua documentação e inventário, que é imprescindível ao tombamento. A sua produção, seu uso, e arquivamento, expressa também a política de atuação do órgão. No caso da residência da rua Vitória, no processo do Condephaat não são anexadas fotografias da casa em análise. Sabemos que não houve tempo para a conclusão do estudo do bem antes da sua demolição. Assim, a justificativa para abertura, a qual temos na documentação, não evidencia imagens ou mais documentos da residência, a não ser a explicação de autoria do solicitante e o documento que comprova a existência da residência na listagem do Cogep.

No entanto, é interessante que somente após a demolição tenham sido anexadas imagens da residência, essas vindas de matérias de jornais. Uma questão a partir disto é a valorização da imprensa por parte do Condephaat, o que evidencia a escolha das fontes de informação por um órgão de opinião pública, vinda da preocupação em estabelecer as políticas de atuação do Condephaat pautadas também na imagem deste Conselho para a sociedade, questão tratada no caso do jardim do antigo Palácio Pio XII que foi determinante para o arquivamento do seu processo.

Pensando em outro caso, Fernando Atique analisa a repercussão da demolição do Palácio Monroe nos discursos expostos na internet por não especialistas dos órgãos oficiais. O Palácio, segundo Atique, permaneceu no imaginário coletivo mesmo depois de demolido. Segundo o autor, se a arquitetura “molda a cidade” pois é ao mesmo tempo “discurso formal e funcional” e “repositório de representações”, as edificações “são elementos simbólicos, capazes de servirem a materialização de discursos e de políticas” e são “obra coletiva” inseridas na “produção social do espaço”. No caso da rua Vitória, a demolição que fez desaparecer este imóvel, por um lado, também fez desaparecer a imagem da sua

interpretação oficial pela falta de fotografias no Conselho. Por outro lado, as notícias de jornais fizeram emergir também outros significados do bem.

A desvalorização que acarretou a demolição da residência não foi um resultado dos debates que poderiam ter ocorrido no órgão sobre as características do bem. Mas resultado possivelmente ora das políticas de atuação do órgão, percebidas na demora ou ineficiência das ações do órgão, ou na imagem e relação que mantém para com a sociedade, ora por um desvalor socialmente atribuído independente do reconhecimento do órgão público que seria a desvalorização econômica no mercado imobiliário.

Ineficiência ou desrespeito, o imóvel foi demolido, e nos resta questionar, por que demolir? O ato do tombamento é mal visto pelo proprietário pois confere uma série de restrições ao bem. Entre essas restrições está o alto custo de sua manutenção, pois, por se tratar geralmente de imóveis muito antigos, requer grande número de reparos, além de que esses reparos também podem vir a ser um problema tanto requerer a submissão ao Condephaat, tanto porque os materiais e técnicas precisam ser adequados às características do bem que se deseja preservar. A impossibilidade de adaptação da construção para novos usos também é um problema, como, por exemplo, a criação ou destruição de cômodos - quando o tombamento é integral.

Podem haver outras motivações para o proprietário não ter interesse em preservar o bem, entre elas o não reconhecimento e a falta de identificação do bem enquanto um patrimônio cultural. Além da falta de conhecimento sobre o ato do tombamento, especialmente qual o seu significado e suas implicações, como, por exemplo, o fato de que o tombamento não expropria o bem sendo possível vendê-lo. No mais, quando é recebida a notificação de abertura do estudo de tombamento, o proprietário, mesmo sabendo das penalidades previstas em lei, opta pela demolição porque caso haja a cobrança de multa o terreno afinal terá o fim desejado pelo proprietário. Essa é uma importante questão ao considerarmos que as práticas de fiscalização dos bens tombados ou em estudo, e as penalidades e multas não foram bem regulamentadas ou implementadas com eficácia.

Se imaginarmos esse cenário do patrimônio com personagens, a ação do proprietário representa a perspectiva negativa que a velha residência tem para o campo econômico, especificamente para aqueles que vão lucrar com o seu uso. Tal

lógica é compreensível se pensarmos que a casa ali existente não tem nenhum valor simbólico para o proprietário. No entanto, a ação não é representativa para um outro setor da sociedade que, validando a autoridade do órgão público de patrimônio, desaprovou a ação. A notícia pela imprensa teve um tom alarmante e reprovou a demolição, especificamente o infringimento das normas do órgão. A imprensa é uma fonte onde podemos perceber sinais do ambiente social no qual a demolição ecoou. É claro que ela não necessariamente representa a opinião coletiva, podendo, ao contrário, moldá-la e construí-la, como também ser rejeitada, e por isso insistimos na concepção da presente análise desta fonte como meio para perceber o contexto social de circulação da notícia. Vemos assim as diferentes acepções e valores deste bem em embates entre o oficial e a população, em suas dimensões coletiva e privada.

Imóvel situado à rua Piauí nº 527

O processo nº 27620/90 trata do bem situado à rua Piauí nº 527, e foi contestado pela Encol Engenharia e Industria S/A que recentemente havia comprado o imóvel, anteriormente de propriedade de um órgão público, o antigo IAPAS. Inicialmente, os principais valores apontados para o bem são o fato de ter sido moradia do ex-presidente do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves, ter sido depois utilizado pelo antigo escritório da Superintendência Regional da Polícia Federal, e ainda sua localização no nobre bairro Higienópolis. A Encol contesta a abertura do tombamento sob o argumento de falta de justificativa para a abertura e também de que o ex-presidente não havia ali residido - comprovado pelo certificado de matrícula do imóvel - além de que o imóvel não compunha mais uma paisagem. Vemos a passagem do argumento de valor do uso do bem em contextos importantes, como moradia ou como escritório, para o argumento físico, considerando as características arquitetônicas e sua ocupação no território. Ambos ao fim desconsiderados, tendo em vista o arquivamento processo.

A contestação foi explicitamente determinante na atribuição do desvalor à residência, a saber pela citação aos estudos expostos na contestação no parecer contrário ao tombamento. Além disso nota-se o expressivo volume de documentos anexados ao processo enviados pela Encol, entre eles os estudos realizados por

arquitetos, engenheiros e historiadores a pedido da empresa. O que evidenciou um estudo mais raso por parte do Condephaat e por si só causou certa pressão diante do seu caráter probatório ao anexar diversos documentos. Por outro lado, vemos também um Conselho que é aberto ao diálogo público, embora neste caso especificamente a uma empresa, e que permitiu que suas contestações fossem ativamente consideradas pelo órgão.



Figura 21 – Casa localizada na rua Piauí, fotografia da autora, 06/11/2018.

Como vimos nos capítulos anteriores, no decorrer do processo diversos argumentos de valor e desvalor são apresentados e contrariados. Destes, o que atribuiu o desvalor final foi aquele da contestação sobre a composição da paisagem. Quando tal argumento é apresentado pela Encol é abordada a falta de um caráter representativo de um período histórico de uma composição do bairro que já não existia, nesse sentido são anexadas imagens de outras residências mais meritórias de valor. Além disso outro aspecto é a sua não integração a um conjunto com outros imóveis que revelem um momento histórico.

Tendo em vista tais considerações, a decisão final determina que para o imóvel ser “representativo” é preciso que tenha “qualidades inquestionáveis” e também “arquitetônicas”. De todos os aspectos levantados pela contestação, a

decisão final se ateve a uma delas, a “composição da paisagem”. A justificativa para o não tombamento foi a transformação acelerada do espaço pela qual a cidade passou entre as décadas de 1940 e 1990, que tornou exceção a existência de imóveis originais do início da ocupação do bairro. Tendo em vista essa análise do bairro em sua relação espacial com a cidade, o Conselho concluiu que a residência não possui valor para o tombamento.

A significação territorial do bem e a necessidade de sua relação com a composição de um conjunto anteriormente mencionada, são assuntos dos quais já tratamos nos casos anteriores, especialmente nos casos da casa da Fazenda Morumbi e da casa da Avenida Paulista e na casa da avenida Paulista. No entanto, há outros assuntos que também já foram discutidos, mas que aparecem de forma um tanto diferente e merecem aprofundamento. São as questões da ideia de perda vinculada ao patrimônio, e a permanência de antigos imóveis mesmo quando não tombados.

Nos casos da Fazenda Morumbi o estudo discutia a perda do que era original como argumento contrário ao tombamento, já no caso do palácio Pio XII um dos seus significados era o de manter seu jardim para lembrar da sua existência naquele espaço. O tombamento é instrumento que impede a perda do que é considerado patrimônio cultural e objetiva garantir a sua permanência para o futuro. Para a desvalorização do imóvel da rua Piauí, ao contrário, a perda tem um sentido de transformação que é aceito, e é considerada parte de um “processo de adequação do espaço” físico ao social. Houve a escolha não só de um período, aquele moderno, mas também de uma perspectiva de patrimônio cultural que não tem como critério único de habilitação para o tombamento a possibilidade de perda do que é original.

“sua perda pode ser considerada como parte do processo de adequação do espaço físico da cidade ao seu espaço social e não seria total se for precedida de levantamento farto que documente o imóvel no seu estado atual e registre interna e externamente suas características arquitetônicas/construtivas.”¹⁰⁰

No entanto algum valor é atribuído ao imóvel que não merece uma “perda total”. Apesar da sua efetiva perda física, a memória do imóvel pode ainda persistir para o futuro por meio de sua documentação, o que significa para o STCR o registro

¹⁰⁰ Condephaat, Processo nº 27620 fls. 63-64.

de aspectos específicos que são suas “características arquitetônicas/construtivas”.

Tema para uma análise da valoração que permeia o arquivo do Condephaat.

É uma premissa, neste e em outros casos, que o não tombamento tem como consequência a perda do imóvel, a sua demolição ou profunda transformação. Porque o imóvel não tombado está sujeito à degradação ou ações arbitrárias da sociedade. No entanto, a casa da rua Piauí existe até os dias atuais¹⁰¹, e possivelmente poderia ter sido preservada porque alguém teria lhe atribuído valor cultural. Mas não é tão simples, é possível também estar relacionada a questões burocráticas ou financeiras para não ter ocorrido o manejo do imóvel. O que sabemos é que o imóvel que havia sido vendido, por falta de pagamento voltou a ser propriedade pública provavelmente ainda na década de 1990, mas o seu tombamento pelo Conpresp só viria em 2012. Nesse período anterior ao tombamento em nível municipal, podemos atestar o que Carlos Lemos afirmou em 1983 sobre a capela da Fazenda Morumbi, que um imóvel de propriedade municipal é “naturalmente preservado”? E seria esse um fato “suficiente à salvaguarda das taipas históricas”? No caso do imóvel da rua Piauí vimos o bem ser preservado, sem sabermos exatamente o motivo, mas apenas em seu aspecto físico, não houve reconhecimento do seu valor cultural pelo órgão de patrimonialização estadual.

Residência projetada por Forte e Ciampaglia

O estudo de tombamento do imóvel de propriedade da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), situado à rua Alagoas nº 1103, no bairro Pacaembu, foi aberto em março de 2005 e arquivado em novembro de 2009. A solicitação de estudo partiu de um conselheiro do Condephaat e teve como principais argumentos o valor do imóvel como de autoria dos arquitetos Miguel Forte e Galiano Ciampaglia, e o risco de descaracterização. Houve a abertura do processo em caráter urgente, mas ela foi contestada pela proprietária do imóvel. O valor do imóvel para a história da arquitetura consistia não só nas suas características arquitetônicas, mas também nos arquitetos que foram autores da construção, que eram influentes no campo profissional. No processo há o deslocamento desse valor do bem para o valor

¹⁰¹ A residência existia até a conclusão desta pesquisa, mas vale lembrar que além de ser tombada pelo Conpresp, também foi arrematada por um acionista do Shopping Pátio Higienópolis em leilão do dia 19 de setembro de 2018, segundo notícias de jornais.

necessário ao ato do tombamento que embora estejam intrinsecamente relacionados, aparecem como duas coisas distintas.



Figura 16 – Fotografia da fachada da casa na rua alagoas vista através do portão. Fotografia da autora, 06/11/2018.

Diversos aspectos foram levantados sobre este caso nos capítulos anteriores, dos quais foram escolhidos dois que parecem terem sido mais importantes nas discussões do Conselho, e que também se relacionam com as discussões de casos aqui discutidos anteriormente. Assim, um aspecto a ser discutido parte da solicitação, o risco de perda, e outro da contestação, a ênfase na dimensão processual.

Novamente nos debates sobre o significado da perda no campo do patrimônio, vemos no órgão ser definido um sentido de perda que determina a sua atuação. O debate é centrado na necessidade da urgência da abertura do processo, que seria a sua abertura sem o pré-estudo no guichê. Tal urgência é dada por meio do risco de descaracterização ou demolição do imóvel. Sabemos alguns elementos iniciais sobre sua importância para a história da arquitetura, mas a razão pela qual a descaracterização é indesejada deixa de ser importante na discussão. A discussão é

de tal modo centrada no risco de demolição e urgência para o estudo de tombamento, que acaba não se explicitando o que seria perdido com a demolição.

Novamente a contestação apresentada pelos proprietários é determinante na decisão do arquivamento do processo. É contestada a urgência principalmente negando o risco de demolição do imóvel. Na solicitação do tombamento havia sido afirmada a existência de uma caçamba localizada na calçada em frente ao imóvel, que continha entulho de reformas. No entanto a proprietária nega tal informação e solicita provas do ocorrido. A contestação é ainda centrada em outros aspectos sobre o caráter processual do ato do tombamento; afinal a proprietária do imóvel contratou uma empresa de advogados para lhe representar. Como visto nos capítulos anteriores, novamente é fortemente alegada a falta de justificativa para a abertura do processo, ou seja, a falta de instrução, e também é retomado várias vezes o caso do projeto de reforma de outro imóvel da FAAP que havia sido indeferido pelo Condephaat, o que, segundo os advogados, somado ao novo processo, caracterizaria fraude processual.

A conclusão do Conselho foi pelo indeferimento do pedido, não pela falta de atribuição de valor ao bem, mas pela não urgência no caso já que a casa não corria risco de demolição, embora já estivesse em “grau avançado de alteração”. O desvalor para o tombamento aparece como algo processual, a residência que não corria risco de desaparecimento não precisava ser estudada. Ainda que não tenha sido tão simples - pois o Conselho encaminhou para abertura de guichê em sua tramitação regular -, sobre o reconhecimento de valores é interessante notar que o valor arquitetônico apontado na solicitação não é discutido nem na contestação e nem na decisão final. E o guichê que foi aberto também não resultou em tombamento. Houve, portanto, uma desvalorização que desde o início não foi discutida, ou foi confundida pela contestação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo nasceu em 1968 seguindo em parte a ortodoxia do Iphan e, ao longo de sua atuação, passou por diversas mudanças, não só de critérios de seleção e valoração, mas também de quadro de pessoal e políticas de atuação. Essas mudanças estiveram relacionadas por um lado aos acontecimentos históricos ou contemporâneos na sociedade brasileira, bem como ao campo do patrimônio nacional e internacional. E, por outro lado, à produção científica nacional e internacional em diversas áreas do conhecimento, como, por exemplo, história, antropologia e arquitetura, mas especialmente no campo do patrimônio.

Como vimos, a trajetória deste órgão determinou suas ações nos casos aqui analisados. Os processos que foram objeto de discussão neste trabalho, abertos em 1974, 1977, 1981, 1982, 1990 e 2005 corresponderam a estes diversos contextos, mas em sua análise não buscamos especificamente traçar a trajetória do órgão no período de forma linear e cronológica, tarefa que seria limitada se partisse da amostragem de fontes aqui utilizadas, sete processos de tombamento, sete casos pontuais de patrimonialização. Também não fizemos uma análise comparativa entre os processos, embora alguns aspectos poderiam ser ou foram considerados relacionados uns aos outros. Além disso, as causas da recusa do Condephaat ao tombamento estiveram, em alguma medida, relacionadas a problemas de caráter processual. Há uma série de intercorrências no Condephaat que implicam na recusa do tombamento, como o extravio do processo, desordenamento de folhas, lentidão na tramitação, especialmente nas análises e na comunicação entre os envolvidos.

De modo geral, os casos trouxeram diversas questões particulares, das quais selecionamos algumas que preferimos enfatizar para estudar os elementos do passado que foram mobilizados para atribuir valor ou desvalor. Ao invés de considerar atribuição ou não atribuição de valor, preferimos enfatizar a não atribuição, considerando a atribuição de um desvalor. Não porque tudo o que não é tombado não possui valor oficial ou não oficial, mas porque o estudo no processo de tombamento evidencia que o órgão soube da existência do bem, analisou sua relevância cultural, e concluiu pelo não tombamento, e conseqüentemente pela permissão da sua degradação ou, pelo menos, isenção da responsabilidade por sua

preservação. Estas questões são relevantes considerando que a decisão do Conselho tem influência na imagem do bem para a sociedade, embora não necessariamente deixe de ter valor no imaginário social. O posicionamento do órgão determina um significado do bem para o poder público que é o desvalor.

A patrimonialização confere novos sentidos ao bem, e na fase de seu estudo de tombamento esses sentidos são determinados na discussão e atribuição de valores que habilitem para o tombamento. Os processos de tombamento são fontes capazes de instituir diversas questões sobre o patrimônio, das quais nos concentramos na análise de apenas algumas delas.

A perda material do bem parece ser um assunto que paira de alguma forma sobre todas as decisões. Em todos os casos é consenso que o não tombamento implica em perda, ao passo que a recusa do tombamento significa que o Conselho não só está ciente mas dá o consentimento para a degradação à qual o bem fica suscetível a partir daquele momento. Em outro sentido, a perda também esteve presente na descaracterização das casas que, nos casos da Fazenda Morumbi, foram elementos que os desvalorizavam para o tombamento por falta de autenticidade, e no caso do imóvel na rua Alagoas o risco de descaracterização foi elemento para a urgência do tombamento. A descaracterização como ato decisivo para o tombamento também poderia levar à reflexão sobre quais as condições de um imóvel ser digno de restauração. Segundo Reginaldo Gonçalves o sentido de regime de autenticidade articulado para a formulação de um estado nacional a partir das políticas de patrimônio se alterou a partir dos anos oitenta – caso da arquitetura colonial na Fazenda. Na nova configuração Gonçalves vê “regimes de autenticidade” que têm menos relação com a permanência de um passado congelado, e mais com a “transitoriedade e reprodutibilidade” dos bens culturais no presente¹⁰².

No risco de demolição e na necessidade de preservar vegetação no meio urbano vimos o que Gonçalves chamou de “retórica da perda” em 1985, estudo em que ele identificou uma obsessão pela perda nos discursos dos bens culturais que eram vistos sob um processo histórico de transformação que levava à sua destruição. E o papel das políticas de patrimônio deveria ser de controlar esse processo e recuperar o que estava ameaçado de perda. Segundo Gonçalves, esse

¹⁰² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Isabela e LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA, 2012, p.59-73.

discurso estaria em declínio a partir da década de noventa e também o modo como experimentamos o tempo. Ele diagnostica uma obsessão pela memória e pelos patrimônios nos últimos tempos, que consistiria na substituição de um “regime de representação do tempo” que valoriza a preservação para o futuro para um novo regime no qual valoriza a preservação para o presente com o objetivo de fruição, o “presentismo”¹⁰³.

Ao analisar os processos pela não patrimonialização, vemos o inverso da valoração, o que possibilitou desvendar valores que geralmente não são evidenciados nas escolhas dos tombamentos. A patrimonialização de um bem é ao mesmo tempo ato simbólico de estabelecimento de significações para a sociedade e ato preservacionista da matéria e da memória. Partimos do pressuposto de que o ato do tombamento transita entre a atribuição e o reconhecimento de valores. No tombamento de bens edificados estes foram frequentemente relacionados aos valores históricos ou arquitetônicos.

A pesquisa sobre residências evidenciou essa preferência pelo estilo ou pela história da arquitetura, em detrimento da utilização do imóvel como moradia e da história da habitação na cidade de São Paulo. As discussões dos valores nos processos estiveram relacionadas ao aspecto arquitetônico exterior da edificação e na sua inserção no entorno próximo.

Se um imóvel é criado com o objetivo de sua utilização, vimos que a utilização da casa enquanto moradia só foi elucidada quando relacionada à moradia de pessoas ou instituições consideradas “importantes”, o que nos deslocou para a história da pessoa ou instituição e sua importância para a cidade ou para o país, considerando fatos marcantes. São os casos, por exemplo, da ocupação do imóvel pelo ex-presidente Rodrigues Alves ou pelo escritório da Polícia Federal, e também da ocupação pelo nobre súdito inglês John Rudge no Morumbi.

A análise das casas pelo Condephaat foi limitada à vista exterior da edificação, não foi explorada a funcionalidade da edificação para a vida doméstica, os valores da casa relacionados à sua utilização como residência, ao testemunho dos modos de morar e a vida doméstica apreensíveis pela edificação. Não foi perguntado o que podemos apreender a partir da casa sobre as pessoas que ali residiam, como por exemplo sobre os imigrantes na Avenida Paulista.

¹⁰³ HARTOG, 2003, *apud* GONÇALVES. 2012.

Por fim, nas análises a ideia de pertencimento do bem a um conjunto também esteve muito presente, ora com função de coerência nas ações do órgão, ora como significação do bem a partir de sua composição em uma paisagem. As contestações, nos casos das ruas Alagoas e Piauí trouxeram elementos interessantes sobre o posicionamento do órgão diante da inclusão de novos valores na discussão. E nos dias atuais seria interessante percebermos as permanências e transformações dos bens analisados, a casa e capela do Morumbi ainda existem, a primeira como imóvel particular nobre destinada a festas de alto padrão, e a segunda como lugar de fruição cultural, patrimônio para visitação. O jardim do Palácio Pio XII foi inteiramente destruído e substituído por prédios de um condomínio residencial; a casa da Avenida Paulista foi demolida e substituída por um grande prédio comercial; a casa na rua Vitória foi demolida e a área continuou a ser o estacionamento que já existia no seu entorno; a casa da rua Piauí ainda existe e foi recentemente leiloadada passando a ser propriedade privada; e a casa na rua Alagoas ainda existe e acreditamos ainda ser propriedade da FAAP com a mesma utilização.

Os valores não são intrínsecos ao bem, voltamos a insistir, são criados e atribuídos, no contexto aqui explicitado por um órgão oficial, vale também lembrar que os valores discutidos acerca de um bem também incorrem na construção de discursos e memórias. Pelo avesso, buscando o contrário de tombar, evidenciamos o processo de construção do patrimônio. Na busca dos desvalores, não buscamos encontrar um padrão de critérios do Condephaat para a análise dos bens em estudo, embora tenham sido encontrados alguns posicionamentos recorrentes, mas que estão sempre em reconstrução.

Reginaldo Gonçalves chama atenção para essa ideia de patrimônio como um processo cultural em construção que não se configura como um consenso, sendo algo “fragmentário e dividido contra si mesmo”. A unidade dos patrimônios culturais “parece constituir-se em uma promessa jamais cumprida, uma realização constantemente adiada”¹⁰⁴. Gonçalves sugere ampliar as “categorias de patrimônio” por meio da análise de processos de construção de patrimônios para deixar o sentido de ideias que parecem surgir como conceitos rígidos, meros substantivos como patrimônios, memória, identidade, e pensar os patrimônios como formas de ação. Sendo o patrimônio uma cultura em si, é necessário “pensar os patrimônios

¹⁰⁴ GONÇALVES, Op. Cit. p. 95.

para além de suas formulações jurídicas e ideológicas, e considerá-los como formas de vida e, como tais, situados numa determinada ordem do tempo”.

Se a História, em suas variadas facetas, pode ser entendida como investigação, análise e construção no presente sobre o passado, há algo nela que pode contribuir para o levantamento de questões sobre uma instituição oficial que se dedica a estudar e preservar bens culturais do passado para o futuro.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Paula Rodrigues de. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ATIQUE, Fernando. A mediação da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. Estudos de Cultura Material. *Anais do Museu Paulista*. Vol.24. No.3. p.149-175. São Paulo. Set-dez 2016. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000300149.
Acesso: 16.12.2017

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e valores: pressupostos teóricos para as políticas do patrimônio. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, p.8, Belo Horizonte, n.04, 2005.

COSTA, Eduardo. Uma trajetória do Arquivo Fotográfico do Iphan: mudanças discursivas entre os anos 1970 e 1980. *Anais do Museu Paulista*. v. 24. n.1. Jan.-Abr. 2016.

FERNANDES, Edésio. Do tombamento ao Planejamento Territorial e à Gestão. In FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (coord.) *Revisitando o Instituto do Tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A prática de tombamento: 1970-1990. O *patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p.179-212.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Mal-Estar no Patrimônio: Identidade, Tempo e Destruição. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55. p.211-228, janeiro-junho, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Isabela e LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA, 2012, p.59-73.

GRIGOLETO, Maira Cristina. *A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu "Prudente de Moraes"*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Faculdade de Filosofia e Ciências/Universidade Estadual Paulista (UNESP). Marília, 2009.

LEMONS, Carlos A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1999.

MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETÚBAL, Maria Alice (coord. do projeto). *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC Imprensa Oficial, 2008, p.137-167.

MARINS, Paulo César Garcez. San Pablo. La Avenida Paulista de la Belle Époque: elites em disputa. In: GORELIK, adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (orgs.) *Ciudades sudamericanas como arenas culturales*. Siglo Veintiuno.p.58.

MENESES, Ulpiano Bezerra. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. Conferência magna do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: FAPESP, 2000.

SIQUEIRA, Lucília S. A história que foi usada nos tombamentos e na conservação da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p.49–79, jun. 2015.

SIQUEIRA, Lucília S. A história da Casa de Prudente de Moraes em três tempos: no tombamento, nos restauros e na atualidade. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v.10, n.1, p. 48-67, janeiro-junho, 2014.

TAMASO, Izabela. Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás. *Anthropológicas*, ano 19, 26(2):156-185, 2015.

ANEXOS



SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Folha de informação rubricada sob n.º 9
do Proc. CONDEPHAAT n.º 00497/1974 (a)

Interessado P.M.DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Assunto Solicita tombamento do imóvel situado na Avenida Morumbi, 5594, conhecido como sede da antiga Fazenda Morumbi.

Informação: C.T.E.T. - 146/74

Senhor Secretário-Executivo

Solicita-nos o Senhor Secretário dos Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo, impellido por pedido emanado da Sociedade Amigos da Cidade Jardim, que tombemos a sede da antiga Fazenda de Morumbi, desejando, assim, "preservar a sua autenticidade", o que a eleva à condição de "ponto turístico", como diz o presidente daquela sociedade.

Tal tombamento, portanto, teria como justificativa maior o interesse turístico, o qual, evidentemente não pode ser atribuído somente a uma construção - sem que se atente à paisagem envoltória. Conclui-se que urge um estudo detalhado das condições paisagísticas do local, que vão desde a vegetação, as construções e, principalmente, até à vista que se descortina daquele sítio.

Sob os pontos de vista histórico, artístico ou arquitetônico nada podemos descobrir de importante que possa justificar de modo plausível o pretendido tombamento. Da arquitetura antiga de taipa de pilão praticamente nada mais há, devido às sucessivas reformas e adaptações. A principal intervenção, feita pelo arquiteto - Wanchavchic, desfigurou-a completamente, impedindo, praticamente, a reversão ao feitiço original. Quanto ao valor histórico, ignoramos fatos ou eventos de interesse social ou cultural que realmente justifiquem a inserção daquela construção rural nos livros do tomo deste CONDEPHAAT.

C.T.E.T., em 27/dezembro/1974

CARLOS LEMOS

Arquiteto

Imp. Serv. Gráf. SCET



Número 00497/74
21714/81

Senhora Diretora Técnica,

Os processos nº 00497/74 e 21714/81 tratam do tombamento do mesmo bem, uma antiga sede da fazenda, que deu origem ao bairro do Mourão em São Paulo. O edifício foi, provavelmente construído no início do século passado.

Acudido fue o segundo processo foi aberto por extrair do primeiro, no qual se encontram consignados documentos que revelam o choque de interesses sempre presentes no caso das ações preservacionistas e manifestos no interior do Conselho.

Nas reuniões de 18.12.1974, ata nº 247, o Conselho decidiu a abertura do estudo de tombamento; à fl. 5, um informe datado de 19.12.1974, mostra que já havia um processo anterior referente ao mesmo bem (00251/73), que fora arquivado. Um parecer do historiador Aureliano Leite, então presidente do Conselho, exalta a linhagem dos proprietários enquanto outro, do arquiteto Carlos Lemos, mostra que o edifício não guarda valor histórico, artístico ou arquitetônico uma vez que descaracterizado por diversas intervenções entre as quais, a principal, foi realizada no início dos anos 1950 pelo arquiteto Warchavchik. Após a história, os conselheiros reunidos em 23.4.75 decidem pelo arquivamento do processo. Este decisão seria contestada por um grupo mais conservador, interessado em construir



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de Informação rubricada sob n.º 36
do P.CONDEPHAAT n.º 22263 / 82 (a).

Interessado **Mário Chamie**

Assunto **Estudo de tombamento da cañela do Morumbi - Capital.**

ção rara, quando o normal era super posição de blocos em malhete.

Trata-se de um próprio municipal, já naturalmente preservado, fato, a nosso ver já suficiente à salvaguarda das taipas históricas.

São Paulo, 3 de novembro de 1983.

CARLOS LEMOS
Conselheiro

Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,
ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO "CONDEPHAAT"

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 286 - São Paulo - Capital - CEP 01403

São Paulo, 15 de fevereiro de 1977

Senhor Presidente

A Sessão do A.L.V. Complementares

A. e P. voltando

15 / 02 / 77

Ruy de Azevedo Marques
Secretário Executivo

Considerando a importância e a possibilidade de uso público de um dos mais típicos jardins de antigas manções, subcentrais de São Paulo, solicitamos o tombamento dos jardins da residência do antigo Palácio Pio XII, situado à rua Pio XII nº 279.

Trata-se de área verde, do tipo jardim-bosque balizado pela referida rua Pio XII e pelas ruas Artur Prado - desde seu cruzamento com a Pio XII até o nº 637 (Casa da Uni - versitária) e pela Martiniano de Carvalho desde seu cruzamento com a Pio XII até o nº 279.

O lote ainda está cercado com gradil da antiga residência contando com monumental portão, tudo em bom estado de conservação.

Apesar da lamentável demolição da residência que abrigou durante longos anos a sede do arcebispado, o jardim foi poupado e seu viçoso arvoredo é uma das poucas áreas-verdes da região, com árvores bem típicas dos antigos jardins residências paulistanos.

Quando ali residia, o Senhor Cardeal permitia o acesso das crianças das cercanias aos jardins. O tombamento viria permitir o usufruto dessa área pela população numa cidade tão carente de áreas verdes.



Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

Folha de informação rubricada sob n.º

do Proc. CONDEPHAAT n.º 20219/1977 (a)

Interessado CONDEPHAAT

Assunto Tombamento dos jardins do antigo Palácio Pio XII - Capital

INFORMAÇÃO STCR-032/77

Senhor Secretario Executivo:

Realmente, o pedido de tombamento dos jardins do antigo palácio episcopal da Cúria de São Paulo é uma medida profilática que viria obstaculizar o indiscriminado corte de árvores testemunhas da velha residência aristocrática e desaparecida graças à especulação imobiliária, que preferiu demolir para esperar soluções futuras do que conservar esperando o que quer que fosse. A demolição da casa histórica simbolizou a posse efetiva do imóvel, agora sem riscos de preservação e de tombamento. O mesmo raciocínio norteou a abrupta demolição da casa de René Thiollier. Em ambas, sobrou vegetação ímpar e da maior qualidade, inclusive, altamente representativa quanto às espécies botânicas. Perguntamos, porque não tomar também o outro resto de jardim? E tombados ambos, ou pelo menos o primeiro, o do Palácio Pio XII, não estaria o CONDEPHAAT dando demonstração de fraqueza, tombando parte remanescente de um todo que não pôde preservar? Sem dúvida, esta pergunta será considerada impertinente, mesmo porque não cabe a esta Seção Técnica julgar a validade ou não de propostas emanadas pelos dignos conselheiros mas é que ela encerra o desejo sincero de colaboração sugerindo a ampliação da ideia profilática. É que o gravame do tombamento representado pela conservação das árvores, limitando a taxa de ocupação do lote, forçando a previsão de uma torre altíssima, existe - tanto à priori como à posteriori à demolição e, assim, poderíamos, por coerência fazer levantamentos, ou rápidas listagens,

- s e g u e -



Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

Folha de informação rubricada sob n.º

do Proc. CONDEPHAAT n.º 20219 / 1977 (a)

Interessado CONDEPHAAT

Assunto Tombamento dos jardins do antigo Palácio Pio XII - CAPITAL

- c o n t i n u a ç ã o -

fls.-2-

de grandes jardins particulares da cidade que igualmente pudessem continuar a existir.

Emfim, como já dissemos no início, somos a favor do tombamento solicitado, somente não desejamos que ele seja - único, pois essa manifestação pontual poderá parecer que o processo já existente de tombamento do Palácio Pio XII, de andamento tumultuado como nos lembramos, nunca deixou de tramitar e nesse lento andar veio a preservar só o jardim, já que a casa, o centro de interesse maior, foi demolida à nossa revelia.

S.T.C.R., 28 de fevereiro de 1977.


CARLOS LEMOS
Diretor - Técnico



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º 19
do _____ n.º _____ / _____ (a) 28

Interessado _____

Assunto _____

Senhor Presidente

O presente ~~processo~~ ^{Ata de} refere-se aos Processos de Tombamento n.ºs 22.103, 22.104, 22.105, 22.106, 22.108, 22.112, 22.113, 22.114, 22.116, 22.118, 22.119, 22.120, 22.121, 22.122, 22.123, 22.124, 22.125, 22.126, 22.127, 22.129, 22.130, 22.131, 22.132, 22.134 e 22.135, abertos por solicitação do Senhor Secretário Extraordinário da Cultura, conforme despacho datado de 9 de junho p.p., e relativos aos imóveis situados à Avenida Paulista n.ºs 37, 91, 149, 227, 233, 393, 498, 510, 522, 542, 548, 707, 867, 1079, 1125, 1230, 1405, 1811, 1919, 1941, 2295, 2440, 2465, 2485, Capela do Colégio São Luiz, 412, 486, 1048, 2424, 2277, 1373 e 329, nesta Capital.

Alguns dos imóveis citados no aludido despacho foram recentemente demolidos ou irremediavelmente comprometidos, face aos fatos sobejamente conhecidos, portanto, omitimo-nos de manifestar qualquer opinião quanto aos seus méritos e qualidades, eventualmente capazes de justificar medidas legais de proteção através deste Conselho.

Encontra-se juntada aos processos, documentação sumária referente a cada um dos imóveis em questão, constante de poucas fotografias, cópias xerográficas da situação cadastral, concisa análise acerca das características e tipologias arquitetônicas, bem assim informação histórica sobre a Avenida Paulista.

-Parecer-

Os edifícios situados na região da Avenida Paulista nos últimos anos têm sido objeto de inúmeras discussões e atenções diversas.

No âmbito das atribuições deste Conselho, inclusive, não é a primeira vez que são tratadas propostas de tombamento relativas a obras de arquitetura e logradouros encontrados naquela área da cidade de São Paulo.

Os debates havidos em tais oportunidades, as conclusões

Anexo 5 - Parecer Antônio Luiz Dias de Andrade, Eduardo Kneese de Mello e Eduardo Corona, 11/07/1982. Fonte: Condephaat, processo nº 22103/82, fl.19.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º

do _____ n.º _____ / _____ (a)

20
20

Interessado

Assunto

Fls. 2

chegadas, nos permitem afirmar que os mais expressivos valores histórico-culturais associados à região da Paulista residem na nova ordem e concepção de espaço urbano, preconizados por seu idealizador, Joaquim Eugênio de Lima, e tornados realidade por aqueles que adquiriram lotes e ergueram suas residências, com o concurso do poder público, na efetivação de toda a necessária infra-estrutura urbana.

A cidade de São Paulo, àquela época, havia rompido as fronteiras da vila colonial. Expandira-se, crescera e, sobretudo, enriquecera. Os lucros obtidos com as lavouras de café, a oeste avançadas por ferrovias recém construídas, possibilitaram à burguesia emergente estreitar seus vínculos com a cidade que se consolidava como pólo comercial, financeiro e industrial.

Sucessivas crises vividas pela "grande lavoura" tinham obrigado os cafeicultores a redirecionar suas aplicações num mercado estável e seguro: o imobiliário.

Inteiros bairros surgiram ocupando glebas e terrenos guardados em sítios, chácaras e matas nos arrabaldes da cidade, bem assim em áreas contíguas aos antigos caminhos e estradas.

Campos Elíseos, Santa Cecília, Higienópolis, o popular bairro do Urás, são, entre muitos, exemplos de áreas urbanas constituídas em obediência à nova ordem social, econômica e cultural.

Os fatos havidos na região da Avenida Paulista, contudo, revelam, de modo significativo, o momento histórico. Buscou-se um novo modelo de espaço. Aspiravam seus empreendedores à qualidade europeia da vida, naquele instante, tão íntima e próxima.

As ruas deveriam, todas, ser arborizadas. Recuos obrigatórios ofereciam espaço para amplos jardins. Os padrões arquitetônicos, via de regra, observavam estilos clássicos, interpretados, é certo, com toda a liberdade, gostos e vontades.

Como o modo de vida, os materiais de construção, arquitetos e operários, foram trazidos da Europa. São Paulo assim conquistou o seu "boulevard". Ganhou personalidade, pois não prevaleceu, apenas, o modelo transposto. A sociedade nova deixou



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º

do. n.º / (e).

Interessado

Assunto

Fls. 3

suas marcas e sua identidade no espaço e nas obras de arquitetura. O fazendeiro, o industrial e o comerciante, enriquecidos na metrópole emergente, todos, não negando totalmente suas origens, recriaram o modelo urbano universalmente vigente, adaptando-o a uma realidade própria.

O conjunto, sem exceção, dessas obras é que importava preservar como testemunho maior de momentos tão importantes para a cidade de São Paulo.

A Avenida Paulista, todavia, perseguiu no tempo sua trajetória, síntese dos padrões da elite paulistana. Soberbos salares obrigaram-se a ceder lugar a grandes e modernos edifícios, novos modelos de arquitetura e de vida.

Os anos cinquenta, assim, atestam a demolição da residência de Horácio Sabino, projeto de Victor Dubugras. Importa citar, também, a destruição da casa da família Thiollier. Os exemplos são tantos, e acrescidos dos fatos recentes que todos hoje lamentam.

À vista do exposto, concluímos pouco ou quase nada restar a decidir com relação a preservação dos estóicos exemplares que ainda persistem como testemunhos menores de importantes e reveladores momentos passados.

O que sobra acha-se comprometido profundamente pela perda do sentido de conjunto e mesmo aqueles casos remanescentes encontram-se bastante descaracterizados por indiscriminadas reformas e adaptações inadequadas.

Os documentos e informações, constantes nos processos a que se refere o presente parecer, foram exaustivamente analisados e discutidos entre os membros que compõe a Comissão designada pelo Senhor Presidente, pretendendo-se identificar aquelas obras que ainda guardam valores que justifiquem medidas legais que assegurem sua preservação, como últimos documentos de um tempo já perdido.

De nossa parte, julgamos que poucos imóveis são merecedores de atenção. A residência sob o nº 37, pertencente ao espólio de Lucia Azevedo Dias de Castro, além de suas qualidades



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de Informação rubricada sob n.º 22
do _____ n.º _____ / _____ (a) 22

Interessado

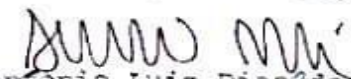
Assunto

Fls. 4

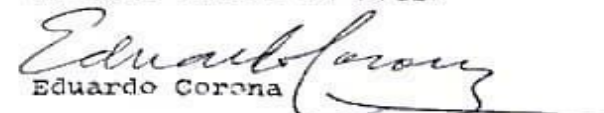
de arquitetura intrínsecas, mantém com o lote urbano, relações ainda dignas quando considerada a primitiva situação. O mesmo verifica-se com a residência nº 1919, de propriedade de Raphael Franco de Melo, situada entre a Rua Padre João Manoel e Alameda Rocha Azevedo. O Grupo Escolar Rodrigues Alves, como exemplo de uso institucional de nobre espaço da cidade, merece ser proservado.

Somos pelo tombamento dos imóveis acima citados.

São Paulo, 11 de julho de 1982.


Antônio Luiz Dias de Andrade


Eduardo Kneese de Mello


Eduardo Corona



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º
do n.º / (a)

interessado

assunto

Senhor Presidente do Conselho

A importância da casa da rua Vitória 595 - Capital na recomposição da memória da cidade é inegável, constando a mesma da relação Toledo/Lemos dos imóveis enquadrados na categoria z8-200 da Prefeitura de São Paulo.

Trata-se de um dos últimos remanescentes da arquitetura paulista no início do século, de forte inspiração Art-Nouveau.

Edifício com alpendre lateral, sua implantação no lote é própria daquelas residências.

Além disso, os portões, gradis e caixilhos, onde se evidenciam as características do estilo, são exemplares e de execução requintada.

Tendo em vista seu precário estado de preservação, proponho, s.m.j., seja aberto processo para estudo de tombamento, para, se assim for julgado pelo Egrégio Colegiado e autoridades superiores, seja preservado o referido exemplar arquitetônico.

SE, aos 22 de janeiro de 1982

Aldo Nilo Losso
ALDO NILO LOSSO
Diretor de Divisão
Secretaria-Executiva
CONDEPHAAT

JM/scc



63

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Senhor Diretor do STCR

O processo de tombamento do imóvel sito à Rua Piauí nº 527, foi aberto aos 19/02/90, por decisão do Sr. Presidente do CONDEPHAAT.

A contestação a este processo, apresentado pela ENCOL S/A ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, proprietária do imóvel, data de 07/12/90 e dela fazem parte, entre outros documentos, pareceres dos Arquitetos MARCELO AYRES MONTEIRO E LUIZ GONZAGA RIBEIRO DE ALMEIDA, HENRIQUE CAMBIAGHI E RUY OHTAKE, este último ex-presidente do CONDEPHAAT.

Inclui ainda a contestação uma "Análise Arquitetônica do Imóvel", elaborada pelos Arquitetos MARIA LUIZA DUTRA E WALTER MENEZES e um "Levantamento Histórico sobre FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES e suas Residências" elaborado pela Cronos, Pesquisa Histórica Ltda. representada pela historiadora ANDRÉA DI PACE.

O exame deste conjunto de documentos obrigou-nos a reflexões sobre o Ato de Tombamento como instrumento de preservação e sobre a responsabilidade no tratamento da questão, principalmente no que diz respeito a elementos arquitetônicos isolados e em São Paulo.

A cidade, no período que vai de 1940 a 1990 teve sua população multiplicada de 2 para 12 milhões de habitantes; seu espaço, em decorrência, foi e vem sendo submetido a transformações/mutações aceleradas. Nesse contexto dinâmico, a questão da preservação mereceria discussão ampla.

A detecção de novas variáveis permitiriam um ajuste ao tempo dos critérios que estabelecem normas para a ação institucional.

O tombamento dos Jardins e do Pacaembú abordam esta questão de forma contemporânea e possivelmente indicam uma direção.

Nos dois casos estão presentes a intenção/vontade da população, a oportu-
nidade do momento/fase histórica dos bairros e principalmente o tratamento do
tema em escala metropolitana.

Em Higienópolis o quadro é diverso: o momento foi perdido, a imagem ori-
ginal foi transformada radical e irreversivelmente, tendo sido substituída, a



64

Da	Número	Ano	Página
----	--------	-----	--------

partir dos anos 30/40 por outra, a merecer avaliação.

A imagem/paisagem atuais do bairro espelham um novo período também importante da história da cidade.

Nesta paisagem os remanescentes da ocupação original assumem o caráter de exceção. Sua preservação deveria levar em consideração informações dos dois períodos, o original e o atual que imprimiu ao bairro uma nova homogeneidade ;

A preservação dos remanescentes do período original se justificará caso esses elementos sejam carregados de qualidades/valores culturais inquestionáveis e reconhecidas no âmbito coletivo, sejam eles históricos, artísticos ou afetivos. Poderiam ser citados, como exemplos, o COLÉGIO SION, A VILA-PENTEADO (FAU-Maranhão) ambos tombados pelo CONDEPHAAT, a VILA MARIA, (São Paulo CLUB) ou o EDIFÍCIO da Av. Higienópolis 758 (Sec. da Segurança Pública). Todos estes além das qualidades arquitetônicas possuem condições geográficas adequadas à nova configuração do bairro o que pode ser comprovado pelo uso que a eles vem sendo dado.

É difícil a inclusão da casa da R. Piauí, 527 numa relação de imóveis de mesma qualificação e isto é demonstrado com correção pelo material de pesquisa apresentado pelos atuais proprietários; sua perda pode ser considerada como parte do processo de adequação do espaço físico da cidade ao seu espaço social e não seria total se for precedida de levantamento farto que documente o imóvel no seu estado atual e registre interna e externamente suas características arquitetônicas/construtivas.

Encaminhamos estas considerações para sua apreciação.

[Assinatura]
STCR, 12/03/91

São Paulo, 14 de março de 2005

Ilmo Sr.
Dr. José Roberto Fanganiello Melhem
DD Presidente do Condephaat
São Paulo, SP

Sr. Presidente,

Venho pela presente solicitar a abertura de Processo de Tombamento, em caráter emergencial do imóvel situado à Rua Alagoas n 1103, esquina da R. Edgard Egídio de Souza, dentro do perímetro de tombamento do Bairro do Tombamento.

De fato, esse imóvel é residência projetada por Miguel Forte e Galiano Ciampaglia, reconhecidamente uma dos mais importantes exemplares da arquitetura paulista, publicado diversas vezes em livros e periódicos, indicando seu valor e influência sobre as gerações mais novas de arquitetos.

A urgência da medida, deve-se ao fato de ter presenciado, na última sexta feira, a salda de entulho resultante de demolições internas e, na data de hoje, há uma caçamba para receber entulho.

Coloco-me à disposição para quaisquer informações suplementares.

Atenciosamente,

Arq. Lucio Gomes Machado
Conselheiro

CONDEPHAAT - Presidência

Em 23/05/05

Recebido por S. S. E. L.

Moran